
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE
(PEDAGOGIA DA MOTRICIDADE HUMANA)**

**GESTÃO DO ESPORTE E DO LAZER: MAPEAMENTO E ANÁLISE DOS
ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO - SP**

JOSÉ PEDRO SCARPEL PACHECO

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências da Motricidade.

Rio Claro
2019

JOSÉ PEDRO SCARPEL PACHECO

**GESTÃO DO ESPORTE E DO LAZER: MAPEAMENTO E ANÁLISE
DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO – SP**

**SPORT AND LEISURE MANAGEMENT: MAPPING AND ANALYSIS OF PUBLIC
AREAS IN THE CITY OF RIO CLARO - SP**

Dissertação apresentada ao Instituto de
Biotecnologia do Campus de Rio Claro,
Universidade Estadual Paulista, como
parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Ciências da
Motricidade (Pedagogia da
Motricidade Humana).

Orientadora: Profa. Dra. Gisele Maria Schwartz

Co-Orientador: Prof. Dr. Ivan Fortunato

Rio Claro
2019

P116g Pacheco, José Pedro Scarpel
Gestão do Esporte e do Lazer: : Mapeamento e análise dos espaços públicos no município de Rio Claro - SP / José Pedro Scarpel Pacheco. -- Rio Claro, 2019
171 p. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Gisele Maria Schwartz
Coorientador: Ivan Fortunato

1. Gestão. 2. espaços públicos. 3. esporte. 4. lazer. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO


TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: GESTÃO DO ESPORTE E DO LAZER: MAPEAMENTO E ANÁLISE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO - SP

AUTOR: JOSÉ PEDRO SCARPEL PACHECO

ORIENTADORA: GISELE MARIA SCHWARTZ

COORIENTADOR: IVAN FORTUNATO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE , especialidade: Pedagogia da Motricidade Humana pela Comissão Examinadora:


Profa. Dra. GISELE MARIA SCHWARTZ
Departamento de Educação Física / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Prof. Dr. ARN JÒSÉ ROCCO JÚNIOR
Departamento de Esportes da Escola de Educação Física e Esporte / Universidade de São Paulo - SP


Profa. Dra. CINTHIA LOPES DA SILVA
Faculdade de Ciências da Saúde / Universidade Metodista de Piracicaba / SP

Rio Claro, 09 de abril de 2019

AGRADECIMENTOS

Certamente estes parágrafos não irão atender a todas as pessoas que fizeram parte desta importante etapa de minha vida profissional e pessoal. Sendo assim, peço desculpas a aquelas que não estão presentes entre essas palavras, mas que, com certeza, estão nos meus pensamentos e na minha gratidão.

Inicialmente agradeço a Deus por ter me dado saúde, proteção e forças para superar as dificuldades, aos meus pais que estão sempre presentes, me apoiando e incentivando em todos os momentos de minha vida, a minha namorada, aos meus tios, tias, primos, primas e a todos os meus amigos. Gostaria de agradecer ao Instituto de Biociências, ao Departamento de Educação Física e aos parceiros e integrantes do LEL – Laboratório de Estudos do Lazer, da Universidade Estadual Paulista – Câmpus de Rio Claro. Também gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade, e a todos os envolvidos nele, pelo apoio institucional e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPQ) - Processo 133114/2017-1, pelo apoio financeiro.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao meu co-orientador, Prof. Dr. Ivan Fortunato, e em especial a minha orientadora, Profa. Dra. Gisele Maria Schwartz, que sempre me auxiliou com os conhecimentos e correções que necessitei do modo que apenas os verdadeiros mestres sabem orientar, muito obrigado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Para que possam ser adequadamente desenvolvidas as vivências no âmbito do lazer e para que ocorra a apropriação deste fenômeno como direito social, se faz necessário dispor, gerir e difundir os espaços públicos nas cidades. Entretanto, nem sempre esses processos ocorrem de forma eficiente na Gestão Pública, deixando a população sem a devida informação a respeito dos espaços adequados para as práticas esportivas e sobre o direito ao lazer. Na perspectiva de contribuir para minimizar essa defasagem de informações, este estudo teve como objetivo identificar e mapear os espaços públicos de esporte e de lazer pertencentes à Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP, bem como, analisar suas formas de apropriação. O estudo, de natureza qualitativa, desenvolveu-se por meio da união de pesquisa de revisão sistemática, de pesquisa documental e de pesquisa exploratória, com base na técnica de observação. Os dados coletados durante a pesquisa exploratória foram analisados descritivamente, pela técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados foram apresentados em dois artigos, o primeiro, referente à revisão sistemática, apresentou dados relativos aos estudos que abordam as temáticas envolvendo gestão, políticas públicas e espaços nos contextos do esporte e do lazer e demonstrou que, embora essa temática seja abordada nos diversos estudos acadêmicos analisados, os espaços públicos e a gestão dos mesmos são abordados de forma secundária, necessitando maior atenção. O segundo artigo, foi proveniente dos dados da pesquisa documental, do mapeamento e da análise dos espaços públicos de esporte e de lazer no município de Rio Claro – SP, trazendo como resultados 243 espaços mapeados, divididos em três categorias, sendo elas referentes às áreas verdes, aos espaços esportivos e aos espaços culturais. De forma geral, notou-se que, embora haja uma grande disponibilidade de espaços no município, estes apresentam falhas na gestão em âmbito municipal e na distribuição geográfica, comprometendo a democratização do acesso a esses espaços. Sugerem-se novos estudos, no sentido de contribuir para a adequada difusão do direito social ao lazer.

Palavras-chave: Gestão; espaços públicos; esporte; lazer.

ABSTRACT

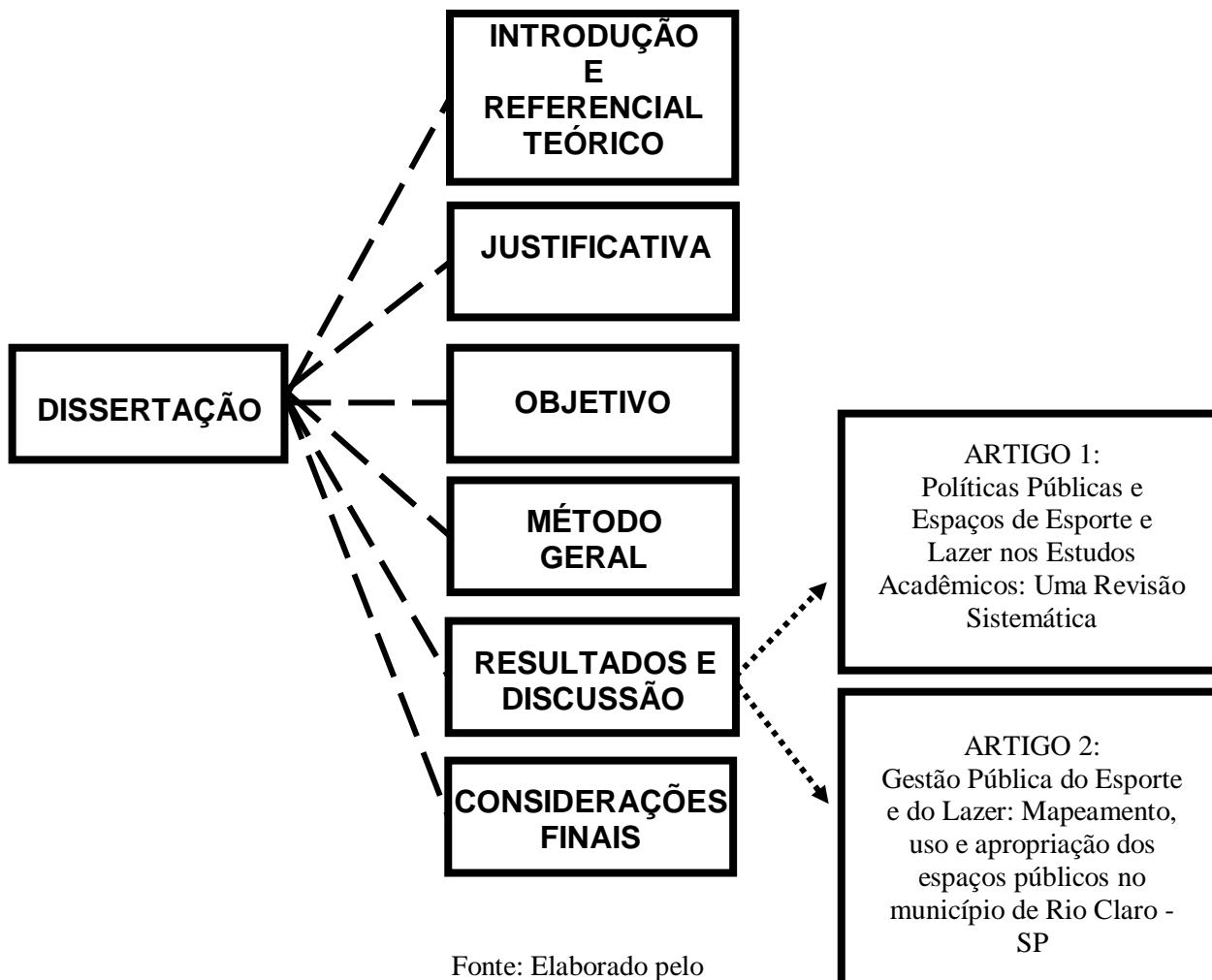
In order for leisure experiences to be properly developed and appropriated as a social right, it is necessary to manage and disseminate public spaces in cities. However, these procedures do not always occur efficiently in Public Management, leaving the population without proper information about the spaces appropriate for sports practices and their right to leisure. With the aim of helping minimize this information gap, the objective of the present study was to identify and map sports and leisure public spaces that belong to the City Hall of Rio Claro / SP as well as to analyze their forms of appropriation. This study had a qualitative nature and it was developed through the gathering of systematic reviews, documentary and exploratory researches, based on the Observation Technique. Data collected during the exploratory research were descriptively analyzed using the Content Analysis Technique. The results were presented in two articles, the first one, referring to the systematic review, presented data on the themes involving management, public policies and spaces in the contexts of sports and leisure, and demonstrated that, although this theme is addressed in several academic studies analyzed, public spaces and their management are addressed in a secondary way, requiring more attention. The second article came from the data derived from documentary research, from the mapping and from the analysis of the public spaces of sport and leisure in the city of Rio Claro – SP, and brought as a result 243 mapped spaces, divided into three categories, which refer to green areas, sports spaces and cultural spaces. In general, it was noticed that, although there is a great availability of spaces in the county, these present deficiencies in the management in the municipal scope and in the geographical distribution, jeopardizing the democratization of the access to these spaces. Further studies are suggested in order to contribute to the adequate diffusion of the social right to leisure.

Key words: Management; Management; public spaces; sport; leisure.

ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está organizada em tópicos e artigos científicos, conforme ilustra a figura abaixo:

Figura 1 – Ilustração da organização da dissertação.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 JUSTIFICATIVA	26
3 OBJETIVOS.....	30
4 MÉTODO GERAL DA DISSERTAÇÃO.....	31
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	36
6 ARTIGO 1.....	37
6.1. INTRODUÇÃO	39
6.2. MÉTODO	45
6.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
6.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
6.5. REFERÊNCIAS DO ARTIGO 1.....	67
7 ARTIGO 2.....	74
7.1 INTRODUÇÃO	76
7.2 MÉTODO.....	81
7.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	83
7.3.1 ÁREAS VERDES.....	83
7.3.2 ESPAÇOS ESPORTIVOS.....	92
7.3.3 ESPAÇOS CULTURAIS.....	99
7.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
7.5 REFERÊNCIAS DO ARTIGO 2.....	110
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO.....	117
8.1. LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	121
8.2. SUGESTÕES PARA NOVOS ESTUDOS.....	122
9 REFERÊNCIAS DA DISSERTAÇÃO.....	123
10 APÊNDICES	132
10.1. APÊNDICE A – DIÁRIO DE CAMPO	132
10.2. APÊNDICE B – REGISTRO FOTOGRÁFICO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	134
10.2.1 ÁREAS VERDES.....	134
10.2.2. ESPAÇOS ESPORTIVOS	161
10.2.3 ESPAÇOS CULTURAIS	167
10.3. APÊNDICE C – MAPEAMENTO COMPLETO DOS ESPAÇOS ANALISADOS ..	171

1 INTRODUÇÃO

O lazer é considerado como um direito social, tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948 (ONU, 1948), como também, na Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), como um dos direitos sociais, assim como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Entretanto, nota-se que as definições de Políticas sobre lazer não unificadas e sistematizadas. Porém, a apropriação do direito ao lazer parece ocorrer de modo diferente, muitas vezes não contemplando a população como um todo, quando se toma em foco os outros direitos citados, de forma comparativa.

Sendo assim, parece que os princípios, as diretrizes, os objetivos, os mecanismos e regras constitucionais, não foram ainda suficientemente definidos, em nível nacional (MENICUCCI, 2006; GOMES; ISAYAMA, 2015), no sentido de orientar a concretização do lazer como direito socialmente reconhecido. Conseqüentemente, há também dificuldades na gestão, na definição, na criação de mecanismos e na realização dos mesmos, nos âmbitos do esporte e do lazer em nível municipal, com base nas Leis Orgânicas e nas demais legislações municipais (PINTOS et al., 2017). Segundo Bramham et al. (2017) e Bramante (2004), muitas vezes, as Políticas Públicas de lazer são elaboradas, porém, não são totalmente implementadas e, quando o são, não apresentam continuidade, sobretudo, quando há transição de governo ou, até mesmo, quando determinado partido permanece no poder. Isto se deve, em grande parte, por não haver uma Política Pública em âmbito Nacional eficiente, voltada especificamente ao Esporte e ao Lazer, a qual possa subsidiar ações efetivas, em níveis estadual e municipal.

Segundo Souza (2006), para definir Políticas Públicas é necessário resumir

teorias de algumas áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Ciência Política e a Economia. As Políticas Públicas exercem fortes influências sobre os âmbitos econômico e social, demonstrando, assim, a necessidade de abordar as inter-relações entre o estado, a política, a economia e a sociedade (SOUZA, 2006). Segundo a mesma autora, pode-se sintetizar o conceito de Políticas Públicas como um conjunto de deliberações e ações, o qual busca traçar planos para os atos do governo, com o intuito de propor caminhos para atender às necessidades da sociedade. Da mesma forma, segundo Muller, Joly e Vargas (2010), Política Pública pode ser definida como programas governamentais de ações dentro de uma esfera da sociedade, ou área geográfica.

Para a elaboração das Políticas Públicas, cada gestão reproduz as suas medidas e plataformas políticas eleitorais em projetos e intervenções, os quais resultarão em transformações na sociedade (SOUZA, 2006). Neste sentido, segundo Höfling (2001), a manutenção e a gestão de tais Políticas dependem de o Estado desenvolver uma ação, por meio de programas de governo, dirigidos a diversos setores da sociedade, relacionando os interesses desta e os problemas sociais encontrados.

Compreender a amplitude do conceito de Políticas Públicas de esporte e de lazer requer que haja a superação de uma visão simplista, voltada apenas a fomentar atividades práticas (MILANI; CARDOSO, 2014; FISCHER, 2003). Segundo esses autores, se faz necessário considerá-la como um fenômeno cultural, com condições de promover a construção de uma sociedade mais democrática e respeitável. Pensar em Políticas Públicas relacionadas ao esporte e ao lazer é promover o bem-estar, a felicidade, entre outros preceitos, a toda a população, levando-se em consideração, inclusive, os segmentos excluídos da sociedade (CASTELLANI FILHO, 2007). Tendo em vista tal fato, o planejamento de Políticas Públicas de esporte e de lazer por parte dos municípios, torna-se de extrema importância.

As Políticas Públicas possuem um grande potencial para integrar os cidadãos na participação popular, destacando a importância destes e de suas necessidades, seja para a seleção das atividades que serão oferecidas, como também, para a construção de novos espaços públicos de esporte e de lazer, pelo governo, por meio seus gestores, buscando apoios intersetoriais (LIMA; IRVING; ABREU, 2017; KOCIAN; SILVA, 2016; SILVA; SANTOS; AVILA, 2013). No campo das Políticas Públicas, incluindo as de esporte e de lazer, a intersetorialidade pode ser uma forma de oferecer programas, atividades e benefícios para a sociedade, integrando diversas áreas, como Saúde e Educação. O encontro destas áreas pode provocar um aumento na qualidade destes campos, aumentando o impacto social e revertendo em benefícios para a população (BONALUME, 2011).

Entretanto, segundo Costa (2002), geralmente, nas administrações municipais, é encontrada muita resistência para implementação da intersetorialidade. Segundo este autor, as estruturas administrativas encontradas atualmente possuem uma lógica setorial profundamente enraizada, o que dificulta a implantação e prática deste preceito nas instituições administrativas.

Para que aconteça a intersetorialidade, é necessário que haja uma articulação de diversas áreas, as quais passam, desde o planejamento, até a implantação e, posteriormente, a avaliação de tais Políticas (MALTA et al., 2014). Para estes autores, o desenvolvimento de Políticas Públicas de esporte e de lazer consistentes, pode, inclusive, ter ressonâncias no desenvolvimento das Políticas de outras áreas, tais como, a de Saúde Pública, estimulando um aumento na qualidade de vida da sociedade.

Porém, mesmo diante do exposto, os estudos sobre as Políticas Públicas em geral (WEIMER; VING, 2017; DUNN, 2016) demonstram que as principais problemáticas envolvendo as características da implantação das mesmas são o acesso restrito, o

tradicionalismo, a inércia e a descontinuidade, causando gastos desnecessários de recursos, investidos de forma não adequada e acarretando ações pouco eficientes. Tais problemas podem advir da falta de gerência dos projetos, acentuada pela má articulação entre os setores do governo e a não realização de estudos prévios, os quais possam embasar e direcionar da melhor forma as ações (GRASSO; ISAYAMA, 2017; COHEN; FRANCO, 2007; OLIVEIRA, 2006; BARROS; CARVALHO, 2003).

Atualmente, a temática envolvendo Políticas Públicas está em evidência no âmbito acadêmico (HOWLETT; MCCONNELL; PERL, 2017; DUNN, 2016), inclusive na Educação Física, focalizando as Políticas Públicas de esporte e de lazer (BRAMHAM et al., 2017; HOEKMAN; BREEDVELD; KRAAYKAMP, 2017). A discussão científica relativa a esta temática enfatiza, principalmente, as ações, a implantação, a formulação das Políticas Públicas desportivas no país e a participação de diferentes classes sociais nas ações promovidas pelas mesmas (SANTOS; FREIRE; MIRANDA, 2017; CASSOTTA et al., 2017; DALKIR, 2017; STAREPRAVO, 2011).

De acordo com Linhales (2001), o esporte e o lazer encontram-se diluídos nas administrações públicas, tanto na esfera municipal, quanto na estadual ou na federal. Diversos setores utilizam esses dois fenômenos em projetos complementares às Políticas Públicas de saúde, entretanto, segundo a mesma autora, pode-se destacar o esporte e o lazer como bens culturais, que devem ser legitimados como um direito universal da sociedade, ressaltando, assim, sua importância. Nessa perspectiva, o esporte e o lazer se tornam mediadores significativos, podendo promover o desenvolvimento humano (CAUDWELL; MCGEE, 2018).

Tendo em vista tal fato, esses elementos, nas últimas décadas, vêm sendo introduzidos em várias ações do governo e da iniciativa privada, visando suprir algumas carências dos grupos socialmente desfavorecidos (TABARES, 2006). Porém Tavares

(2006) salienta a importância de cautela para a implantação de alguns conceitos de gestão aos projetos públicos de incentivo ao esporte e ao lazer, principalmente os de cunho social. É necessário esquivar-se do viés mercantilistas das questões sociais, apenas objetivando a promoção de empresas, pessoas ou produtos.

Ao se levar em conta os direitos ao esporte e ao lazer, conforme alertam Pinto et al. (2017), ainda parece haver o entendimento, por parte dos gestores públicos, de que esses direitos, assim como, suas garantias, estão relacionados unicamente com a construção de novos espaços e equipamentos esportivos. Porém, segundo os mesmos autores, isso é um equívoco. É efetivamente necessária a construção de espaços e equipamentos adequados para o esporte e o lazer, entretanto, é de extrema importância a devida manutenção dos já existentes, assim como, que haja foco na necessidade de oferecer qualidade nas ações, introduzindo uma política de animação sociocultural e de incentivo à prática de atividades esportivas e do contexto do lazer pela sociedade nestes espaços, para que exista uma utilização democrática. Ainda, conforme esses autores, torna-se importante levar em consideração a gestão desses espaços e a formulação de Políticas Públicas consistentes e adequadas para oferecer oportunidades de vivências significativas a toda sociedade.

O fato de ainda persistir a indefinição na regulamentação, na legislação e na própria concepção sobre Políticas Públicas, ou mesmo sobre o fenômeno do lazer, tanto pode gerar imprecisão das ações governamentais, representando um fato negativo, quanto pode estabelecer um desconforto, o qual promova novas estratégias para superar esses entraves envolvendo incertezas e indefinições, o que se torna positivo, devido à perspectiva de incentivo à produção de Políticas de lazer criativas e inovadoras (MENICUCCI, 2006), dependendo do sentido e do significado adotados para esses termos envolvendo Políticas Públicas e Lazer, quanto para o próprio fenômeno do lazer

na sociedade. Para isso, é necessário valorizar concepções alargadas e precisas sobre ambos os conceitos, envolvendo Políticas Públicas e lazer, além disto, é premente compreender como essas concepções impactam a sociedade.

Sendo assim, para este estudo, o conceito de Políticas Públicas está centrado na perspectiva de Muller, Joly e Vargas (2010), os quais definem Política Pública como programas governamentais de ações dentro de uma esfera da sociedade ou área geográfica. Entretanto, é necessário se ter em vista que não há uma exclusiva, ou mais correta definição sobre Política Pública (SOUZA, 2006). Segundo a mesma autora, há inúmeras críticas acerca de tais definições, pois, em aspectos gerais, a maioria delas ignora o principal sentido das Políticas Públicas, que seria a atenção às ideias, interesses e necessidades da sociedade. Esta variabilidade de possibilidades de conceito sobre Políticas Públicas também é encontrada, quando o foco recai sobre o Lazer.

Na intenção de compreender o lazer e situá-lo como um fenômeno, neste estudo, serão apresentados a seguir, diversos conceitos, de autores de diferentes épocas e países. O Lazer pode ser considerado dentro do tempo disponível, ou seja, um período em que os indivíduos não possuem um senso de obrigação, seja este de cunho econômico, social, moral ou fisiológico (VOSS, 1967). Segundo o mesmo autor, a escolha de como usufruir este tempo disponível é exclusivamente de cada pessoa. Já Dieckert (1984) trazia uma definição para o lazer como uma oportunidade de vivenciar atividades como as do âmbito esportivo, as quais possam propiciar benefícios à saúde, trazendo satisfação para quem as práticas, podendo suscitar, inclusive, a socialização.

Gaelzer (1979) definia lazer como a junção entre a ação, o desenvolvimento global do cidadão e o desimpedimento de si mesmo, sendo considerado por ela como uma condição mental ativa, relacionada a um estado de liberdade, habilidade e prazer. Iso-Ahola (1980) sugeriu que os indivíduos entendessem e definissem o lazer com base

em seus próprios comportamentos e observando a conduta e as ações dos outros. Este autor sugeriu também, que a liberdade, as relações de trabalho e a motivação contribuem para definir ou alterar este conceito (ISSO-AHOLA, 1979).

No que concerne ao lazer, este fenômeno também tem sido abordado sob diferentes aspectos e vertentes do conhecimento. Stebbins (2008) se refere ao lazer, caracterizando-o e diferenciando o envolvimento no âmbito do lazer em três formas de vivência das atividades: lazer sério, lazer casual e lazer baseado em projeto. A respeito do Lazer sério (STEBBINS, 2008), o autor ressalta que este se refere à realização organizada, recorrente e compromissada de determinada atividade por indivíduos, sendo que, esta atividade deve ser rica em experiências, proporcionando vivências significativas e com possibilidades de trazer uma sensação de realização, e em alguns casos, podendo proporcionar ao praticante, inclusive, o envolvimento com futuras carreiras profissionais.

O Lazer casual pode ser definido, segundo Stebbins, como o envolvimento em uma vivência rápida ou não permanente e que traga uma sensação de satisfação temporária, não sendo necessárias habilidades específicas para que esta seja realizada. Já o Lazer baseado em projeto envolve atividades de cunho criativo, que ocorrem, sobretudo, de forma sazonal e que necessitam de planejamento e consideráveis habilidades para que sejam realizadas, porém, são requeridas pontualmente, para aquela vivência.

Como influência internacional nos estudos sobre lazer desenvolvidos no Brasil no século 20, a produção acadêmica de Dumazedier representou referência importante na literatura científica nacional, no âmbito do lazer (ISAYAMA; SILVA; LACERDA, 2011). Uma das importantes contribuições deste autor sobre esta temática foi elaborada em 1973, tendo como última impressão 2014, definindo o lazer como um agrupamento

de ocupações às quais os indivíduos podem se dedicar por escolha própria, com a intenção de exercitar sua livre capacidade criadora, seja por diversão, recreação, ou entretenimento, promovendo a participação social de forma voluntária, após o indivíduo liberar-se das obrigações profissionais, sociais e/ou familiares (DUMAZEDIER, 2014). Desta forma, para esse autor, o lazer está relacionado a atividades voluntárias e que tragam satisfação. Apesar de esta ser uma importante contribuição para os estudos no campo do lazer, ela sofreu críticas (WERNECK, 2003), haja vista que o autor associa diretamente o fenômeno do lazer à prática de atividades, o que pode minimizar e restringir a amplitude do conceito.

Dumazedier (1980) também descreveu pedagogicamente uma subdivisão dos conteúdos das atividades desenvolvidas no âmbito do lazer, baseada nos interesses das pessoas, na época de seu estudo, evidenciando 5 conteúdos culturais do lazer, a saber: interesses artísticos, intelectuais, manuais, sociais e físico-esportivos. Devido à necessidade de atualização desses conteúdos para ir ao encontro das expectativas e interesses de épocas mais atuais, Camargo (1986) e, posteriormente, Schwartz (2003), indicaram a presença de mais dois interesses, respectivamente os turísticos e os virtuais. Esta subdivisão também gerou críticas dos pesquisadores, pelo fato de apresentar uma categorização sectarizada ou segmentada, a qual pode interferir na compreensão geral sobre o fenômeno. Entretanto, ela também pode contribuir para se compreender, pedagogicamente, a abrangência dos componentes e interesses que envolviam o lazer na época do estudo do autor e, até mesmo, posteriormente.

Outra contribuição importante para se compreender a concepção sobre lazer no Brasil foi a de Marcellino (2007). Segundo este pesquisador, o lazer pode ser definido como a cultura compreendida no seu sentido mais amplo e vivenciada desinteressadamente, buscando, apenas, a satisfação pessoal, advinda de uma atividade

prática ou contemplativa. Esta concepção tem sido bastante utilizada na literatura sobre a temática, até os dias atuais.

Já para Mascarenhas (2004), o lazer pode ser compreendido como um fenômeno tipicamente moderno, que resulta das tensões entre capital e trabalho. Esse fenômeno, na visão desse autor, se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas e culturais, experimentadas de acordo com a vontade ou capacidade de cada indivíduo. Nota-se que esta concepção atrela o lazer diretamente ao mundo do trabalho, diferindo, de certo modo, das outras duas definições anteriormente apresentadas.

O debate teórico-conceitual acerca das concepções sobre lazer evidencia que os autores que contribuem para esta temática não apresentam unanimidade nessas concepções apresentadas. Inclusive, alguns deles tais como Sterapravo e Marchi Júnior (2016), Mezzadri, Moraes e Figuerôa (2015), Mascarenhas (2004) e Castellani Filho (2007), citados neste estudo, desenvolvem suas reflexões em vieses pautados, sobretudo, na visão política e crítica envolvendo o contexto do lazer.

De forma abrangente, Schwartz et al. (2016) ressalta que o lazer pode ser considerado como um fenômeno sociocultural, o qual abarca elementos da atitude propensa a usufruir, de modo pessoal, inúmeras atividades, durante o tempo disponível. Esta concepção, por sua abrangência, é adotada para se compreender o fenômeno do lazer neste estudo.

Para os mesmos autores anteriormente citados, no âmbito do lazer, por meio de suas características e pelas vivências oportunizadas, é possível revitalizar a promoção de componentes educativos, comunicativos e de socialização, como também, favorecer a ocorrência de mudanças de atitudes, estilos de vida, organização e valorização do tempo disponível. Com todo esse potencial representativo acerca das atividades envolvidas com o fenômeno do lazer na sociedade, os autores procuram encorajar iniciativas dentro

do âmbito das Políticas Públicas, pautadas nessas concepções, no sentido de promover a realização de atividades significativas no contexto do lazer para toda a sociedade.

Entretanto, ainda que estas concepções diferenciadas sejam importantes para a compreensão sobre o fenômeno do lazer em diferentes épocas, esses conceitos sofrem variações temporais e culturais, em suas concepções, sendo estas, muitas vezes, limitadas, quando apropriadas ao âmbito das Políticas Públicas, dificultando a apreensão do lazer como um direito para todos. Como direito social, cabe ao Estado garantir aos cidadãos condições de acessibilidade ao mesmo, aprimorando o esporte e o lazer e suas interfaces com a Saúde e a Educação, visando à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em geral. Segundo Silva (2017), os direitos sociais são como prestações positivas ofertadas pelo Estado, direta ou indiretamente, proferidas em normas constitucionais, a fim de propiciar melhores condições de vida e com tendências a promover igualdade, frente às situações desiguais.

Entretanto, ao se tratar o lazer dentro do âmbito das Políticas Públicas, deve-se considerar, inclusive, as peculiaridades e as responsabilidades dos níveis municipais e estaduais no desenvolvimento de ações, para além das Políticas de Estado. A dificuldade em se promover esta corresponsabilidade pode afetar a perspectiva de que o lazer se legitime efetivamente como direito garantido à população. Pensar no lazer como direito, já alertava Linhales (1999), é conceituá-lo como parte integrante da cidadania e das relações definidas entre a sociedade e o Estado. Isto evidencia a necessidade de redimensioná-lo no campo da Gestão e das Políticas Públicas, levando-se em consideração as tensões, as iniciativas, as concepções e as possibilidades, capazes de subsidiar novas perspectivas para as Políticas Públicas de lazer e de esporte, em âmbito nacional (LONG; FLETCHER; WATSON, 2017; STERAPRAVO; MARCHI JÚNIOR, 2016).

O lazer representa um fenômeno sociocultural, no qual é oferecida a oportunidade de vivências promotoras do desenvolvimento de diferentes habilidades, exercendo, assim, um papel primordial no desenvolvimento da sociedade. Conforme Thibault (2011), a vivência significativa de atividades do contexto do lazer pode causar impacto na qualidade de vida e no bem-estar dos indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento de relações sociais, por se constituir em um espaço de expressão e aprendizado da vida democrática.

Do mesmo modo como há diversidade de conceituação e da própria concepção sobre Políticas Públicas e sobre o lazer, outro fenômeno envolvido neste estudo, referente ao esporte, também recebe uma variedade de significados. Segundo Barbanti (2011), o esporte pode ser definido como uma atividade de cunho competitivo, que envolve regras e necessita de esforço físico e habilidades motoras por parte de seus participantes, sendo que sua prática é motivada por fatores intrínsecos e extrínsecos combinados. Nota-se que o autor considera o esporte apenas como atividades regradas e sistematizadas, que promovem o movimento e, conseqüentemente, o exercício físico, deixando de lado, nesta concepção, as naturezas pedagógica e social de tal fenômeno.

Nesse sentido mais alargado, Marchi Junior (2014) considera o esporte como uma atividade física composta de regras e de cunho competitivo, a qual está em permanente evolução, sendo estabelecida de acordo com sua possibilidade sociocultural. Entretanto, segundo o autor, o esporte está em constante profissionalização, mercantilização e espetacularização. Assim, sua concepção também dependerá do viés no qual ele é abordado, se de alto rendimento ou de cunho educacional, de lazer e promova a inclusão social (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2018).

Para este estudo, foi adotada a definição de esporte proposta por Tubino (2017), que traz o conceito de esporte como um fenômeno sociocultural, interdisciplinar, o qual

possui ligações nítidas com outras importantes áreas do conhecimento, como por exemplo, a Educação, a Saúde e o Turismo. Para este autor, o esporte é uma das manifestações da cultura física.

O esporte tem sido abordado para além dos aspectos voltados à biodinâmica, sendo evidenciado como foco de estudos na área de Gestão do esporte no Brasil e em âmbito internacional. Em âmbito nacional, há diversos autores que abordam diferentes perspectivas relacionadas à gestão associada ao esporte, como aspectos de governança, *marketing*, organizacionais, entre outros (AZEVEDO, 2009; NOLASCO et al., 2006). A Gestão do esporte pode ser definida como a utilização das bases teóricas e práticas da área da gestão, nas organizações esportivas (ROCHA; CUNHA BASTOS, 2011). Já segundo Mazzei e Rocco Júnior (2017), a Gestão do esporte é a aplicação dos saberes provenientes das áreas das Ciências do Esporte e da Administração, para o gerenciamento das ações e das instituições envolvendo o fenômeno do Esporte, definição esta adotada por este estudo.

Os aspectos da gestão também já se encontram associados, no contexto dos estudos brasileiros, ao âmbito específico do lazer. Os estudos nesta direção apontam para as diferentes formas de abordagens sobre organização e oportunidade de ofertas de experiências significativas no campo do lazer. Além disto, fomentam as características necessárias para adequação dos ambientes de práticas e para a qualificação de gestores (AZEVEDO; BRAMANTE, 2017; SCHWARTZ; TEODORO; PACHECO, 2017). Sobretudo em âmbito nacional, não há uma definição proposta abordando os aspectos específicos da gestão do lazer, sendo assim, entende-se a gestão do lazer como a administração das instituições e ações voltadas às experiências do âmbito do Lazer, envolvendo os espaços em que ocorrem, as diversas atividades e eventos, atendendo aos interesses culturais, bem como, os aspectos legais, os fatores relativos à segurança, ao

marketing e à comunicação.

Já envolvendo as características da gestão nas pesquisas sobre esporte em âmbito internacional, nota-se que uma das mais proeminentes definições para este campo de estudo foi proposta por Chelladurai (1994, p. 15), o qual conceitua gestão do esporte como "[...] um campo preocupado com a coordenação de recursos humanos e materiais limitados, tecnologias relevantes e contingências situacionais para a efetiva produção e troca de serviços esportivos.". Outros autores, como Pedersen e Thibault (2014), debruçam o olhar sobre as interfaces da gestão esportiva contemporânea, salientando aspectos como a influência das tecnologias da globalização afetando o significado do esporte como instituição internacional.

Entre os estudos internacionais favorecendo o olhar para a gestão associada ao lazer, Tower e Zimmermann (2016) abordam a qualidade dos serviços prestados, em relação à oferta de programas e atividades no lazer, tomados sob o viés comunitário. Outros enfoques dados à gestão no campo do lazer salientam a importância da valorização da qualidade dos espaços e equipamentos de lazer, uma vez que estes representam um potencial local para a melhoria da interação social e da participação cidadã (GLOVER, 2017).

Ao se traçarem as interfaces entre os elementos aqui abordados, referente à Políticas Públicas, lazer, esporte, gestão do esporte e do lazer, nota-se que uma das temáticas que perpassa os estudos em todos esses vieses, está voltada para as preocupações com esta questão da qualidade dos espaços para as vivências esportivas e no lazer. Acerca das formas adequadas de usufruto nos espaços de esporte e de lazer, as contribuições de Pacheco e Raimundo (2015), Castelnou (2009) e Santos (2006) procuram imprimir importância em se atentar para as possíveis ressonâncias da privatização dos espaços públicos, bem como, da transformação desses espaços em

objetos de consumo.

Nos estudos de Políticas Públicas, estas relações estão direcionadas aos espaços de esporte e de lazer nas cidades (VALENTINE, 2016; RECHIA; BELTRÁN, 2010). Os autores evidenciam que esses espaços, além de contribuírem para ampliar as possibilidades das práticas sociais e culturais, se apresentam como ambiente apropriado para o desenvolvimento de ações prazerosas em grupos (HINDLEY, 2018; SANTOS, 2007).

Ainda no que se refere a espaços públicos para as vivências esportivas e do contexto do lazer, Serpa (2007) ressalta serem esses espaços de ação política, ou ainda, representando espaços simbólicos, onde se expressam divergentes ideias de cultura e de sujeitos. O autor declara, ainda, que há a alteração de alguns destes espaços em mercadoria, resultando em uma apropriação díspar. Portanto, é de extrema importância, segundo Pochmann (2012), que os cidadãos utilizem os espaços públicos, sendo que, para isso os governantes devem planejar estratégias e ações que estimulem as pessoas a usufruírem as praças, parques, museus e outros tipos de espaços públicos.

Malta et al. (2014) ressaltam a importância da construção de espaços públicos, com viabilidade de usos diversificados e com possibilidades de contar, nos mesmos, com profissionais de diferentes áreas, como, da Educação e da Saúde, envolvendo o esporte e o lazer. Segundo Weiss et al. (2011), a pouca distância entre os espaços públicos de lazer e a população, pode representar um referencial no direcionamento da procura por atividades físicas em áreas urbanas, porém, devido à negligência por parte dos administradores, no que tange aos aspectos relativos a esses espaços, podem ocorrer dificuldades no conhecimento e, inclusive, no uso e apropriação dos mesmos. A infraestrutura dos espaços públicos de lazer como manutenção, funcionamento e opções oferecidas, pode motivar a participação em atividades físicas, como também, induzir à

preservação dos espaços e à satisfação dos usuários (SILVA et al., 2012).

Na sociedade contemporânea, o esporte e o lazer se apresentam como fenômenos de excepcional importância, não só por permitirem ampliar a capacidade de desenvolvimento da cidadania e da autonomia humana, mas também, por contribuírem, por meio de suas vivências, para expandir as estratégias que possam gerar melhoria da saúde (BACHELADENSKR; MATIELLO JUNIOR, 2010). Os ambientes destinados à vivência de atividades envolvendo o esporte e o lazer podem ser considerados como espaços que favorecem, à parte da população, hábitos saudáveis, auxiliando na melhoria dos aspectos emocionais, sociais, culturais e físicos, uma vez que também são propícios à promoção da saúde e bem-estar na área urbana (SILVA et al., 2013), nos quais podem ser oferecidas diferentes vivências, incluindo as atividades físicas, para indivíduos das mais variadas classes sociais e faixas etárias (MCCORMACK et al., 2010).

Em termos da vida cotidiana, sobretudo nas grandes metrópoles, existe a constatação de que o espaço para as vivências dos contextos do esporte e do lazer está praticamente restrito ao ambiente urbano, artificializado e construído, nem sempre de modo adequado às expectativas e necessidades humanas. Portanto, representa um desafio, no campo das Políticas Públicas, compreender os interesses da sociedade pelas vivências nos âmbitos do esporte e do lazer, para, posteriormente, proceder-se à necessária adequação de espaços e equipamentos propícios para o desenvolvimento democrático de atividades.

Ao se tomar como foco as atividades esportivas e as do campo do lazer, interesses deste estudo, é importante salientar a necessidade de disponibilização de espaços e/ou equipamentos (MARCELLINO, 2012) propícios e adequados para atender às peculiaridades destas finalidades. Ainda segundo Marcellino et al. (2007), os espaços e equipamentos de lazer devem ter significado aos praticantes, pois representam uma

forma importante de promoção de relacionamentos, socialização, entre outros fatores.

Mesmo que o espaço pareça ser ainda um aspecto secundário no campo de estudos das Políticas Públicas, esses estudos anteriormente elencados já ratificam a necessidade de valorização desses ambientes. O ambiente físico pode interferir, inclusive, nas escolhas, motivando ou desmotivando o envolvimento nas vivências, haja vista que um espaço vai muito além de sua materialidade, mantendo valores afetivos, éticos e estéticos importantes (TOMANIK, 2016). Inclusive, a falta de conhecimento sobre esses espaços, pode limitar o envolvimento em atividades que são vitais para a qualidade de vida do ser humano (SILVA et al., 2013; LINHALES, 1999).

Segundo Rodrigues e Bramante (2003), o tempo destinado ao lazer é vivenciado por uma permissão pessoal, geralmente baseada na vontade interna do praticante e acontece em algum lugar. Desta forma, espaços e equipamentos para o desenvolvimento das experiências nos âmbitos do lazer e do esporte são imprescindíveis. Para Marcellino (2012), é necessário que, ao tempo disponível, corresponda um espaço também disponível para tais vivências.

Para Gomes (2004), o lazer representa um aspecto da cultura construída na sociedade, a partir da combinação do tempo, espaço e lugar das manifestações culturais e das condutas pessoais. Assim, a apropriação dos equipamentos públicos para práticas de esporte e de atividades do contexto do lazer, em diferentes espaços urbanos, pode significar uma conexão entre o cotidiano, as pessoas e a cultura da cidade. Portanto, compreender como e quanto uma cidade oferece oportunidade para estas vivências, se torna um grande desafio para o campo das Políticas Públicas, no sentido de contribuir para disseminar novas oportunidades de vivências nesses contextos.

Para Reis e Starepravo (2008), a execução das Políticas Públicas de esporte e de lazer deve se dar, não apenas por meio da elaboração e oferecimento de projetos, mas,

inclusive, por meio da informação e educação das pessoas, para que as mesmas compreendam a importância do tempo destinado ao lazer. Além disto, é premente atentar para a importância de disponibilização de espaços e equipamentos para a concretização das vivências, com acesso e garantia de uso a todos que manifestarem interesse.

Com a obtenção de direitos, há uma amplificação da cidadania, impondo, assim, ao Estado, a obrigação de repensar novos conteúdos de agenda pública (LINHALES, 1998; PINTOS et al., 2017). Desta forma, o Estado assume a responsabilidade de garantir que direitos e deveres sejam cumpridos.

A cidade, para a maioria da população, é o equipamento mais oportuno para que as vivências do contexto do lazer consigam se desenvolver, pois, é nela que se encontra o maior número de habitantes. Sendo assim, é na cidade que se encontra o local mais propício para estimular e desenvolver as produções no âmbito do lazer e atingir um número expressivo de participantes. Porém, o crescimento urbano desordenado, as desigualdades sociais e outros inúmeros fatores, vêm contribuindo para que se percam os espaços públicos, fazendo com que as vivências sejam transferidas para espaços privados ou domésticos, restringindo, assim, as possibilidades de vivenciar os variados conteúdos do lazer (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2007).

O município de Rio Claro, localizado no estado de São Paulo, interesse deste estudo, conta com alguns espaços públicos destinados ao esporte e ao lazer, porém, para que os mesmos cumpram a função a que são destinados, é necessário haver a adequada gestão e estímulo à democratização de acesso aos mesmos. Sendo assim, considerando a importância social do esporte e do lazer e a necessidade de adequação de espaços públicos para a vivência de atividades significativas, pode-se ressaltar ainda mais a relevância da difusão sobre dados acerca de tais temáticas. A promoção de ideias e

soluções em nível acadêmico pode ampliar a elaboração de novas Políticas Públicas e programas nos âmbitos do esporte e do lazer, que possam efetivamente atender às demandas sociais (ANGELONI, 2008).

2 JUSTIFICATIVA

Para que as vivências do esporte e das atividades do contexto do lazer sejam efetivas, é necessário que um município disponibilize espaços e equipamentos adequados. Os espaços públicos, em certos centros urbanos, além de proporcionarem oportunidades para vivências no contexto do lazer, muitas vezes, garantem a inclusão de diferentes usuários, a partir das funções vivenciadas e de seus papéis nos espaços das cidades.

Nesta perspectiva, estes são de grande valia, na atualidade, pois servem de espaços de integração, como também, definem uso, funções e diferentes expressões no transcorrer de sua utilização (GLOVER, 2017; BORTOLO, 2013). Desta forma, o espaço público pode ser compreendido como uma região onde grupos sociais distintos dividem a mesma superfície no espaço urbano (YUEN; JOHNSON, 2017; SANTOS, 2008). Entretanto, é necessário também compreender que o espaço não é uma entidade que pode ser dissociada das necessidades dos seres humanos, pois assume uma forma e desempenha uma função, a partir dos interesses de sua apropriação (WHYTE; FORTUNE, 2017).

Portanto, conhecer o que vem sendo oferecido para os cidadãos na questão de espaços e equipamentos públicos de esporte e para o âmbito do lazer, pode favorecer novas tomadas de decisões para ações, tanto no âmbito das Políticas Públicas Municipais, quanto para incentivo ao comportamento proativo dos cidadãos. A abordagem deste estudo está voltada a mapear os espaços públicos de esporte e de atividades do contexto do lazer na cidade de Rio Claro/SP, bem como, compreender como se processam as formas de apropriação e uso dos mesmos.

Em uma primeira aproximação, com base em uma busca assistemática por estudos relacionados à gestão do esporte e do lazer, pode-se perceber uma carência de

abordagens associando estes temas com os equipamentos de lazer em municípios, como na cidade de Rio Claro. Com base nesta lacuna e na perspectiva de auxiliar a superar adequadamente esta defasagem, está centrado o interesse deste estudo.

Dessa forma, por meio da proposta de um mapeamento, bem como, das informações sobre as formas de apropriação e uso dos espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer da cidade de Rio Claro, poder-se-á ampliar a produção de conhecimentos sobre esses aspectos. Além disto, estas abordagens podem apresentar subsídios, com vistas a futuras intervenções e possibilidades da elaboração e realização de ações em Gestão e Políticas Públicas.

A gestão de Políticas Públicas destinadas a atender às necessidades dos municípios, nos âmbitos do esporte e do lazer, também poderá ser beneficiada com os dados desta pesquisa. Isto se justifica pelo fato de que os conhecimentos produzidos no âmbito do lazer, do esporte e de outras esferas da vida social, só adquirem sentido, se forem difundidos e disseminados, com acesso a todos os interessados (COSTA; LEITE, 2017; CASSOTTA et al., 2017; DALKIR, 2017; SCHWARTZ, 2010), o que requer qualidade, principalmente, nas ações de gestão da informação dos conhecimentos produzidos.

Desta forma, tanto a Gestão da Informação, como a Gestão do Conhecimento, encaradas como um processo interfaceado, tornam-se bases teóricas importantes para ampliar a eficácia da difusão de informações ao cidadão, podendo promover as relações com o poder público, iniciativa privada, bem como, com Organizações Não Governamentais (ONG), comunidades e Universidades, com possibilidades de gerar novas pesquisas e organização de novos centros de aglutinação de dados (COSTA; LEITE, 2017; CASSOTTA et al., 2017; DALKIR, 2017; SCHWARTZ et al., 2014; SCHWARTZ et al., 2010).

No âmbito deste artigo, entendeu-se por gestão do conhecimento como todo e qualquer processo de elaboração, criação e organização do conhecimento, geralmente já existente, para o qual é utilizado um conjunto de estratégias técnicas, metodológicas e organizacionais (SOUSA; COSTA; APARICIO, 2017). Já por gestão da informação, entende-se, de acordo com Ottonicar, Santos e Moraes (2017), que este é um processo de coleta, processamento, armazenamento e posterior disseminação de qualquer informação obtida.

Com a Gestão da Informação, há possibilidade de se atentar para uma série de procedimentos adotados, visando à identificação, organização, produção e armazenamento de dados informacionais, os quais podem ser utilizados para subsidiar tomadas de decisão em diferentes contextos (SCHWARTZ et al., 2010). A Gestão do conhecimento, segundo Angeloni (2009) e Hislop (2013), representa um método sistemático, integrado e transdisciplinar, com possibilidades de promover a criação, a organização, o compartilhamento, a utilização e a proteção de conhecimentos, agregando valor aos interessados.

Os estudos sobre Gestão da Informação (HUGOS, 2018; SCHWARTZ et al., 2010) e Gestão do Conhecimento (COSTA; LEITE, 2017; CASSOTTA et al., 2017) encontrados na literatura, quase sempre, destacam as organizações empresariais e o conhecimento organizacional. Entretanto, estas teorias podem ser abordadas em inúmeros contextos, como por exemplo, em âmbito acadêmico, revertidas para a perspectiva de ampliação do conhecimento científico sobre as Políticas Públicas de esporte e de lazer (TROTSMANN et al., 2017; FARAH, 2016; LEITE, 2007) e a gestão adequada dos espaços destinados a atividades variadas nos contextos do lazer e do trabalho, promovendo e gerando novas perspectivas de soluções de problemas.

Desta forma, o interesse deste estudo em pesquisar quantos e quais são os

espaços e equipamentos públicos para o esporte e para as vivências no lazer que a cidade de Rio Claro oferece aos cidadãos, assim como, investigar os modos de apropriações e utilização dos mesmos, visa a contribuir para que o esporte e o lazer sejam efetivamente reconhecidos e disseminados como direitos sociais, de fato.

3 OBJETIVOS

3.1. OBJETIVOS GERAIS

Identificar e mapear os espaços públicos de esporte e de lazer pertencentes à Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar os aspectos referentes a localização, distribuição, estrutura, conservação, segurança, acessibilidade e utilização, bem como, outros aspectos que tenham se mostrado relevantes nos espaços públicos de esporte e de lazer pertencentes à Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP.

4 MÉTODO GERAL DA DISSERTAÇÃO

Este estudo tem uma natureza qualitativa, uma vez que este método se apresenta adequado à averiguação de fenômenos sociais. De acordo com Richardson (2017), o método qualitativo atende à oportunidade de alcançar informações contextuais de determinado aspecto, de modo bastante eficiente.

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, foram elaboradas duas etapas. Na primeira etapa, foi desenvolvida uma pesquisa do tipo revisão sistemática sobre o estado da arte das temáticas envolvendo as Políticas Públicas e a Gestão de Espaços de esporte e de lazer. Esta revisão sistemática foi baseada em artigos publicados em periódicos disponíveis em bases de dados científicas constantes da Internet, acerca das temáticas envolvendo Gestão, Políticas Públicas e espaços nos contextos do esporte e do lazer.

A revisão sistemática consiste em uma estratégia de investigação científica, a qual tem por finalidade reunir, avaliar criticamente e orientar uma síntese de resultados de múltiplos estudos presentes na literatura, com base em critérios predeterminados e evidências científicas consistentes. A revisão tem por finalidade colaborar com a escolha de estudos específicos, os quais possam auxiliar no desenvolvimento da Gestão de Informações e do Conhecimento relacionado às pesquisas originalmente produzidas, (SCHÜTZ; SANT'ANA; SANTOS, 2011).

Uma revisão sistemática demanda uma questão clara, com critérios de seleção bem definidos, garantindo a qualidade dos estudos sintetizados e uma conclusão que forneça novas informações, com base nos conteúdos pesquisados e apresentados (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Sendo assim, a revisão sistemática apresenta-se como tipo de pesquisa útil, possibilitando a síntese de uma gama de informações científicas e de dados, de forma previamente organizada e facilmente

reprodutível. Esta etapa, referente ao artigo de revisão sistemática já está concluída e esses dados serão apresentados no decorrer no exame de Qualificação.

Já a segunda etapa deste estudo, foi composta por três fases. A primeira fase foi referente à uma pesquisa documental e um mapeamento dos espaços públicos de esporte e de lazer no município de Rio Claro – SP, na segunda fase foi realizado a observação e o preenchimento de diários de campo, a respeito dos espaços mapeados e a terceira fase correspondeu à análise dos dados advindos da observação e presentes nos diários de campo, por meio da técnica de Análise de Conteúdo.

A pesquisa documental contou com um levantamento dos documentos oficiais constantes na Prefeitura do Município, com base em dados contidos no Plano Diretor da Cidade, na Lei Orgânica do Município, em *sites* da Prefeitura e *sites* Turísticos e em outros documentos, aos quais se teve acesso e que veiram a ser agregados no decorrer do estudo, na tentativa de levantar o maior número de informações possíveis sobre o tema. Assim, fizeram parte da pesquisa documentos provenientes de fontes diversificadas, as quais puderam auxiliar a retratar a história do município, sendo de grande importância para a compreensão dos caminhos envolvendo o âmbito da Gestão (VEAL, 2018; GARCIA et al., 2016).

Concomitantemente ao desenvolvimento da pesquisa documental, foi realizado um mapeamento dos espaços públicos de nos âmbitos do esporte e do lazer no município de Rio Claro – SP. O mapeamento destes espaços serviu como base para a realização da segunda fase, desenvolvida por meio da técnica de observação, sendo que a partir desta, foram preenchidos os diários de campo relativo aos espaços observados.

A pesquisa observacional é uma importante técnica de coleta de dados, uma vez que oferece subsídios para se conferir ou complementar as informações advindas de outros tipos de pesquisa, como as pesquisas bibliográfica e documental (VEAL, 2018;

BERNARD, 2017). Para o desenvolvimento da observação, foram utilizados diários de campo, com os itens a serem observados (VEAL, 2018; BERNARD, 2017; BEINS, 2017; GIL, 2008). A observação foi pautada em itens previamente definidos, embasados no instrumento utilizado no Suplemento de Esporte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, conduzido pela primeira vez no ano de 2003 pelo IBGE, em parceria com o Ministério do Esporte (IBGE, 2006) e atualizado no ano de 2016, utilizando o mesmo instrumento de coleta (IBGE, 2016). No diário de campo, foram anotados os aspectos da localização (logradouro), uma escala do tipo Likert, composta de doze itens, os quais variam de 1 a 5 (1 – Muito Ruim, 2 – Ruim, 3 – Médio, 4 – Bom, 5 – Muito Bom), relativos à estrutura, conservação, segurança, acessibilidade, apropriação por parte dos munícipes e também dos órgãos públicos municipais, entre outros. Além disto, foram levadas em consideração anotações complementares, por meio das quais foi realizado o registro de eventuais problemas averiguados pelo pesquisador *in loco*, em cada espaço visitado. Para auxiliar na análise dos dados obtidos durante a observação dos espaços, o pesquisador também registrou os espaços, com base em imagens fotográficas e/ou videográficas, tomando-se o cuidado ético de não inserir pessoas.

Os dados advindos das coletas de dados e presentes nos diários de campo foram analisados com base na utilização da Técnica de Análise de Conteúdo, levando-se em consideração os eixos temáticos: estrutura, conservação, segurança, acessibilidade e utilização. Segundo Richarson (2017), a análise de conteúdo representa um conjunto de instrumentos metodológicos de análise das comunicações, objetivando obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos sobre determinada temática e podendo ser aplicada a discursos e mensagens de diversos tipos.

Inicialmente, esta técnica teve sua origem na linguística, analisando e interpretando mensagens provenientes de entrevistas. Segundo Berelson (1954), esta

técnica foi utilizada para interpretar pesquisas de cunho descritivo, de forma objetiva, sistemática e quantitativa, do conteúdo manifesto da comunicação. Entretanto, este mesmo autor fundamenta-se na ideia de que todas as mensagens escritas, sejam elas provenientes de livros, jornais, revistas, entrevistas, entre outros, são mensuráveis, podendo-se utilizar, para isto, a técnica de análise de conteúdo.

Há, inclusive, outros autores, os quais também embasam esta possibilidade, tais como Lasswell e Leites (1965). Esses estudiosos também incorporaram à definição da técnica de análise de conteúdo a capacidade de analisar e classificar juízos provenientes de um analista, presentes em relatórios, desde que estes, sejam frutos de um observador científico. Desta forma, a análise de conteúdo se mostra uma técnica adequada para se proceder à análise dos dados provenientes de relatórios, com rigor científico, tais como os diários de campo utilizados neste estudo.

A forma análise dos dados, por meio da técnica de análise de conteúdo, abrange três etapas, sendo elas: a pré-análise, a exploração do material e sua interpretação (CRESWELL, 2007; FLICK, 2009). Na fase de pré-análise dos dados obtidos nesta pesquisa, será realizado uma síntese dos dados coletados e estabelecidos os indicadores para interpretá-los. Na fase de exploração do material, serão realizados os recortes dos dados por unidades de registro e classificação destes em categorias, definidas a *posteriori*. Já na fase de interpretação, serão captados os conteúdos presentes em todo o material e, a partir das categorias definidas na fase anterior, será realizada uma comparação dos dados, por meio de justaposição, ressaltando os aspectos considerados semelhantes, ou que mereçam ressalvas.

Este estudo será difundido por meio de divulgação em periódicos científicos pertinentes à área, bem como, as informações produzidas serão encaminhadas aos órgãos e instituições públicas competentes do município de Rio Claro, na forma de um

mapa de fácil compressão, com todos os espaços de esporte e de lazer devidamente demarcados. Além disto, será enviada uma cópia da análise final dos dados referentes ao uso e apropriação dos espaços, ficando a cargo das referidas instituições, a possibilidade de fazerem uso das informações do estudo, com vistas a beneficiar as vivências dos munícipes, nesses contextos. Os dados obtidos a partir desta pesquisa poderão subsidiar novos estudos e incrementar novos olhares aos campos da Gestão e Políticas Públicas nos âmbitos do esporte e do lazer.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dissertação foi elaborada com base na construção de artigos científicos. Esta forma apresenta a vantagem de promover a agilidade para a submissão e publicação dos artigos produzidos, tornando a produção do conhecimento mais rápida e dinâmica (THOMAS; NELSON; MAGILL, 1986; RUFINO, 2015). Portanto, o artigo 1 se refere à revisão sistemática da literatura, relativo às temáticas envolvendo Gestão, Políticas Públicas e espaços de nos contextos do esporte e do lazer. Já o artigo 2 é referente à Análise de Conteúdo, dos dados provenientes da pesquisa documental, dos diários de campo e do mapeamento dos espaços públicos de esporte e de lazer no município de Rio Claro – SP.

A seguir, apresentam-se os artigos 1 e 2, o Artigo 1, será encaminhado para submissão à Revista LICERE, categorizada como B2, no WEBQUALIS, quadriênio de 2013 a 2016, da CAPES, na área de avaliação Educação Física. Já o Artigo 2, será encaminhado para a Revista Brasileira de Educação Física, categorizada como B1, no WEBQUALIS, quadriênio de 2013 a 2016, da CAPES, na área de avaliação Educação Física. Ambos os artigos seguem as diretrizes para publicação nas respectivas revistas, mantendo as versões originais.

6 ARTIGO 1

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESPAÇOS DE ESPORTE E LAZER NOS ESTUDOS ACADÊMICOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

RESUMO

Mesmo que haja algumas pesquisas e estudos, nos âmbitos acadêmico e científico, referentes à gestão, uso e apropriação de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, notam-se, ainda, lacunas pouco exploradas, como a gestão da informação e a difusão adequada do conhecimento sobre a temática, envolvendo as Políticas Públicas. Desta forma, este estudo, de natureza qualitativa, teve como objetivo, realizar uma revisão sistemática de literatura sobre a produção científica recente, apresentando o estado da arte sobre Políticas Públicas e a gestão de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer. Para tanto, a busca foi realizada nas seguintes bases de dados: Scopus, SPORTDiscus, Web of Science, Pro Quest e SciELO, utilizando os termos booleanos a seguir: “*sport and leisure management*” OR “*sport space*” OR “*leisure space*” OR “*sport equipment*” OR “*leisure equipment*” OR “*public sport policy*” OR “*public leisure policy*”. Os artigos analisados abrangeram diferentes áreas do conhecimento, tal como, as Ciências do Esporte, Geografia, Arquitetura e Urbanismo e Sociologia. Os dados foram analisados por meio da Técnica de Análise de Conteúdo. Com base nos resultados, pode-se perceber que o tema referente às Políticas Públicas nos contextos do esporte e do lazer tem sido focalizado atualmente, nos estudos, entretanto, os espaços públicos neste contexto ainda são tratados de forma secundária. Este campo de estudo carece de novas pesquisas, com a intenção de aprofundar as investigações sobre a temática.

Palavras-chave: espaços; esporte e lazer; políticas públicas; gestão.

ABSTRACT

Despite some research and studies, in academic and scientific fields, and concerning the management, use and appropriation of public spaces in sports and leisure contexts, there are still some gaps that have been insufficiently explored, such as information management and the appropriate knowledge diffusion on the subject, among Public Policies. Thus, this qualitative study aimed to conduct a systematic review on recent scientific production, presenting the state of the art on Public Policies and public spaces management regarding sport and leisure contexts. A search was performed in the following databases: Scopus, SPORTDiscus, Web of Science, Pro Quest and SciELO. The keywords and Boolean terms were: "sport and leisure management" OR "sport space" OR "leisure space" OR "Sport equipment" OR "leisure equipment" OR "public sport policy" OR "public leisure policy". The papers analyzed covered different knowledge areas, such as Sport Sciences, Geography, Architecture and Urbanism, and Sociology. The collected data were analyzed using the Content Analysis Technique. Based on the results, it can be noticed that the theme regarding Public Policies in sport and leisure contexts is focused among the studies; however, public spaces are still treated in a secondary way. This study field needs further researches, with the intention of deepening the knowledge on the subject.

Keywords: spaces; sports and leisure; public policy; management.

6.1. INTRODUÇÃO

A gestão do lazer se refere à administração das instituições e ações voltadas às experiências do âmbito do lazer, envolvendo os espaços em que ocorrem as diversas atividades e eventos, atendendo aos interesses culturais, bem como, os aspectos legais, os fatores relativos à segurança, ao marketing e à comunicação. Desta forma, percebe-se a importância do foco na questão dos espaços, no sentido de proporcionar oportunidades de vivências positivamente significativas.

Os espaços de lazer nas cidades podem ser compreendidos como ambientes propícios às vivências de esporte, recreação e entretenimento, no âmbito do lazer, por parte da população, sendo que os mesmos devem apresentar possibilidades de promover o bem-estar e a saúde, como também, acarretar melhorias nos aspectos emocionais, sociais, culturais e físicos (SILVA et al., 2013). São encontrados na literatura inúmeros estudos referentes a atividades realizadas em distintos espaços, tanto no Brasil (CAMARGO et al., 2017; FREITAS; ELIAS, 2017; PINA; GOULART; SEIXAS, 2017) quanto no exterior (FUAD et al., 2018; JONES, 2018; HOOPER et al., 2018), em diferentes áreas do conhecimento, a exemplo da Geografia (ÖNER; KLAESSON, 2017; PAUL, 2017), da Arquitetura e do Urbanismo (OAKES, 2017; AKHIR et al., 2017), da Sociologia (GLOVER, 2017; YUEN; JOHSON, 2017), da Economia (ZAKARIYA; HARUN; MANSOR, 2017; FREITAS; ELIAS, 2017), entre outras. Entretanto, são poucos os estudos que tratam de espaços de lazer como um tema específico, mesmo em países como Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e França, em que o lazer, tradicionalmente, faz parte dos estudos acadêmicos já há décadas, podendo, desta forma, ser apontado como uma temática emergente e ainda em construção na área do lazer (PINA; GOULART; SEIXAS, 2017).

Ainda segundo Pina, Goulart e Seixas (2017) nota-se pouca atenção aos espaços

de lazer nas cidades, em parte, pelo fato de que muitos espaços, construídos com outras finalidades, podem ser usufruídos para as atividades do âmbito do lazer, ao contrário das praças e parques, as quais já são projetadas com esta finalidade. Ainda assim, grande parte desses espaços utilizados para as vivências no contexto do lazer se encontram restritos ao espaço urbano, principalmente nas grandes metrópoles e nem sempre, estes espaços construídos se apresentam apropriados às necessidades e expectativas dos usuários. Mesmo assim, nesses espaços, podem ser oferecidas e vivenciadas diversas atividades, para pessoas de diferentes classes sociais e faixas etárias (MCCORMACK et al., 2010), dependendo da forma como eles são gerenciados.

Outra problemática associada aos estudos sobre espaços de lazer diz respeito às divergências de nomes utilizados na literatura, em que, não raro, os autores confundem equipamentos com espaços. Sendo assim, para este estudo, foi adotada a definição de espaço nos contextos do esporte e do lazer, proposta por Marcellino et al. (2007), o qual traz o conceito de espaço como um suporte para os equipamentos, representando, portanto, o espaço físico, onde os equipamentos se apresentam instalados. Diferentemente, o conceito de equipamento, também proposto pelo mesmo autor, se refere aos objetos que organizam o espaço em função das atividades que lá acontecem, podendo gerar um significado específico para o espaço (ginásio poliesportivo, campo de futebol, etc.), tornando-o útil para um determinado propósito.

Pode-se citar também, trazendo o foco mais para o viés dos espaços no contexto do lazer, o conceito proposto por Pina (2014), o qual caracteriza os espaços em específicos e não específicos. Os espaços específicos, segundo este autor, são os que foram planejados, projetados, construídos e devidamente organizados para tais finalidades, já os não específicos, são os espaços utilizados para atividades variadas no contexto do lazer, porém, sem terem sido planejados, projetados, construídos e

devidamente organizados para tal.

Outro fator considerado importante para que ocorram as vivências nos contextos do esporte e do lazer é o tempo que o indivíduo disponibiliza para essas vivências, sendo que o mesmo, em geral, é instituído pelo praticante, baseado em sua vontade e permissão pessoal, sendo necessário algum lugar para que estas vivências possam acontecer (RODRIGUES; BRAMANTE, 2003). Segundo Hulteen et al. (2017), Blynton et al. (2017) e Marcellino (2006), é fundamental que haja um espaço disponível e adequado para essas vivências e que esse seja correspondente ao tempo disponível para as vivências no âmbito do lazer dos cidadãos. Desta forma, embora o espaço, não raro, possa ser considerado um aspecto de importância secundária, o mesmo pode influenciar nas escolhas das vivências, motivando ou desmotivando o envolvimento das pessoas. A importância do espaço vai além de sua materialidade, preservando valores éticos, estéticos e afetivos significativos (TOMANIK, 2016).

Atualmente, o lazer é compreendido, nas sociedades, como um fenômeno sociocultural, contemplando componentes educativos, comunicativos e sociais, com capacidade de promover, além do desenvolvimento da cidadania, a melhoria da saúde como um todo, podendo, inclusive, propiciar espaço para vivências significativas de valorização do tempo disponível. (BACHELADENSKR; MATIELLO JUNIOR, 2010; SCHWARTZ et al., 2016). Segundo Gomes (2008), o que difere o lazer de uma simples prática, são os elementos que o identificam, tais como: o tempo, as manifestações culturais, o espaço em que é desenvolvido e as atitudes dos praticantes. Priorizar o lazer como expressão sociocultural deveria ser uma preocupação, não apenas na teoria, mas, essencialmente, nas ações, sobretudo no âmbito público (ALVES, 2007).

A apropriação dos espaços e equipamentos públicos para a prática de esportes e vivências no contexto do lazer, em diferentes ambientes urbanos, pode deflagrar uma

conexão entre as pessoas e valorizar o cotidiano e a cultura das cidades (MARCELLINO et al., 2007). Assim, segundo os mesmos autores, é imprescindível entender os interesses da sociedade pelas vivências no contexto do lazer e a necessidade de investimento em Políticas Públicas capazes de disponibilizar espaços apropriados para estes propósitos, os quais devem apresentar um sentido aos praticantes, uma vez que representam uma importante forma de promover a socialização e a construção de relacionamentos.

O conceito de Políticas Públicas, incluindo as de esporte e lazer, é complexo, podendo se referir a infindos aspectos (HOWLETT; MCCONNELL; PERL, 2017), sendo que, seu entendimento pode ser relacionado a ações na sociedade. Entretanto, diversos autores consideram imprescindível conceituar Políticas Públicas como um fenômeno sociocultural, com capacidade de propiciar a estruturação de uma sociedade mais respeitável e democrática (MILANI; CARDOSO, 2014). O conceito de Políticas Públicas, de forma geral, pode se reportar a um grupamento de fatores que norteiam a criação e estruturação de leis, com a intenção de trazer benefícios à sociedade (WEIMER; VINING, 2017).

Para Lopes, Amaral e Caldas (2008), as Políticas Públicas caracterizam-se por um conjunto de planos, ações, programas e metas, voltados a solucionar problemas de interesse público e ao bem-estar da sociedade. Para que a gestão destas Políticas possa se manter, se faz necessário que o estado elabore ações e projetos, por meio de programas de gestão, direcionados a distintos setores e interesses e relacionados aos problemas e necessidades encontrados na sociedade (BRAMHAM et al., 2017; HÖFLING, 2001). As Políticas Públicas apresentam uma grande capacidade para inteirar a população na participação social, apontando as suas carências, para, assim, selecionar as atividades que poderão vir a ser disponibilizadas pelos governantes, por

meio dos gestores (SILVA; SANTOS; ÁVILA, 2013), em diferentes âmbitos, a exemplo das áreas da Educação, da Saúde e, especificamente, da Gestão de espaços públicos de esporte e de lazer, sendo que, a união de diferentes áreas poderá acarretar em uma ampliação nos valores, revertendo-os em melhorias para os cidadãos (BONALUME, 2011).

Mesmo que haja algumas pesquisas e estudos, nos âmbitos acadêmico e científico, referentes à gestão, uso e apropriação de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, já favorecendo, de certa forma, a análise sobre a administração e utilização com qualidade destes espaços, tanto por parte do poder público, como da população em geral, estes estudos parecem ser ainda incipientes. Esta inquietação se pauta no fato de que há poucos estudos enfatizando, por exemplo, aspectos de impactos de utilização ou avaliação sobre a utilização dos mesmos. Além disto, os estudos já desenvolvidos encontram-se dispersos em diferentes áreas, abordando de modo secundário esses espaços públicos voltados às atividades do contexto do lazer.

Percebe-se, portanto, uma lacuna ainda presente sobre essa temática, envolvendo, entre outros aspectos, a gestão da informação e a difusão adequada desse conhecimento produzido (COSTA; LEITE, 2017; CASSOTTA et al., 2017; DALKIR, 2017; SCHWARTZ et al., 2014). Notou-se, portanto, uma necessidade de se atentar para a gestão da informação científica de forma sistematizada, buscando-se conhecer mais sobre o estado da arte dessa temática, organizando, gerenciando e transmitindo os dados, na perspectiva de contribuir, assim, para a estruturação de bases sólidas sobre toda a variedade de estudos, dados e informações, por meio de novas pesquisas e projetos nesse campo de conhecimento.

As pesquisas nacionais e internacionais que têm como objetivo analisar e compreender a temática referente aos espaços públicos nos contextos do esporte e do

lazer já são, de certa forma, desenvolvidas, como se pode notar pelos estudos anteriormente elencados. Entretanto, parece não haver um polo de gestão da informação sistematizado e adequado sobre esses estudos, tampouco, se têm claros os tipos de abordagens utilizados para se compreender como os espaços públicos são focalizados. Desta forma, buscando subsidiar futuros direcionamentos e pesquisas que apresentem relação com as temáticas envolvidas, este estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática sobre a produção científica recente, apresentando o estado da arte sobre Políticas Públicas e a gestão de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, evidenciando as principais características e perspectivas apontadas nessas publicações.

6.2. MÉTODO

Este estudo, de natureza qualitativa, é caracterizado por uma revisão sistemática de literatura, com o intuito de identificar o estado da arte dos estudos sobre o tema: Políticas Públicas e a gestão de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer. A revisão sistemática da literatura permite analisar pesquisas já publicadas, obtendo resultados de forma mais concreta, decorrentes de um aglomerado de estudos e pesquisas presentes em diversas bases de dados, sendo que, este método de pesquisa permite uma análise ampla, propiciando, assim, discussões e reflexões mais embasadas sobre os objetivos, métodos e resultados das pesquisas, detectando lacunas e podendo indicar novos direcionamentos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Desta forma, a revisão sistemática propicia a análise e o entendimento de determinado fenômeno, baseado em estudos anteriores (PALMATIER; HOUSTON; HULLAND, 2018; GOUGH; OLIVER; THOMAS, 2017).

A revisão sistemática de literatura pode ser vista como uma ferramenta importante para a gestão e disseminação sistematizada de informações acadêmicas e científicas, pois, apresenta possibilidade de sintetizar e evidenciar as características, tanto favoráveis, quanto as não favoráveis, sobre a temática analisada. Com isto, este tipo de pesquisa favorece embasamento para futuros direcionamentos e pesquisas (PALMATIER; HOUSTON; HULLAND, 2018; MOHER et al., 2015; SAMPAIO; MANCINI, 2007). Como fontes de dados, foram analisados os artigos hospedados em cinco bases de dados, sendo elas: Scopus, SPORTDiscus, Web of Science, Pro Quest e SciELO. A seleção das bases de dados baseou-se na conformidade dos limites dos assuntos pretendidos e, também, nas bases disponíveis *online* e com livre acesso pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências, campus Rio Claro.

Para a pesquisa, foi utilizado o seguinte procedimento de busca nos respectivos títulos dos artigos, utilizando os termos booleanos “*sport and leisure management*” OR “*sport space*” OR “*leisure space*” OR “*sport equipment*” OR “*leisure equipment*” OR “*public sport policy*” OR “*public leisure policy*”. A utilização do operador booleano “OR” se deu pelo fato de que este se mostra uma ferramenta capaz de ampliar o resultado da pesquisa, pois faz a busca por um descritor ou outro, não excluindo nenhum deles (SILVA; MENEZES, 2005).

A busca por meio do título se deu pela razão de que este método se mostrou adequado, pois contemplou um número expressivo de artigos mais específicos sobre a temática. A utilização dos termos em inglês se justificou por se entender que os artigos publicados em periódicos ou revistas internacionais ou nacionais com maior impacto científico possuem, ao menos, o título em inglês, assim, possibilitando alcançar maior abrangência, tanto nacional, quanto internacional. Esta revisão sistemática foi realizada durante o período temporal de Julho a Outubro de 2017, obedecendo a um conjunto de critérios de inclusão e exclusão descritos no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1. Critérios de inclusão e exclusão da revisão sistemática.

Critérios de Inclusão	a) artigos completos disponíveis nas bases de dados selecionadas da UNESP/Rio Claro
	b) artigo original, incluindo estudos de caso ou ensaios, publicado em revistas ou jornais científicos
	c) possuir título em inglês
	d) obedecer ao conjunto de palavras-chave estabelecido
	e) data de publicação de 2013 a 2017
	f) possuir o corpo do artigo em inglês ou português
	g) ter sido publicado em periódico revisado por pares
	h) artigos inseridos nas áreas temáticas selecionadas nas bases de dados
	i) artigos com direta ligação com a temática
Critérios de Exclusão	a) Artigos repetidos
	b) Artigos sem acesso livre

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

De acordo com as características de cada base de dado, foram selecionados os assuntos de publicação dos artigos, as quais tivessem mais proximidade com as temáticas do estudo, a fim de se obter maior especificidade na busca e na seleção dos artigos. Tais aspectos do conhecimento são designados dentro dessas bases como Áreas Temáticas (SCOPUS, 2018; SCIELO, 2018), Assuntos (SPORTDISCUS, 2018; PRO QUEST, 2018) e Categorias (WEB OF SCIENCE, 2018), sendo que, neste artigo, foi adotada a terminologia “assuntos”, tendo em vista que esta parece ser a mais adequada, e estão descritas no Quadro 2, apresentado a seguir:

Quadro 2. Assuntos selecionados nas Bases de Dados

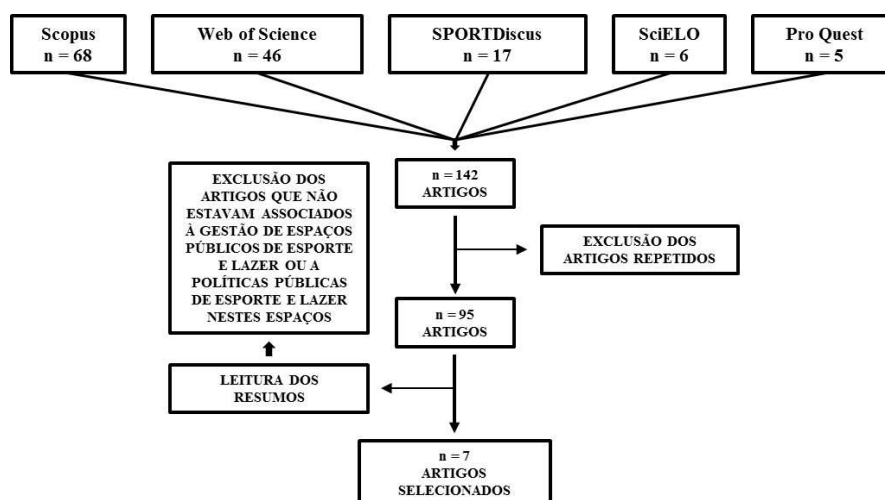
Base de Dados	Assuntos
Scopus	Business, management & accounting; social sciences; health professions
SPORTDiscus	Social aspects; data analysis; leisure research; public spaces; segregation; social media; cities & towns – brazil; economic development; government policy
Web of Science	Social sciences and other topics; sport sciences; sociology; public administration; urban studies
Pro Quest	Leisure; sports; analysis; politics; sport management; economics; policy; studies; cities; leisure activities; physical education; public policy; research; sports management; urban areas; equipment; management; public space
SciELO	Sport sciences; geography

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Por meio desta busca inicial pelos títulos dos estudos, foram encontrados 142 artigos (Scopus = 68, SPORTDiscus = 17, Web of Science = 46, Pro Quest = 5, SciELO = 6). Os títulos dos artigos foram analisados e os repetidos foram excluídos, resultando 95 artigos. A partir desta busca inicial, foram lidos todos os resumos e destes, todos os artigos completos relevantes à temática foram selecionados, sendo excluídos os estudos que não estavam associados à gestão de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer e às Políticas Públicas de esporte e lazer nestes espaços, resultando, desta forma, um total de 7 artigos, os quais se enquadraram nos critérios estabelecidos *a priori*.

A busca nos resumos se deu pelo fato de que, não raro, os títulos deixam de contemplar exatamente o teor do artigo, além disto, entende-se que, se o artigo aborda a temática que permeia os espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer e suas ramificações, tais termos, mesmo que não estejam exatamente no título, deve estar conseqüentemente, citados nos resumos dos mesmos. A Figura 1, inserida a seguir, representa e ilustra as estratégias utilizadas na busca:

Figura 1. Identificação dos artigos para análise.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

6.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para se compreender, de forma mais abrangente, o material selecionado para este estudo, foram destacados alguns itens, os quais fizeram parte desta análise, sendo eles: os objetivos dos estudos, a natureza das pesquisas, os principais resultados alcançados nestas, as sugestões dos autores para novos estudos e as conclusões dos respectivos artigos analisados. Estes dados foram apresentados resumidamente no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Artigos analisados.

ANO, TÍTULO, AUTOR(ES), PERIÓDICO, BASE DE DADOS	IDIOMA DO ARTIGO	OBJETIVO	NATUREZA DA PESQUISA	PRINCIPAIS RESULTADOS	CONCLUSÕES	SUGESTÕES
1 2013. Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Reflexos sobre sua Aplicabilidade em Municípios Brasileiros. (Silva, N. V.; Tenório Júnior, J. B.; Silva, W. M.; Silva Leonídio, L. F.); Revista Intercontinental de Gestão Desportiva; SportDiscus.	Português	- Causar reflexões, contribuindo para a estruturação de uma matriz explicativa acerca da aplicabilidade de Políticas Públicas de esporte e lazer em municípios brasileiros.	Qualitativo	- Necessidade de política pública consistente, priorizando a participação popular. - Gestão mais democrática, estreitando relação governo/sociedade.	- Necessidade de uma política pública consistente de esporte e lazer. - Maior participação popular e uma gestão mais democrática. - Estreitando da relação entre governo e sociedade. - Estimular a construção de grupos de pesquisa.	- Formação e desenvolvimento de grupos de estudos. - Estimular o fortalecimento e ampliação dos conhecimentos da área.
2 2013. Public policies and sports in marginalised communities: the case of Cidade de Deus, Rio de Janeiro, Brazil. (Reis, A. C.; Sousa-Mast, F. R.; Vieira, M. C.); World Leisure Journal; SportDiscus.	Inglês	- Discutir como o governo Brasileiro vem oferecendo oportunidades de esporte e atividade física para a sociedade.	Qualitativo	- Instabilidade descontinuidade dos programas e das políticas. - Falhas no direcionamento das verbas públicas não favorecendo assim o desenvolvimento social.	- Não basta apenas elaborar ações espalhadas no contexto esportivo - Necessidade de uma abordagem participativa, crítica e emancipadora no que se refere ao contexto esportivo.	-
3 2013. Understanding Urban Public Space in a Leisure Context. (Johnson, A. J.; Glover, T. D.); Leisure Sciences; Scopus.	Inglês	- Discutir e argumentar que os espaços públicos devem receber maior atenção das pesquisas, no viés das Políticas Públicas de esporte e lazer. - Delinear as propriedades e as formas de acessibilidade desses espaços.	Qualitativo	- Categorizações dos espaços urbanos visam acentuar o a dificuldade de definir os espaços como público - A diferença entre os espaços privados e públicos é puramente reducionista e impossível de praticar nos dias atuais.	- Diferença entre público e privado é simplista. - Impossibilidade de exclusão dos espaços definidos por eles como "espaços públicos não tradicionais".	- Analisar quem é excluído do "público" dos espaços, pois estes, segundo estes, nenhum espaço é acessível para todos em todos os momentos.
4 2014. Políticas Públicas de Lazer: Jogos, Brinquedos e Brincadeiras de Crianças em Praças, na Cidade de Araras. (Alves, C.; Camara, A. R.; Geraldin, C.; Martins, I. C.); Revista Mackenzie de Educação Física e	Português	- Identificar a oferta por parte do poder público e a prática de jogos, brincadeiras e atividades nos contextos do esporte e lazer, realizadas por crianças como forma de lazer em praças públicas.	Qualitativo	- Praças são usufruídas como equipamentos de lazer. - Consideradas espaços significativos para a sociedade.	- Necessidade de existir e estimular a crítica. - Destacam que não há soluções prontas, principalmente ao se tratar de questões macro, como é o caso da cultura, tomando assim impensável utilizar modelos prontos.	- Necessidade de urgente elaboração de Políticas Públicas no contexto do lazer no município, que não atendam apenas crianças, mas também à comunidade como um todo.

Esporte, São Paulo; SportDiscus.						
5	2015. Espaços e Equipamentos de Lazer da Vila Nossa Senhora da Luz e suas Formas de Apropriação. (Gonçalves, F. S.; Rechia, S.); Revista Brasileira de Ciências do Esporte; Scopus.	Português	- Investigar o planejamento das ações públicas e como se caracteriza e ocorre a apropriação das praças públicas por parte da comunidade.	Qualitativo	- Atividades formuladas pelas lideranças comunitárias locais. - experiências positivas por meio de diversas práticas corporais nessas praças.	- Espaço é responsável pelas experiências vividas, por meio da ludicidade e das experiências vividas nas praças. - Aumento da sociabilidade por intermédio da troca de experiências. - Aperfeiçoamento na forma de apropriação destes espaços e equipamentos.
6	2015. Programa Ruas de Lazer da Prefeitura de São Paulo: Modernização na Gestão Pública do Esporte e Lazer. (Costa, A. Q.; Sampaio, C. M.); Podium: Sport, Leisure and Tourism Review; Web of Science.	Português	- Contribuir para a atualização e melhoria das normas e regulamentações do programa Ruas de Lazer.	Qualitativo	- 31% das ruas de lazer (331) que constam nos arquivos (1058) funcionam esporadicamente. - 13% funcionam regularmente (138). - 69% das Ruas de Lazer do município de São Paulo não funcionam (727).	- Necessidade de planejamento e pesquisa para uma efetiva elaboração de propostas e Políticas Públicas - Necessidade de uma gestão diferente do cenário atual, construindo os bens e serviços na esfera social de forma conjunta e participativa.
7	2017. Field, Light and Food: Adapting of the Town Square as a Leisure Gathering Space at Night. (Zakariya, K.; Harun, N. Z.; Mansor, M.); Planning Malaysia Journal; Scopus.	Inglês	- Examinar os fatores que contribuem para a atratividade e a realização de atividades em uma praça da cidade, em Ipoh, Perak, na Malásia.	Quantitativo	- Intrínseca conexão entre as oportunidades para as diversas atividades e a disposição de uma infraestrutura adequada. - Destaque para os quarteirões como uma opção de espaço público para pessoas durante o período noturno.	- Acessibilidade e a infraestrutura são fatores cruciais para facilitar a utilização de um espaço urbano pelo público. - Destaque para a utilização dos espaços resultando em um aumento do apego e estreitamento dos relacionamentos que os indivíduos possuem com este. - Declínio dos espaços públicos em termos de vitalidade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Com relação aos objetivos dos estudos (autores sublinhados), a análise dos mesmos demonstrou que, todos os artigos selecionados para a análise, ou seja, os estudos de Silva et al. (2013), Costa e Sampaio (2015), Reis, Sousa-Mast e Vieira (2013), Alves et al. (2014), Johnson e Glover (2013), Gonçalves e Rechia (2015) e Zakariya, Harun e Mansor (2017), confluíram no objetivo em comum de analisar as Políticas Públicas nos contextos do esporte e do lazer, tanto na teoria, em relação à gestão da informação científica acerca dos mesmos, quanto na prática, analisando a inserção destas Políticas nos espaços públicos de esporte e de lazer e as formas de uso e apropriação da comunidade em geral. Desta forma, estes estudos procuraram suscitar reflexões e contribuições para aprimoramentos e melhorias no campo da gestão destas Políticas nos contextos do esporte e do lazer, com vistas a oferecer benefícios para a

população.

Nota-se, entretanto, uma preocupação em relação às atividades propostas nos contextos do esporte e do lazer por intermédio das Políticas Públicas e não, especificamente, aos espaços onde estas vivências podem ocorrer, demonstrando assim, que os espaços figuram de forma secundária nesses estudos analisados. Objetivos semelhantes aos artigos analisados por esta revisão sistemática foram encontrados na literatura em geral, a exemplo dos estudos realizados por Brito (2017) e Grasso e Isayama (2017) e Dunn (2016), os quais buscaram analisar Políticas Públicas, incluindo as de esporte e de lazer, com a intenção de auxiliar a criação e aprimoramento de novas Políticas, propondo uma integração e a multidisciplinaridade entre os diversos setores da administração pública, a fim de resolver os problemas práticos nas organizações, buscando superar a distância entre a teoria e a prática.

O estudo apresentado por Bramham et al. (2017), também defende que, de forma interdisciplinar, as Políticas Públicas de esporte e de lazer podem ser aprimoradas e contribuir para a evolução da sociedade, a fim de promover uma melhoria na integração social. Nesse estudo, foi abordado especificamente o contexto europeu, entretanto, os temas analisados e apresentados poderão suscitar novas formas de gestão das Políticas Públicas no mundo todo.

Ao se analisar tais estudos, pode-se notar que a principal preocupação das pesquisas citadas foi sobre conteúdos envolvendo as Políticas Públicas, com foco nas vivências nos contextos do esporte e do lazer. Isto reforça a ideia de que os espaços em que tais vivências podem ocorrer, geralmente, não são a preocupação principal dos estudos, embora, de certa forma, sempre citados nos mesmos.

Diferentemente das pesquisas citadas anteriormente, pode-se mencionar as pesquisas realizadas por Benages-Albert et al. (2015) e Santana e Alves (2014), as

quais, embora tenham analisado a temática Políticas Públicas nos contextos do esporte e do lazer, identificando programas já oferecidos pelo poder público e propondo melhorias nos mesmos, efetivamente destacaram a importância dos espaços. Nesses estudos foram identificados os processos de apropriação dos espaços por parte da comunidade, verificando a forma de apropriação dos mesmos e os principais equipamentos e atividades utilizados, demonstrando, assim, a importância que os espaços apresentam para a efetivação, com qualidade, das Políticas Públicas de esporte e de lazer. Mesmo assim, nota-se a carência de abordagens especificamente destacando e analisando os espaços.

Em relação à natureza das pesquisas selecionadas, os estudos de Silva et al. (2013), Reis, Sousa-Mast e Vieira (2013), Johnson e Glover (2013), Alves et al. (2014), Gonçalves e Rechia (2015), Costa e Sampaio (2015), utilizaram o método qualitativo, já o estudo de Zakariya, Harun e Mansor (2017) utilizou o método quantiquantitativo. Notou-se, portanto, uma supremacia de pesquisas de cunho qualitativo, podendo citar um fator, que de certa forma, pode ter contribuído para tal escolha, que é o viés social das pesquisas analisadas.

As pesquisas realizadas utilizando o método qualitativo podem ser empregadas, quando as mesmas buscam compreender uma determinada característica ou fenômeno, cuja existência não é de total conhecimento, geralmente é de cunho exploratório, ou seja, possui a intenção de obter dados que possam indicar um possível caminho, para que de certa forma, possa se indicar uma possível alternativa sobre uma questão-problema (GLASER; STRAUSS, 2017; MEZZADRI; MORAES; FIGUERÔA, 2015). Desta forma, a pesquisa de natureza qualitativa pode ser vista como uma estratégia bastante válida de condução das reflexões, quando a temática envolve perspectivas de cunho social, como é o caso das Políticas Públicas nos contextos do esporte e do lazer,

podendo ser utilizada para o aprofundamento dos dados pesquisados (ALVESSON; SKÖLDBERG, 2018; GLASER; STRAUSS, 2017; BOTELHO; DE ALMEIDA CUNHA; MACEDO, 2011). Entretanto, as pesquisas de natureza qualitativa possuem certas fragilidades apontadas por autores como Mezzadri, Moraes e Figuerôa (2015), citando como uma das principais fragilidades a interpretação de forma mais pessoal realizada pelo pesquisador, podendo deixar sua veracidade subjetiva.

Já as pesquisas que utilizam o método quantitativo, apresentam como principal característica a utilização de fórmulas numéricas, trazendo, assim, medidas mais precisas acerca de determinados fenômenos. Este tipo de pesquisa pode ser utilizado para aferições e decisões mais assertivas (BERNARD, 2017; CRESWELL; CLARK, 2013). As pesquisas de natureza quantitativa possuem, geralmente, como principal fragilidade, a impossibilidade de interpretar adequadamente o contexto em que o estudo está inserido, ou seja, os fatores mais subjetivos (BERNARD, 2017; CRESWELL; CLARK, 2013; MIGIRO; MAGANGI, 2011; BRANNEN, 2005). Notou-se que não houve incidência de estudos realizados com base em método de natureza quantitativa, sendo que, uma das razões pode ser o viés social adotado nos estudos, o qual requer maior detalhamento sobre as reflexões e discussões a serem desenvolvidas.

Já as pesquisas realizadas com a utilização do método misto, quantiquantitativo, têm como argumento que a mesma pode compensar e minimizar os pontos fracos de ambos os métodos anteriormente elencados. Desta forma, o método quantiquantitativo tem sido sugerido, por apresentar condições de oferecer maior suporte para analisar o problema de um estudo, do que os métodos quantitativos ou qualitativos utilizados de forma isolada (BERNARD, 2017; CRESWELL; CLARK, 2013; MIGIRO; MAGANGI, 2011; BRANNEN, 2005). Entretanto, no contexto dos estudos analisados, notou-se que este método é ainda pouco explorado para se compreender esses meandros, haja vista

que ele foi utilizado apenas em 1 estudo.

Quanto aos principais resultados das pesquisas analisadas, os artigos de Silva et al. (2013), Reis, Sousa-Mast e Vieira (2013) e Costa e Sampaio (2015), que fizeram parte desta revisão sistemática, trazem a necessidade de Políticas Públicas de esporte e de lazer robustas e sólidas, dando prioridade à participação da sociedade e à gestão democrática. Segundo dados presentes nesses artigos, há uma instabilidade e uma descontinuidade de programas e Políticas Públicas de esporte e de lazer. Além disto, quando estas ocorrerem, o direcionamento das mesmas se faz de forma incoerente com a realidade, dificultando e, às vezes, até impedindo a efetividade.

Semelhantemente aos resultados dos artigos de Silva et al. (2013), Reis, Sousa-Mast e Vieira (2013), Costa e Sampaio (2015), pode-se citar o estudo de Grasso e Isayama (2017), o qual não fez parte da revisão, por não atender aos critérios de inclusão, também evidenciando a problemática relacionada à descontinuidade das Políticas Públicas. Grasso e Isayama salientam que esta descontinuidade não é uma exclusividade dos campos do esporte e do lazer, mas pode ocorrer inclusive nesses campos. Esses autores cogitam a possibilidade de que este fato ocorra, principalmente devido às mudanças de governo e ao fato de que muitas das Políticas Públicas implantadas sirvam como um trampolim para fins eleitorais.

Ainda sobre esse aspecto da descontinuidade, Pinto et al. (2011), ressaltam que esta pode advir das mudanças de governo, da inadequação do oferecimento de programas nos contextos do esporte e do lazer, os quais, não raro, deixam de atender às necessidades do público-alvo. Outro fator diretamente associado à descontinuidade, segundo esses autores, é a precariedade, ou mesmo, ausência de comunicação entre o governo e os gestores dos programas. Nota-se, portanto, que a descontinuidade das Políticas Públicas, seja nos contextos do esporte e do lazer, ou no contexto geral, é uma

realidade e um fator primordial, que pode causar uma série de fatores concomitantes, com condições de prejudicar drasticamente a oferta pública de vivências nos contextos do esporte e do lazer e os programas públicos destinados a estas.

Também trazem como resultados o mau funcionamento de programas públicos de atividades de esporte e de lazer, já existentes, baseado em dados empíricos, tais como os do artigo em específico de Costa e Sampaio (2015). Nesse artigo, os autores analisaram o funcionamento do Programa Ruas de Lazer no município de São Paulo e constataram que 69% dessas atividades envolvendo as Ruas de Lazer, as quais constam nos arquivos públicos municipais como ainda ativas, não funcionam na realidade, demonstrando claramente a situação descrita pelos outros artigos citados anteriormente acerca da ineficácia dessas ações em Políticas Públicas.

Já os artigos de Alves et al. (2014), Gonçalves e Rechia (2015) e Zakariya, Harun e Mansor (2017), analisados nesta revisão, demonstraram como resultado, que as praças públicas presentes no ambiente urbano se mostraram como espaços adequados para vivências no contexto do lazer, com condições para que a população pudesse desfrutar de atividades lúdicas, vivências como jogos e brincadeiras e diversas outras. Estes espaços e suas vivências puderam acarretar, desta forma, benefícios sociais e no aspecto da qualidade de vida da população envolvida.

Por meio de revisões sistemáticas, Mensah et al. (2016) e Hunter et al. (2014) também analisaram a influência dos espaços na qualidade de vida e na integração social de usuários desses espaços. Nesses estudos, a ênfase foi dada aos espaços verdes, incluindo as praças, sendo que os resultados desses estudos demonstraram que a relação de uso e apropriação desses espaços por parte da população, apresenta condições de promover uma melhoria no bem-estar físico, emocional e psicológico, aprimorando as relações sociais e, conseqüentemente, elevando a qualidade de vida em geral.

Especificamente no artigo de Gonçalves e Rechia (2015), analisado nesta revisão, as atividades promovidas nos espaços públicos referidos no estudo, foram estabelecidas pelas lideranças comunitárias locais, por intermédio de cooperação da população e não, especificamente por uma ação dentro de uma Política Pública. Com isto, os autores demonstram uma possível lacuna do poder público, ou mesmo, de implantação de Políticas Públicas eficientes, capazes de fornecer adequadamente a apropriação desses espaços.

Grasso e Isayama (2017), bem como, Santos, Freire e Bastos (2017), corroboram esses resultados apontados pelos estudos anteriormente citados em que a população local, por meio de suas lideranças comunitárias, estabeleceu uma ação conjunta ao estado, para minimizar esse déficit de oferta de programas públicos. Percebeu-se, portanto, que a ênfase desses estudos foi na questão dos espaços, deixando as Políticas Públicas em segundo plano. Isto representa um avanço no conhecimento, assim como, uma importante contribuição para se compreender, de fato, a relevância da gestão adequada de espaços públicos, haja vista os benefícios e impactos positivos que estes são capazes de fomentar em determinada região.

Outro aspecto abordado nos resultados dos estudos analisados foi relativo à categorização dos espaços em público e privado. O estudo realizado por Johnson e Glover (2013), incluído na análise para esta revisão, também enfatizou o espaço em primeiro plano e trouxe como resultado que, a categorização de espaços em públicos e privados, utilizada geralmente na literatura é, segundo os mesmos, inadequada na atualidade, pois há diversas formas de espaços compostos, ou seja, privatizados, semi-públicos ou semi-privados, o que vai além das duas categorias frequentemente utilizadas nos estudos. Com base nesse resultado apresentado pelos autores, torna-se inviável simplesmente excluir essas outras categorias de espaços.

Na mesma linha de raciocínio, Freitas e Elias (2017), Camargo et al. (2017) e Silva e Costa (2017) apresentam o argumento de que, em âmbito nacional, os limites entre espaços públicos e privados estão cada vez mais tênues, com as novas formas de parcerias e prestação de serviços. Esses autores ressaltam que, na maioria das vezes, esses espaços definidos por Johnson e Glover (2013) como não tradicionais ou híbridos, são excluídos dos *sites* públicos oficiais, dificultando a sua identificação e acesso da população (SMITH; LOW, 2006). Isto traz consequências bastante preocupantes, quanto ao uso e apropriação desses espaços, representando um desafio para novos estudos, no sentido de colaborar com a identificação e novos modelos conceituais acerca da categorização de espaços.

Portanto, é imprescindível que haja uma discussão aprofundada, sobretudo em âmbito nacional, acerca dessa categorização, tendo em vista que, atualmente, há esta tendência de privatização de espaços públicos, para diminuir os gastos públicos. Novos estudos que abordam a questão das categorias envolvendo espaços públicos representam parte das estratégias para o avanço da área e merecem atenção no contexto acadêmico.

A partir dos resultados apresentados nos estudos analisados, percebe-se que os espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer são imprescindíveis para a oferta de programa e atividades e que estas podem impactar positivamente a vida dos usuários. Isto reforça a notoriedade e a importância das ações das Políticas Públicas na utilização eficiente desses espaços. Porém, notou-se também, que, no que concerne aos espaços mais abertos, como praças e parques, quando essas ações políticas não são tão eficientes, existe uma iniciativa dos próprios cidadãos na apropriação desses espaços, a qual fica mais condicionada ao próprio interesse desses cidadãos. Assim, a descontinuidade das Políticas Públicas parece afetar de forma menos contundente os espaços abertos. Mesmo assim, não há como prescindir de uma eficiente participação do

Estado na qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos, para que se cumpra, de fato, o direito ao lazer.

No que tange às sugestões e direcionamentos para novos estudos, notou-se uma convergência de quatro das pesquisas analisadas nesta revisão sistemática, sendo elas os estudos de Costa e Sampaio (2015), Alves et al. (2014), Silva et al. (2013) e Johnson e Glover (2013). Esses estudos sugeriram a ampliação das pesquisas científicas no campo das Políticas Públicas de esporte e de lazer, subsidiando novos direcionamentos, tanto para os pesquisadores da área, quanto para os gestores públicos.

Entretanto, cada uma dessas pesquisas apontou sugestões específicas. Os estudos de Silva et al. (2013) e Costa e Sampaio (2015), além de apontarem a necessidade de ampliação das pesquisas na área, também ressaltam a importância da intersetorialidade entre as áreas que estudam essas temáticas e, inclusive sugerem maior interlocução entre os setores do poder público, para promover maior impacto social.

Já o estudo de Johnson e Glover (2013) sugeriu uma análise para identificação dos públicos ainda excluídos das ações e dos espaços. Segundo esses autores, nenhum espaço público é acessível a todos em todos os momentos, porém, devem ser desenvolvidas iniciativas, capazes de possibilitar a inclusão da maioria da população nesses espaços.

Para além das sugestões relacionadas diretamente com as questões do uso e apropriação dos espaços, o estudo de Alves et al. (2014) sugeriu uma ampliação dos programas e atividades oferecidos por parte do poder público e desenvolvidos nesses espaços, para que estes não se restrinjam a apenas determinada parcela da população. Os autores ressaltam este aspecto, tendo em vista que, perceberam uma predominância na oferta de programas de atividades voltados para o público infantil, nesses espaços analisados.

Ao se analisarem as sugestões apontadas nesses quatro estudos anteriormente citados, percebe-se que uma dessas sugestões, voltada à necessidade de mais pesquisas e embasamento teórico mais eficiente, foi ratificada nos estudos de Trottmann et al. (2017) e Farah (2016), no campo das Políticas Públicas em geral. Também pode-se citar a contribuição do estudo de Santos, Freire e Miranda (2017), os quais destacam a necessidade de maior aproximação entre o pesquisador e o gestor esportivo, seja do campo público, ou do privado, no intuito de colaborar na formulação de conhecimentos e na implementação desses na prática.

Já os estudos de Reis, Sousa-Mast e Vieira (2013), Gonçalves e Rechia (2015) e Zakariya, Harun e Mansor (2017) não apresentam claramente as sugestões para futuros estudos. Este fato dificulta a compreensão sobre os direcionamentos que possam advir desses estudos (VEAL, 2017; BERNARD, 2017).

As sugestões dos estudos analisados nesta revisão demonstram, ainda, uma preocupação mais acentuada com o campo das Políticas Públicas nos contextos do esporte e do lazer, voltadas para a formulação e aplicação de atividades e programas, deixando, novamente em segundo plano, o foco nos espaços. Esta constatação reitera a premência em se voltar a atenção para a adequação dos espaços de usufruto nos contextos do esporte e do lazer, tanto por parte dos pesquisadores, quanto dos gestores envolvidos em Políticas Públicas de esporte e de lazer.

Outro desafio a ser transposto é a falta de sistematização e adequação dos estudos aos modelos propostos na metodologia científica, tendo em vista que três dos sete artigos analisados não trouxeram novas propostas. Esta sistematização permite o avanço das reflexões, uma vez que permite avançar o conhecimento na área (ALVESSON; SKÖLDBERG, 2018; BERNARD, 2017).

No que se refere às conclusões apresentadas nas pesquisas analisadas, os estudos

de Silva et al. (2013), Reis, Sousa-Mast e Vieira (2013), Alves et al. (2014) e Costa e Sampaio (2015), concluíram sobre a necessidade de Políticas Públicas consistentes e sistematizadas, nos contextos do esporte e do lazer. Para tanto, tais políticas devem ser desenvolvidas, não apenas em curto prazo, sendo capazes de estimular a crítica e a indagação e, conseqüentemente, a participação popular.

As conclusões desses quatro estudos, nos quais foi enfatizado o olhar nas Políticas Públicas e sua importância, se assemelham, de certa forma, às conclusões presentes no artigo de Santos, Freire e Bastos (2017), desenvolvido mais recentemente. Nesse estudo, os autores concluíram que, se as Políticas Públicas forem tratadas de forma secundária, tanto pelos pesquisadores, quanto pelo poder público, acabam não garantindo a fixação de ações sistematizadas nos contextos do esporte e do lazer, refletindo, assim, em pouca utilidade social. Portanto, esses autores confluem suas opiniões sobre a importância de Políticas Públicas.

Outros estudos também ratificam essa ideia anteriormente apontada, porém, apresentam argumentos diversificados. O estudo promovido por Bramham et al. (2017) conclui que as Políticas Públicas de esporte e lazer podem auxiliar na evolução da sociedade, por meio da promoção da integração social. O estudo de Rodrigues e Rechia (2016) concluiu que, mesmo que os espaços de esporte e de lazer analisados por eles na pesquisa tenham passado por melhorias e aprimoramentos, há uma sensação de que as Políticas Públicas nesses setores, sejam elas direcionadas à gestão das estruturas, ou à gestão dos programas e atividades implantados, não representam prioridades do poder público, sendo tratadas de forma secundária.

Já na análise dos estudos de Gonçalves e Rechia (2015) e Zakariya, Harun e Mansor (2017), as conclusões enunciam que os espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, a exemplo das praças e parques, são imprescindíveis, pois, a

apropriação desses espaços propicia um aumento da sociabilidade, estreitando, também, a relação e o apego que os usuários possuem com tais espaços e, conseqüentemente, com a cidade. Os autores ainda citam como conclusão a necessidade de uma boa infraestrutura e acessibilidade nestes espaços, fatores cruciais para facilitar o uso e apropriação dos mesmos.

Essas conclusões confluem com as da pesquisa realizada por Benages-Albert et al. (2015), em que foi ressaltado que a utilização de espaços para vivências nos contextos do esporte e do lazer pode resultar em maior apego e estreitamento das relações afetivas com estes, resultando, em maior responsabilidade por parte dos cidadãos. Este fato pode também trazer um aprimoramento com as formas de uso destes espaços.

Isto representa um dado importante, ao se considerar que é necessário que as Políticas Públicas valorizem a gestão dos espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, estimulando, assim, um comportamento pró-ambiental e, conseqüentemente, aprimorando a educação para e pelo lazer (SCHWARTZ et al., 2016; DATTILO, 2015). Ambos os aspectos contribuem para a noção ampliada de sustentabilidade, a qual vai além dos parâmetros econômicos e evidencia a forte relação entre compromisso pessoal e cidadania (RIBEIRO; FORTUNATO; SCHWARTZ, 2016).

O estudo realizado por Johnson e Glover (2013) concluiu que, atualmente, é impossível se distinguir espaços públicos e espaços privados, já que a abordagem dos autores foi sobre a categorização dos espaços públicos. Segundo estes autores esta é uma divisão simplista, pois, os espaços podem contar com formas heterogêneas de classificação. Esta conclusão se assemelha às conclusões das pesquisas realizadas por Freitas e Elias (2017), Camargo et al. (2017) e Smith e Low (2006), os quais destacaram a tendência da privatização de espaços públicos, a fim de diminuir os gastos e trazer

melhorarias na qualidade da gestão dos mesmos. Entretanto, com a privatização, deve ser considerada a possibilidade do aumento da segregação e da exclusão de determinados grupos sociais destes espaços, alimentando, assim, a discussão sobre até que ponto esse processo de privatização é eficaz, tornando-se um desafio a ser mais bem compreendido, para a implementação de novas e eficientes ações no âmbito da gestão em Políticas Públicas.

Foram percebidos três blocos de temas ressaltados nas conclusões dos estudos analisados, sendo referentes à adequação de Políticas Públicas, uso e apropriação dos espaços e categorização dos espaços. Porém, as conclusões apontam para uma predominância do enfoque sobre Políticas Públicas, tendo em vista que quatro, dos sete artigos analisados, ressaltaram, em suas conclusões, sua importância.

Mesmo que as abordagens tenham sido variadas, notou-se, nesses estudos, uma preocupação dos pesquisadores com alguns elementos importantes, como a descontinuidade das Políticas Públicas nos contextos do esporte e do lazer, a premência da gestão adequada das ações implementadas, utilizando dados, teorias e métodos consagrados na literatura já produzida. Essas conclusões destacam que, atualmente, no Brasil, as temáticas envolvendo Políticas Públicas e apropriação de espaços públicos não são tratados como prioridades pelo poder público. Uma das possibilidades de interpretação sobre este fato recai na perspectiva de que haja outras prioridades, as quais, talvez, gerem mais visibilidade ao poder público vigente, tal como melhorias na Saúde e na Educação.

Além disto, parece haver uma dificuldade dos gestores para compreenderem a importância e a influência do esporte e do lazer como elementos componentes dos vetores de Educação, Saúde e Qualidade de vida (SCHWARTZ et al., 2016). Este fato reitera a necessidade de ampliação de estudos e pesquisas, os quais possam difundir o

papel fundamental desses elementos em todos os setores da vida social.

6.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise dos estudos que fizeram parte desta revisão sistemática nota-se que a abordagem da temática gestão de espaços nos contextos do esporte e do lazer se deu de forma secundária, sendo que o interesse maior apresentado nos estudos foi pela temática referente às Políticas Públicas nos contextos do esporte e do lazer, em seu aspecto da gestão em geral. Entretanto, houve pouca atenção aos aspectos diretamente ligados aos espaços, como infraestrutura, acessibilidade, uso e apropriação, localização, entre outros. Apesar de a quantidade de estudos encontrados com ligação direta à temática ter sido reduzida, este tema aparenta ser sutilmente debatido, sob diversos vieses científicos e acadêmicos.

Quanto aos objetivos dos artigos analisados por esta revisão, notou-se uma preocupação estritamente ligada com as Políticas Públicas nos contextos do esporte e do lazer e a gestão de programas e vivências voltados às atividades práticas. Esse foco pode ser justificado, em parte, pelo fato de que, as Políticas voltadas à gestão dos programas e atividades demandam menos verba, do que as que se dirigem à gestão e investimentos nos espaços em si, tais como, infraestrutura (implementação de melhorias na acessibilidade, iluminação, reformas periódicas) e administração voltada a atender as necessidades da população, já que, para tanto, seria necessário o envolvimento direto da população, por meio de consultas, para se apontarem as necessidades e, posteriormente, implementá-las, de forma rápida e eficiente. O enfoque sobre as Políticas Públicas também pode trazer maior visibilidade aos governantes, do que, o investimento na infraestrutura dos espaços.

Entre as pesquisas analisadas, notou-se, também uma predominância da utilização do método qualitativo, dado que, grande parte dos estudos se enquadra na perspectiva da pesquisa social. Os estudos utilizados nesta revisão foram encontrados

em diversas fontes de dados específicas da área das Ciências do Esporte e, também, da área Multidisciplinar, apresentando diferentes estruturas, abrangendo, não apenas artigos originais, como também, ensaios e estudos de caso.

Isto demonstra que não há um método sistematizado para estudos nestes vieses, entretanto, por abranger diversas estruturas e naturezas de métodos, tais estudos podem, de certa forma, preencher mais facilmente as lacunas pouco exploradas referentes à temática. Quanto às áreas de publicação dos artigos, notou-se uma grande variedade de áreas do conhecimento que se interessam e estudam tais temáticas, demonstrando que esses temas envolvem a necessidade de olhares transdisciplinares, tendo em vista que o conhecimento adquirido em uma área pode auxiliar as outras.

A análise geral dos estudos selecionados demonstra que há um interesse do setor público em fomentar as Políticas Públicas de esporte e de lazer e, conseqüentemente, os espaços neste contexto. Entretanto, pode-se perceber que há diversos entraves e dificuldades para que haja uma efetivação dos planos, transformando-os em ações, as quais, realmente tragam um impacto positivo na sociedade.

Também se nota a necessidade de uma gestão da informação adequada, no que tange ao uso e à apropriação dos espaços públicos no contexto do lazer. Uma eficiente gestão da informação pode contribuir na disseminação de informações específicas, trazendo para a população, dados referentes às atividades, projetos e oportunidades que estes espaços podem oferecer.

Da mesma forma, no contexto que permeia os âmbitos acadêmico e científico, muitas pesquisas não abordam os espaços como um aspecto primário, não reconhecendo, assim, sua devida importância. Portanto, torna-se premente que sejam investidos novos olhares sobre estes aspectos, para auxiliar nas bases de implementação de novas ações em Políticas Públicas. As discussões e considerações provenientes deste

presente estudo podem auxiliar a subsidiar outros direcionamentos e novas ações políticas, no que tange ao aspecto da gestão pública, apontando novas perspectivas de abordagens, ou aprimorando os caminhos já existentes.

Como limitações deste estudo, pode-se destacar o escasso número de pesquisas encontradas que se referiam à temática em voga, como também, a realização da busca inicial somente pelo título dos artigos, a qual, neste estudo, se deu com a intenção de focalizar apenas os estudos com direta relação com a temática. A utilização dos termos de busca somente na língua inglesa, também pode limitar o acesso a outros dados possivelmente relevantes.

Por fim, evidencia-se a necessidade de novas pesquisas, utilizando outros termos de busca e outras bases de dados, aprofundando, assim, a investigação sobre a temática. O desenvolvimento de estudos que focalizem diretamente os espaços nos contextos do esporte e do lazer poderão enriquecer as perspectivas de promoção de novos encaminhamentos em âmbito acadêmico, bem como, desencadear novos subsídios para a implementação de novas Políticas Públicas e outras abordagens, capazes de revitalizar as reflexões na área.

6.5. REFERÊNCIAS DO ARTIGO 1

- AKHIR, N. M.; SAKIP S. R. M.; ABBAS, M. Y.; OTHMAN, N. A Taste of Spatial Character: Quality outdoor space in campus landscape leisure setting. **Environment-Behaviour Proceedings Journal**, Shah Alam, v. 2, n. 6, p. 65-70, 2017.
- ALVES, C. **O papel do profissional de Educação Física como intermediário entre o adulto e o lúdico**. 2007. 159 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.
- ALVES, C., CAMARA, A. R., GERALDIN, C., MARTINS, I. C. Políticas públicas de lazer: jogos, brinquedos e brincadeiras de crianças em praças, na cidade de Araras. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 196-214, 2014.
- ALVESSON, M.; SKÖLDBERG, K. **Reflexive Methodology: New Vistas for Qualitative Research**. 3 ed. London: Sage Publications, 2018. 319 p.
- BACHELADENSKI, M. S.; MARTIELLO JÚNIOR, E. Contribuição do campo crítico do lazer para a promoção da saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2569-2579, 2010.
- BENAGES-ALBERT, M.; DI MASSO, A.; PORCEL, S.; POL, E.; VALL-CASAS, P. Revisiting the appropriation of space in metropolitan river corridors. **Journal of Environmental Psychology**, Londres, v. 42, p. 1-15, 2015.
- BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: Qualitative and quantitative approaches**. 6 ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2017. 728 p.
- BLYTON, P.; HASSARD, J.; HILL, S.; STARKEY, K. **Time, Work and Organization**. 1 ed. Nova York: Routledge, 2017. 153 p.
- BONALUME, C. R. O paradigma da intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 1-26, 2011.
- BOTELHO, L. L. R.; DE ALMEIDA CUNHA, C. C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.
- BRAMHAM, P.; HENRY, I.; MOMMAAS, H.; VAN DER POEL, H. **Leisure and urban processes: critical studies of leisure policy in Western European cities**. 5 ed. London: Routledge, 2017. 320 p.
- BRANNEN, J. Mixing Methods: The Entry of Qualitative and Quantitative Approaches into the Research Process. **International Journal of Social Research Methodology**, Oxon, v. 8, n. 3, p. 173-184, 2005.
- BRITO, G. A. P. Políticas Públicas de Lazer: Discutindo sua Construção. In: AZEVÊDO, P. H.; BRAMANTE, A. C. (Org.) **Gestão Estratégica das Experiências de Lazer**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 73-92.

CAMARGO, L. P.; OLIOSI, L. P.; DOS SANTOS, J. H.; BORGES, C. N. F.; DEFANTE, K. D. P. B. Relação Público-Privado nos Usos das Orlas dos Municípios de Serra e Vitória-ES. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 163-187, 2017.

CASSOTTA, M. L. J.; LUCAS, A.; BLATTMANN, U.; VIERA, A. F. G. Recursos do conhecimento: colaboração, participação e compartilhamento de informação científica e acadêmica. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 17-34, 2017.

COSTA, A. Q.; SAMPAIO, C. M. Programa Ruas de Lazer da Prefeitura de São Paulo: Modernização na Gestão Pública do Esporte e Lazer. **Podium - Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 43-57, 2015.

COSTA, M. P.; LEITE, F. C. L. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica**. 1 ed. Brasília: IBICT, 2017. 178 p.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. **Pesquisa de Métodos Mistos**. 2 ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2013. 288 p.

DALKIR, K. **Knowledge management in theory and practice**. 3 ed. Cambridge: MIT Press, 2017. 533 p.

DATTILO, J. **Leisure education program planning**. 4 ed. Urbana: Venture Publishing, 2015. 400 p.

DUNN, W. N. **Public policy analysis**. 5 ed. London: Routledge, 2016. 459 p.

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas". **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016.

FREITAS, R. F.; ELIAS, R. V. Rio Olímpico: a mercantilização da cidade e o declínio do espaço público. **INTERIN**, Curitiba, v. 22, n. 2, p. 73-90, 2017.

FUAD, A. H.; YATMO, Y. A.; SUGANDA, E.; IBRAHIM, L. D. Events within Event, Units within Unit: Explaining the Structure of Urban Spaces Through Nesting Theory. **International Journal of Technology**, Depok, v. 9, n. 1, p. 25-34, 2018.

GLASER, B.; STRAUSS, A. L. **Discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research**. 1 ed. Nova York: Routledge, 2017. 271 p.

GLOVER, T. Leisure, Social Space, and Belonging. In: SPRACKLEN, K.; LASHUA, B.; SHARPE, E.; SWAIN, S. (Org.). **The Palgrave handbook of leisure theory**. 1 ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017, p. 873-890.

GOMES, C. L. Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas. 2. ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 151 p.

GONÇALVES, F. S.; RECHIA, S. Espaços e equipamentos de lazer da Vila Nossa Senhora da Luz e suas formas de apropriação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 265-271, 2015.

GOUGH, D.; OLIVER, S.; THOMAS, J. (Org.). **An introduction to systematic**

reviews. 2 ed. Londres: Sage, 2017. 335 p.

GRASSO, R. M. F. P.; ISAYAMA, H. F. As Compressões de Lazer na Política Pública do Município de Santarém (2005 – 2012): A Visão de Gestores. In: AZEVÊDO, P. H.; BRAMANTE, A. C. (Org.) **Gestão Estratégica das Experiências de Lazer**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 93-107.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 11, n. 55, p. 30-41, 2001.

HOOPER, P.; BORUFF, B.; BEESLEY, B.; BADLAND, H.; GILES-CORTI, B. Testing spatial measures of public open space planning standards with walking and physical activity health outcomes: Findings from the Australian national liveability study. **Landscape and Urban Planning**, Cambridge, v. 171, n. 1, p. 57-67, 2018.

HOWLETT, M.; MCCONNELL, A.; PERL, A. Moving policy theory forward: connecting multiple stream and advocacy coalition frameworks to policy cycle models of analysis. **Australian Journal of Public Administration**, Sydney, v. 76, n. 1, p. 65-79, 2017.

HULTEEN, R. M.; SMITH, J. J.; MORGAN, P. J.; BARNETT, L. M.; HALLAL, P. C.; COLYVAS, K.; LUBANS, D. R. Global participation in sport and leisure-time physical activities: A systematic review and meta-analysis. **Preventive Medicine**, Cambridge, v. 95, n. 1, p. 14-25, 2017.

HUNTER, R. F.; CHRISTIAN, H.; VEITCH, J.; ASTELL-BURT, T.; HIPPI, J. A.; SCHIPPERIJN, J. The impact of interventions to promote physical activity in urban green space: a systematic review and recommendations for future research. **Social Science & Medicine**, Oxford, v. 124, p. 246-256, 2014.

JOHNSON, A. J.; GLOVER, T. D. Understanding urban public space in a leisure context. **Leisure Sciences**, Londres, v. 35, n. 2, p. 190-197, 2013.

JONES, K. R. 'The Lungs of the City': Green Space, Public Health and Bodily Metaphor in the Landscape of Urban Park History. **Environment and History**, Cambridge, v. 24, n. 1, p. 39-58, 2018.

LOPES, B.; AMARAL, J. N.; CALDAS, R. W. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. 1 ed. Belo Horizonte: Sebrae/MG, v. 7, 2008. 48 p.

MARCELLINO, N. C. O lazer e os espaços na cidade In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Orgs.) **Sobre lazer e política: Maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 65-92.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H.. Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano—relações e possibilidades. Belo Horizonte: **Licere**, v. 10, n. 3, p. 45, 2007.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H.; SILVA, A.; FERNANDES, E. A. O. **Espaços e Equipamentos de Lazer em Região Metropolitana: O Caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas**. 1 ed. Curitiba: OPUS, 2007. 120 p.

MCCORMACK, G. R.; ROCK, M.; TOOHEY, A. M.; HIGNELL, D. Characteristics of urban parks associated with park use and physical activity: A review of qualitative research. **Health & Place**, Oxford, v. 16, p. 712-726, 2010.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MENSAH, C. A.; ANDRES, L.; PERERA, U.; ROJI, A. Enhancing quality of life through the lens of green spaces: A systematic review approach. **International Journal of Wellbeing**, Lower Hutt, v. 6, n. 1, p. 142-163, 2016.

MEZZADRI, F. M.; MORAES E SILVA, M.; FIGUERÔA, K. M. Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 49-63, 2015.

MIGIRO, S. O.; MAGANGI, B. A. Mixed methods: A review of literature and the future of the new research paradigm. **African Journal of Business Management**, Lagos, v. 5, n. 10, p. 3757-3764, 2011.

MILANI, M. L.; CARDOSO, C. B. Políticas públicas de cultura, esporte e lazer e a visão da juventude de São Mateus do Sul-Paraná. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 23, n. 36/37, p. 29-40, 2014.

MOHER, D.; SHAMSEER, L.; CLARKE, M.; GHERSI, D.; LIBERATI, A.; PETTICREW, M.; SHAKELLE, P.; STEWART, L.; PRISMA-P, G. Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. **Systematic Reviews**, Londres, v. 4, n. 1, p. 1-9, 2015.

OAKES, T. Happy town: Cultural governance and biopolitical urbanism in China. **Environment and Planning A**, Londres, v. 0, n. 0, p. 1-19, 2017.

ÖNER, Ö.; KLAESSON, J. Location of leisure: The new economic geography of leisure services. **Leisure Studies**, Oxford, v. 36, n. 2, p. 203-219, 2017.

PALMATIER, R. W.; HOUSTON, M. B.; HULLAND, J. Review articles: purpose, process, and structure. **Journal of the Academy of Marketing Science**, Nova York, v. 46, n. 1, p. 1-5, 2018.

PAUL, T. Mapping gendered spatialities in leisure: the case of new consumption spaces in the city of Kolkata. **Contemporary South Asia**, Oxford, v. 25, n. 4, p. 380-398, 2017.

PINA, L. W. **Planejamento de equipamentos de lazer**. 1. ed. São Paulo: PerSe, 2014. 206 p.

PINA, L. W.; GOULART, L.; SEIXAS, S. C. Espaços e Equipamentos de Lazer. In: AZEVÊDO, P. H.; BRAMANTE, A. C. (Org.) **Gestão Estratégica das Experiências de Lazer**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017, p. 189-198.

PINTO, L. M. S. M.; RAMOS, M. L. B. C.; RODRIGUES, R. P.; UVINHA, R. R.;

ARAÚJO, R. M.; SILVA, S. R. Desafio para a Gestão das Políticas de Lazer no Brasil. In: ISAYAMA, H. F.; PINTO, L. M. S. M.; UVINHA, R. R.; STOPPA, E. A. (Org.). **Gestão de Políticas de Esporte e Lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 27-49.

PRO QUEST. **Busca Avançada**. 2018. Disponível em: <
<https://search.proquest.com/?accountid=8112>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

REIS, A. C.; SOUSA-MAST, F. R.; VIEIRA, M. C. Public policies and sports in marginalised communities: The case of Cidade de Deus, Rio de Janeiro, Brazil. **World Leisure Journal**, Londres, v. 55, n. 3, p. 229-251, 2013.

RIBEIRO, I. C.; FORTUNATO, I.; SCHWARTZ, G. M. Educação Ambiental, Tecnologia e Cinema: Ensaio sobre Valores e Sustentabilidade. **InterSciencePlace**, Campos dos Goytacazes, v. 11, n. 3, p. 158-200, 2016.

RODRIGUES, E. A. P. C.; RECHIA, S. A Relação entre as Transformações dos Espaços de Lazer Advindas dos Megaeventos Esportivos e a Humanização das Cidades. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 61-81, 2016.

RODRIGUES, E. H. C. BRAMANTE, A. C. O espaço na construção de uma política de lazer – estudando Sorocaba/SP. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 23-37, 2003.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTANA, R. L. F.; ALVES, J. A. Apropriação e uso dos espaços de lazer da população Curraisnovense. **Licere-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 185-223, 2014.

SANTOS, M. A. G. N.; FREIRE, E. S.; BASTOS, F. C.. O Esporte nas Leis Orgânicas Municipais e as Políticas de Gestão. **Licere-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 249-288, 2017.

SANTOS, M. A. G. N.; FREIRE, E. S.; MIRANDA, M. L. J. A gestão do esporte como tema de pesquisa: análise da publicação científica. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 50, p. 183-201, 2017.

SCHWARTZ, G. M.; TAVARES, G. H.; RIBEIRO, I. C.; RODRIGUES, C. S.; PROVENZANO, T. D.; CHAO, C. H. N. Políticas públicas de esporte e lazer e gestão da informação: incidência da Rede CEDES como foco em pesquisas acadêmicas. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 86 – 97, 2014.

SCHWARTZ, G. M.; TEODORO, A. P. E. G.; RODRIGUES, N. H.; DIAS, V. K. **Educando para o lazer**. 1 ed., Curitiba: CRV, 2016. 116 p.

SCIELO. **Resultados**. 2018. Disponível em: <
<http://www.scielo.org/php/index.php?lang=en>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

SCOPUS. **Busca Avançada**. 2018. Disponível em: < <http://www-scopus-com.ez87.periodicos.capes.gov.br/home.url?zone=header&origin=searchbasic>>. Acesso

em: 2 fev. 2018.

SILVA, D. S.; SANTOS, M. I. AVILA, M. A. Intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer no município de Ilhéus-BA. **Conexões**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 13-35, p.13-35, 2013.

SILVA, E. A. P. C.; SILVA, P. P. C.; SANTOS, A. R. M.; CARTAXO, H. G. O.; RECHIA, S.; FREITAS, C. M. S. M. Espaços públicos de lazer na promoção da qualidade de vida: uma revisão integrativa. **Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 1-18, 2013.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p.

SILVA, N. P.; COSTA, C. A. O ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO URBANO CAPITALISTA: Uma crítica à luz do direito a cidade. **Pixo-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, Pelotas, v. 1, n. 3, p. 116-125, 2017.

SILVA, N. V.; TENÓRIO JÚNIOR, J. B.; SILVA, W. M.; LEONÍDIO, L. F. S. Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Reflexos sobre sua Aplicabilidade em Municípios Brasileiros. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, Porto, v. 3, n.1, p. 111-120, 2013.

SMITH, N.; LOW, S. Introduction: The imperative of public space. In: LOW, S.; SMITH, N. (Org.). **The politics of public space**, New York, NY: Routledge, 2006. p. 1-16.

SPORTDISCUS. **Resultados da Pesquisa**. 2018. Disponível em: < <http://web.b-ebsohost-com.ez87.periodicos.capes.gov.br/ehost/search/basic?vid=0&sid=9537696f-4227-43c1-a4c8-559dd75e54ea%40sessionmgr120>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

TOMANIK, E. A. O afeto que se encerra: urbanização, movimentos, encontros e conflitos afetivos. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v.16, n.184, p. 11-23, 2016.

TROTTMANN, P.; CORRÊA, V.; SOUZA COELHO, F.; SARTI, F. M. A produção científica em Políticas Públicas no Brasil Descrição e análise de alguns resultados de uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000. **Agenda Política**, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 223-253, 2017.

VEAL, A. J. **Research methods for Leisure and Tourism**. Harlow: 5 ed. Pearson, 2018. 592 p.

WEB OF SCIENCE. **Pesquisa**. 2018. Disponível em: < http://apps-webofknowledge.ez87.periodicos.capes.gov.br/WOS_GeneralSearch_input.do?product=WOS&search_mode=GeneralSearch&SID=5FceC47WRJCVbnnx3CJ&preferencesSaved=>. Acesso em: 2 fev. 2018.

WEIMER, D. L.; VINING, A. R. **Policy analysis: Concepts and practice**. 6 ed. Nova York: Routledge, 2017. 479 p.

YUEN, F.; JOHNSON, A. J. Leisure spaces, community, and third places. **Leisure**

Sciences, Oxford, v. 39, n. 3, p. 295-303, 2017.

ZAKARIYA, K.; HARUN, N. Z.; MANSOR, M. Field, Light and Food: Adapting of the Town Square as a Leisure Gathering Space at Night. **Planning Malaysia Journal**, Petaling Jaya, v. 15, n. 1, p. 31-44, 2017.

7 ARTIGO 2

GESTÃO DE ESPORTE E LAZER: MAPEAMENTO E UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO – SP

RESUMO

Nos âmbitos acadêmico e científico, são encontradas diversas pesquisas e estudos referentes à gestão de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, porém notam-se aspectos pouco explorados, tais como os que se referem diretamente à análise destes espaços, principalmente em âmbito nacional. A precariedade de informações afeta diretamente, tanto na gestão destes espaços, pelos gestores, quanto na sua utilização, por parte dos munícipes. Desta forma, o objetivo deste estudo foi mapear os espaços públicos de esporte e de lazer pertencentes à Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP, bem como, analisar as condições referentes à estrutura, segurança, acessibilidade e utilização. Para tanto, este estudo foi dividido em três fases. Na primeira fase foi realizada uma pesquisa documental, com base nos documentos oficiais constantes na Prefeitura de Rio Claro e, logo após, um mapeamento dos espaços públicos de esporte e de lazer. Na segunda fase, foi realizada a observação dos espaços e o preenchimento de diário de campo, por último, na terceira fase, a análise dos dados advindos da observação e presentes no diário de campo. Os dados obtidos foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo. Com base nos resultados, pode-se perceber que há grande disponibilidade de espaços, porém há dificuldades na gestão dos mesmos, sendo que, muitos apresentam problemas relacionados à acessibilidade e à conservação, como também, notou-se má distribuição geográfica desses espaços. Dessa forma, o campo de estudos dos espaços de esporte e de lazer carece de novas abordagens, principalmente no que tange às formas de gestão.

Palavras-chave: gestão; espaços públicos; esporte; lazer.

ABSTRACT

Many researches and studies regarding the management of public spaces in sports and leisure contexts are encountered. However, some aspects are less explored such as the analysis of these spaces, mainly at the national sphere. The lack of information has an influence on managers and citizens, directly affecting public space management and these spaces usage. This qualitative study aimed to map sports and leisure public spaces that belong to the City Hall of Rio Claro / SP as well as to analyze the conditions regarding structure, safety, accessibility, and usage. The present study was divided into three phases. First, documentary research was carried out based on the official documents from the Municipality of Rio Claro and, subsequently a mapping of sport and leisure public spaces. On the second phase, it was performed an observation of the spaces and field diary filling. The third phase was an analysis of the collected data. Data were analyzed using the Content Analysis Technique. Based on the results, there is great availability of spaces; however, some difficulties in their management were observed. In addition, many had problems related to accessibility and conservation as well as bad geographical distribution. Therefore, the field of study regarding sports and leisure public spaces needs new approaches, especially concerning their management.

Keywords: management; public spaces; sport; leisure.

7.1 INTRODUÇÃO

Os espaços públicos no meio urbano desempenham uma importante função atualmente, pois, além de possibilitarem que diferentes grupos sociais dividam o mesmo espaço, podendo servir, assim, de ambientes de integração e inclusão social, apresentam, também, possibilidades de vivências de diferentes atividades, de acordo com sua utilização e interesse de apropriação pela sociedade (BORTOLO, 2013; GLOVER, 2017; WHYTE; FORTUNE, 2017). São nesses espaços que podem ocorrer, tanto as afinidades, quanto, as diferenças sociais, transformando-se em retratos das cidades, onde se reproduzem conflitos ligados a diversidades socioespaciais, bem como, onde há a possibilidade de transformação, diálogo e exercício da arte da convivência (JONES, 2018; GLOVER, 2017).

Esses espaços, por estarem a pouca distância da população, podem motivar o aumento da procura pela prática de atividades físicas e pelo desenvolvimento de atividades esportivas em áreas urbanas (WEISS et al., 2011). Além disto, podem contribuir para a ampliação das práticas culturais e sociais (SANTOS, 2007; HINDLEY, 2018), ou, ainda, serem espaços para expressar ideias sobre sujeitos e suas culturas (SERPA, 2007).

Há diversas definições para o termo espaço, contudo, neste estudo, foi adotado o conceito proposto por Marcellino et al. (2007), o qual, traz diferenciações importantes sobre espaços e equipamentos. Como espaço, o autor define o ambiente físico onde os equipamentos estão instalados, tendo como função representar um suporte para os equipamentos. Já os equipamentos representam os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade, dando significado específico e servindo para certo propósito.

Para que a utilização e a apropriação dos espaços públicos efetivamente

ocorram, os cidadãos não devem considerá-los apenas como pertencentes ao Estado, eximindo-se de responsabilidades, sobretudo de cuidado na apropriação. Esse modo de pensar e de se relacionar com esses espaços pode trazer como consequência a diminuição da participação social e do exercício da cidadania, levando à prevalência de usufruto por espaços privados, exacerbando, dessa forma, os aspectos consumistas e individualistas da sociedade contemporânea (MENDONÇA, 2007; DIAS; FERREIRA, 2015).

Segundo Pochman (2012), é de extrema relevância que a população das cidades usufrua os espaços públicos, entretanto, segundo o autor, para que isso ocorra adequadamente, é necessário que os governantes tracem estratégias de gestão eficientes e executem ações que incitem o desejo das pessoas de utilizar bibliotecas, museus, parques e tantos outros tipos de espaços públicos. Entretanto, aspectos relacionados aos espaços públicos, como infraestrutura, conservação, acessibilidade, segurança, e conhecimento da localização dos mesmos, podem, tanto satisfazer a população, motivando-a a participar de vivências e preservar os espaços, como também, podem, desmotivar o uso e apropriação desses espaços, devido às inúmeras dificuldades encontradas (WEISS et al., 2011; SILVA et al., 2012). Embora possa ser encarado como um fator secundário, o ambiente físico pode motivar ou desmotivar as escolhas e o envolvimento da população nas vivências no âmbito do esporte e do lazer, sendo que, inclusive, a falta de conhecimento sobre esses espaços pode comprometer o envolvimento da sociedade em atividades essenciais para o ser humano (SILVA et al., 2013; TOMANIK, 2016).

Esses aspectos elencados podem ser decisivos em municípios de grande, médio e pequeno portes. O município de Rio Claro, foco deste estudo, possui uma localização estadual e nacional favorável geograficamente, situando-se no interior do Estado de São

Paulo, próximo a importantes vias de circulação terrestres. Localiza-se a aproximadamente 170 quilômetros da capital do estado (São Paulo) e é circundado pelas rodovias Anhanguera, Bandeirantes e Washington Luiz (IBGE, 2017). O município de Rio Claro faz parte da microrregião de Campinas, sendo esta considerada o segundo polo industrial do Estado. Tais dados demonstram que o município possui uma integração regional favorável, facilitando assim, as atividades econômicas e o fluxo de materiais e pessoas (MAIA, 2017).

A população da cidade de Rio Claro, estimada em 2018, é de 205 mil habitantes, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), porém, o último censo demográfico realizado no município data de 2010, onde a população era de 186.252 habitantes (IBGE, 2017). Desta forma, tendo em vista o tamanho populacional do município e sua dita centralidade no estado, Rio Claro pode ser considerada uma cidade de médio porte.

O comércio de Rio Claro, ao longo dos últimos anos, passou por diversas transformações, a partir da década de 1990 e, de forma mais acelerada, no início do século XXI, que passou de um perfil de comércio local e familiar, a receber marcas referenciais de lojas de varejo (ORTIGOZA, 2012). Nota-se, também, segundo Maia (2017), uma grande expansão de núcleos comerciais em bairros periféricos do município, acompanhando sua demanda populacional e expansão. Tais núcleos podem promover o surgimento de novos espaços, antes não encontrados nas regiões mais periféricas da cidade.

Ao se analisarem os dados populacionais do município (IBGE, 2018), nota-se que há grande incidência de cidadãos na faixa dos 20 aos 39 anos, ou seja, grande parte da população de Rio Claro é jovem, indo na contramão da realidade nacional, a qual evidencia uma tendência de grande aumento da população idosa (ALVES, 2018). Em

2016, último dado oficial disponibilizado pelo IBGE, o salário médio mensal dos trabalhadores no município de Rio Claro era de 2,9 salários mínimos e o total da população ocupada com trabalhos formais era de 35,5% da população, ou seja, apenas 71.477,00, de 186.253,00 pessoas que residem no município, possuem um emprego formal (IBGE, 2018). Esses dados são alarmantes, demonstrando que mais de 50% da população se encontra desempregada ou desalentada. Esta é mais uma justificativa que reforça a importância da oferta de locais públicos, de livre acesso, para que todos venham se valer do direito ao lazer e ao usufruto do esporte.

A fim de tornar os espaços de lazer mais democráticos a toda a população, as Políticas Públicas devem trabalhar o uso e o acesso aos espaços existentes, de forma a não restringir políticas que apenas reforçam a oferta de atividades, mas inclusive, naquelas políticas públicas que possam valorizar a reordenação adequada do tempo para o lazer e do espaço público. É imprescindível, também, que sejam elaboradas políticas de reordenação do solo urbano, englobando os espaços de lazer e, finalmente, que possam ser formuladas políticas de desenvolvimento e formação eficiente do corpo técnico atuante (MARCELLINO 2007).

Para que se efetivem as vivências do esporte e das atividades relacionadas aos mais diferentes conteúdos do lazer nos espaços públicos, se faz necessário, inclusive, haver estímulos ao acesso e democratização, por meio de uma gestão pública que vise à promoção de ações no campo e para além das Políticas Públicas, buscando a solução de possíveis problemas de ordem estrutural, administrativa, entre outras, e, dessa forma, garantir o uso dos espaços públicos para as vivências esportivas e do contexto do lazer a todos que demonstrarem interesse (ANDRADE; BRAGA; TOMAZZONI, 2016).

Entretanto, no que tange ao município de Rio Claro, não se percebe uma gestão adequada dos espaços públicos de esporte e lazer, haja vista a dificuldade de se saber

exatamente quantos e de que tipo são esses espaços e como a população vem fazendo uso dessa oferta. A precariedade de informações a esse respeito dificulta, assim, que os munícipes estejam cientes da existência, localização e potencial uso dos espaços. Sendo assim, este estudo tem como objetivo mapear os espaços públicos de esporte e de lazer, pertencentes à Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP, bem como, analisar as condições referentes à estrutura, segurança, acessibilidade e utilização.

7.2 MÉTODO

Este estudo foi composto por três fases. Na primeira etapa do estudo, foi realizada uma pesquisa documental e, em seguida, um mapeamento dos espaços públicos de esporte e de lazer no município de Rio Claro – SP. Nessa etapa, foram analisados os documentos oficiais constantes na Prefeitura do Município, com base em dados contidos no Plano Diretor, na Lei Orgânica, no *site* da Prefeitura e *sites* de portais Turísticos do município e da região, além de outros documentos, aos quais se pode ter acesso e que e que agregados ao estudo, contribuirão, na tentativa de levantar o maior número de informações relevantes possíveis sobre o tema.

Para a coleta de dados do mapeamento referente aos espaços Públicos de Esporte e Lazer pertencentes à Prefeitura Municipal, foram considerados os dados obtidos no *site* oficial da Prefeitura de Rio Claro, da Secretaria de Cultura e *in loco*, com base no contato com os Coordenadores da Secretaria Municipal de Esportes e Turismo. O mapeamento foi realizado com base no desenho do Mapa Municipal Oficial, disponibilizado no *site* oficial da Prefeitura de Rio Claro, datado do mês de junho, do ano de 2016, o qual não continha informação atualizada para 2018, quando este estudo foi realizado. Inicialmente, o mapeamento foi realizado de maneira manual, numerando-se cada local e, posteriormente, foi utilizada a ferramenta do Google, My Maps, para a localização precisa desses locais.

Na segunda fase, a partir dos dados obtidos na etapa anterior, foi realizada a observação dos espaços e o preenchimento de diário de campo (apêndice A), a respeito dos espaços públicos de esporte e de lazer do município de Rio Claro. Por último, na terceira fase, foi realizada a análise dos dados advindos da observação e presentes no diário de campo, por meio da técnica de Análise de Conteúdo (RICHARDSON, 2017).

A análise dos espaços foi realizada a partir do diário de campo, composto por

um *check-list*, tendo por base o instrumento utilizado no Suplemento de Esporte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). No diário de campo, foram anotados os aspectos a partir de cinco (05) eixos temáticos propostos, sendo eles, os aspectos relativos à estrutura, conservação, segurança, acessibilidade e utilização por parte dos munícipes. A composição do *check-list* se deu a partir de uma escala do tipo Likert, composta de vinte e dois itens, os quais variaram de 1 a 5 (1 – Muito Ruim, 2 – Ruim, 3 – Médio, 4 – Bom, 5 – Muito Bom).

Quanto à estrutura dos espaços, os itens observados e analisados foram: iluminação, cobertura, banheiro-vestiário, arquibancada e bancos-mesas. Foi também verificada a presença de outros equipamentos específicos e o material dos equipamentos. No que tange à conservação, os itens foram referentes à manutenção e à limpeza dos espaços. Já no item segurança, foram observadas e analisadas a sinalização de entrada e saída, a existência ou não de saídas de emergência e extintores, além da qualidade do piso, tanto se este fosse composto de pavimento, ou simplesmente, de terra ou outros materiais. Já no que se refere ao quesito acessibilidade, os itens foram o acesso adequado a pessoas com deficiência (PCD), o livre acesso aos munícipes, incluindo a divulgação do horário de funcionamento no local e a sinalização para localização dos espaços. Já no último eixo, o qual se referiu à possibilidade de uso dos espaços, foram analisados os aspectos relativos à presença ou não de munícipes durante as visitas, a faixa etária predominante dos mesmos e se aquele espaço era possível de ser utilizado pela população. Além disso, foram levadas em consideração as anotações complementares, por meio das quais foram registrados alguns eventuais problemas e aspectos relevantes em cada espaço visitado.

7.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a exploração dos documentos realizada para esta pesquisa, foram mapeados e analisados um total de 243 espaços destinados a atividades nos contextos do esporte e do lazer, com base na observação, no diário de campo e nos documentos descritos. Tal como prevê o método deste artigo, para facilitar a apresentação e a análise dos dados, os espaços foram divididos em três eixos temáticos, sendo eles; as áreas verdes, contendo 183 espaços; os espaços culturais, contendo 19 espaços e os espaços esportivos, contendo 41 espaços. Cada eixo temático é gerido por uma secretaria da Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP em específico, sendo que as áreas verdes estão sob a gestão da Secretaria Municipal de Manutenção e Paisagismo (SEMA), os espaços esportivos estão sob a gestão da Secretaria Municipal de Esportes e Turismo (SETUR) e os espaços culturais sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura.

Não houve acesso aos dados financeiros de repasse do poder público municipal, para as respectivas secretarias, como também, à porcentagem que estas secretarias em específico destinam à gestão dos espaços administrados por elas. Os conceitos específicos de cada nomenclatura, bem como, os resultados e a discussão dos dados de cada eixo, serão apresentados a seguir.

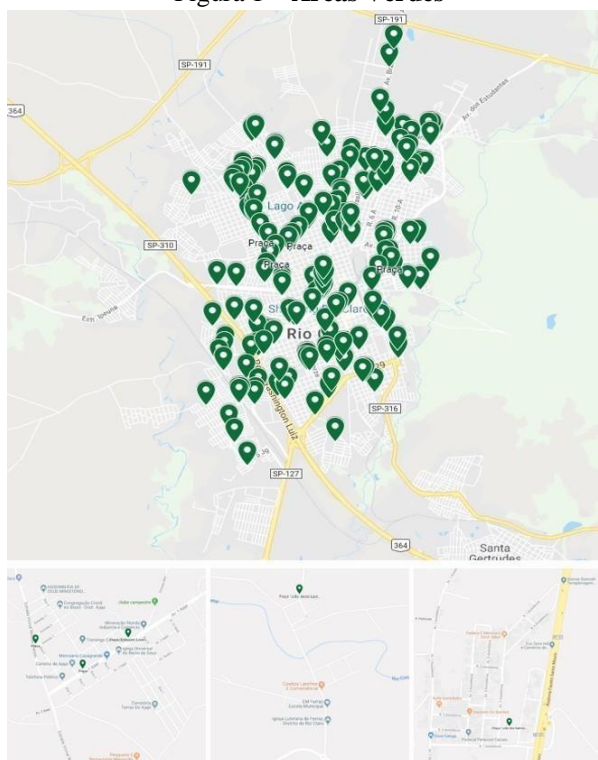
7.3.1 ÁREAS VERDES

Neste estudo, foi adotado o conceito de áreas verdes proposto por Benini, Rosin e Martin (2016), os quais definem como áreas verdes todo espaço livre de uso comum, que ostente certo tipo de vegetação, espontânea ou plantada, que possibilite a contribuição em termos ambientais como, o sombreamento, a permeabilidade, que também diminua os efeitos das poluições sonora e atmosférica e que possa, inclusive ser usufruído com objetivos culturais, sociais, ecológicos, entre outros. Desta forma, além dos parques, canteiros e jardins, as praças segundo Silva (2018), são exemplos destas

áreas verdes. Tais espaços, na medida em que contribuem para a melhoria da qualidade do ar, possibilitam um aumento da saúde física e psíquica dos munícipes, conseqüentemente, são importantes para a melhoria da qualidade de vida (LEE; MAHESWARAN, 2011).

Para este estudo, foram consideradas áreas verdes, tais como no Plano Diretor do Município de Rio Claro, os locais destinados às atividades do contexto do lazer da população e seu contato com os recursos naturais disponíveis no meio urbano, tais como, os parques, praças, jardins, canteiros centrais, trevos e rotatórios de vias públicas (RIO CLARO, 2017). Das 183 áreas verdes identificadas e mapeadas, 5 delas estão localizadas nos distritos do município, sendo assim distribuídas: 2 no Distrito de Assistência, 2 no Distrito de Ajapi e 1 no Distrito de Ferraz, conforme ilustra a Figura 1, apresentada a seguir:

Figura 1 – Áreas Verdes



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

De acordo com as imagens, é possível observar um número maior de espaços localizados na área central, em bairros mais antigos do município, em detrimento de

áreas mais novas, principalmente, em se tratando de bairros periféricos, onde o número diminuiu sensivelmente, sendo que, em alguns casos, nesses bairros não foram localizadas áreas verdes públicas disponíveis para a população. Essa observação pode ser explicada pelo fato de que a maioria dos municípios foi se formando a partir da zona central, de acordo com o seu desenvolvimento populacional e econômico, crescendo de forma desordenada, onde a população com menor poder econômico se concentra nos bairros periféricos do município, radicalizando a segregação socioterritorial (TERCI; GOULART; OTERO, 2017). Percebeu-se que, na maioria das vezes, o poder público não garantiu a implantação de novos espaços nos novos loteamentos, tal como são assegurados no Plano Diretor (RIO CLARO, 2017).

A partir do mapeamento, foi realizada uma análise das 183 áreas verdes do município e de seus distritos, com base nos 5 eixos temáticos propostos: estrutura, conservação, segurança, acessibilidade e utilização, os quais estão apresentadas na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Áreas Verdes

Estrutura				
	Possuem	Não Possuem	Não se aplica	
Iluminação	127	56	0	3 - Muito Ruim/24 - Ruim/33 - Médio/47 - Bom/20 - Muito Bom
Cobertura	3	0	180	0 - Muito Ruim/0 - Ruim/0 - Médio/3 - Bom/0 - Muito Bom
Banheiro/Vestibular	3	0	180	0 - Muito Ruim/1 - Ruim/1 - Médio/1 - Bom/0 - Muito Bom
Arquibancada	0	0	183	0 - Muito Ruim/0 - Ruim/0 - Médio/0 - Bom/0 - Muito Bom
Bancos/Mesas	107	76	0	5 - Muito Ruim/7 - Ruim/26 - Médio/43 - Bom/26 - Muito Bom
Outros equipamentos específicos	Pista de Skate, Teatro de Arena, Quadra de Areia, Pista de Caminhada, Pista de Automodelismo, Parque de Infantil (Madeira e Ferro), Campo de Bocha, Pedalinho (Desativado), Quadra Poliesportiva, Barracão Multiuso, Campo de Gate Ball, Fonte Luminosa, Equipamentos voltados para o público Idoso			
Material dos equipamentos	Alvenaria e madeira			
Conservação				
Manutenção das estruturas	31 - Muito Ruim/30 - Ruim/37 - Médio/54 - Bom/31 - Muito Bom			
Limpeza adequada	34 - Muito Ruim/47 - Ruim/26 - Médio/42 - Bom/34 - Muito Bom			
Segurança				
	Possuem	Não Possuem	Não se aplica	
Sinalização de entrada/saída	3	4	176	0 - Muito Ruim/0 - Ruim/0 - Médio/2 - Bom/1 - Muito Bom
Saídas de emergência	0	0	183	0 - Muito Ruim/0 - Ruim/0 - Médio/0 - Bom/0 - Muito Bom
Piso (Solo/Pavimento)	158	25	0	10 - Muito Ruim/22 - Ruim/43 - Médio/57 - Bom/26 - Muito Bom
Extintores	1	0	182	0 - Muito Ruim/1 - Ruim/0 - Médio/0 - Bom/0 - Muito Bom
Acessibilidade				
	Possuem	Não Possuem	Não se aplica	
Acesso Adequado para PCD	45	138	0	4 - Muito Ruim/10 - Ruim/9 - Médio/12 - Bom/10 - Muito Bom
Livre acesso aos municípios	177	6	0	4 - Muito Ruim/2 - Ruim/3 - Médio/18 - Bom/150 - Muito Bom
Divulgação do horário de funcionamento (no local)	3	4	176	0 - Muito Ruim/0 - Ruim/2 - Médio/0 - Bom/1 - Muito Bom
Sinalização/placas para localização	7	176	0	0 - Muito Ruim/0 - Ruim/1 - Médio/4 - Bom/2 - Muito Bom
Utilização				
	Há	Não Há	Não se aplica	
Municípios	111	72		
Faixa etária predominante	8 - Crianças/13 - Jovens/81 - Adultos/14 - Idosos			Notas: 1 local só é permitido a utilização por idosos
Uso de equipamentos não específicos	6	177	0	Quais: Bicicleta, skate, comércio privado
Presença de animais domésticos	2	181	0	Quais: Cachorro de Grande Porte

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Quanto à estrutura, entre os diversos elementos analisados, o fator que mais chamou a atenção, foi a falta de iluminação em uma parte considerável das áreas verdes, sendo que, muitas vezes, nas que continham iluminação, os postes e dispositivos de iluminação não se apresentavam em número suficiente, ou o tecnologia empregada no tipo da lâmpada estava ultrapassada, não garantindo, assim, uma eficiência. Conseqüentemente, este aspecto tornou alguns espaços pouco atrativos para o público (RODRIGUES, 2018; MARUYAMA; FRANCO, 2017).

Segundo Winchip (2005), a iluminação de qualidade é conceituada como aquela que disponibiliza ao usuário a oportunidade de usufruir confortavelmente o espaço, sentindo-se seguro e tendo condições de apreciar os seus aspectos interiores. Dessa forma, uma iluminação de má qualidade dificulta a adesão dos usuários ao espaço, tendo em vista que, muitos destes, por possuírem uma grande área e uma vegetação abundante, sem a devida iluminação se tornam inseguros, ficando propícios para outros fins e podendo causar transtornos para a população adjacente e para os gestores municipais (MARUYAMA; FRANCO, 2017; GOMES; MARTIN, 2017; LIMA; AMORIM, 2006).

Notou-se, inclusive, que há uma grande variedade de outros equipamentos específicos, os quais, muitas vezes, traduzem uma tendência cultural presente no bairro onde o espaço está inserido. Dois exemplos desse aspecto podem ser os espaços “Praça dos Ferroviários” e “Centro de Esporte Unificados - CEU do Mãe Preta”, nos quais foram instaladas pistas de *skate*, refletindo a apropriação jovem sobre esse espaço e o caso do “Parque Lago Azul”, em que foi inserido um Campo de *Gate Ball*, representando o interesse da cultura japonesa, muito forte no entorno da região em que esse espaço se encontra. No caso específico do segundo exemplo, podemos citar diversos estudos científicos os quais abordam que os imigrantes, sejam eles japoneses

ou de outras nacionalidades, procuram manter traços culturais dos seus países de origem, a fim de perpetuar os traços culturais nativos em seus descendentes (NOVAES; TELLES, 2018; MORAIS, 2018; EIROZ; CARDOSO; GALLO, 2017)

Quanto ao aspecto da conservação, notou-se que, embora a manutenção dos espaços seja adequada, em alguns casos, a limpeza é insuficiente. O cuidado com o local representa outro fator que pode estimular ou diminuir a utilização do espaço pela população. De acordo com Busato (2016), os locais que mais são frequentados pelos cidadãos que procuram usufruir as atividades do contexto do lazer, são aqueles que apresentam maior qualidade para a experiência, melhor infraestrutura, boa manutenção, iluminação e limpeza.

Muitas vezes, em relação à limpeza, dentro do item conservação, notou-se lixo espalhado pelos locais, demonstrando que há uma real falta de investimento por parte do poder público (SILVA, 2018), no que tange à coleta adequada. Outra possível explicação para a presença de lixo pode ser a falta de compreensão da própria população a respeito de encarar estes espaços como bens comuns, com os quais cada cidadão tem compromisso de zelar. De acordo com Moura (2010), para uma grande parte da população, as praças, parques e jardins, são vistos como locais abandonados, propícios a usuários de drogas, mendicância e prostituição. Segundo Romera et al. (2018), o consumo de substâncias ilícitas apresentou um aumento nas últimas décadas, sendo que, desta forma, deve haver um olhar especial nos modos de ocupação e consumo de tais substâncias durante as atividades do contexto do lazer, muitas vezes, praticadas em espaços públicos.

Como esses espaços, geralmente, encontram-se nas periferias das cidades, não raro, deixam grande parte da população, principalmente os de menor renda, com poucas opções de locais públicos e gratuitos para usufruir as possibilidades de atividades do

contexto do lazer. Sendo assim, a limpeza e a manutenção adequada de tais espaços representam itens fundamentais, no sentido de promover melhoria na qualidade de vida dos munícipes. Vale lembrar que estas condições não afetam somente a população de menor renda. Sendo assim, torna-se importante atentar para o direito ao lazer pela população em geral.

Já quanto à segurança dos locais, tendo em vista que a maioria desses espaços é aberta, não há necessidade de haver uma sinalização de entrada e saída, tampouco saídas de emergência. Notou-se que grande parte das áreas analisadas continha piso ou pavimento adequado para uso e em bom estado de conservação. Uma pequena quantidade, mas que não pode ser menosprezada, não apresentou qualquer tipo de preocupação com um piso acessível, dificultando e, portanto, tornando-se inseguro para uso por pessoas com algum tipo de deficiência. Ainda dentro do item segurança, quanto à presença de extintores ou hidrantes, apenas um local (Parque Lago Azul) continha tais itens. Tendo em vista que os locais apresentam vegetação, seria necessária uma atenção maior quanto à prevenção de incêndios nestes locais, podendo ser sugerido aos órgãos competentes, como uma das possibilidades para minimizar este fator, o monitoramento em tempo real, através de câmeras de segurança. Estratégia que irá colaborar inclusive com a segurança geral dos usuários destes locais, indo ao encontro da pesquisa de Gregoletto et al. (2013), a qual trouxe, que a terceira razão mais citada por usuários de parques públicos, e que contribui para a percepção de insegurança é o número insuficiente de câmeras de segurança nestes locais, ficando atrás apenas, da falta de policiamento e da iluminação precária, itens também notados neste estudo.

Quanto à acessibilidade, mesmo sendo um aspecto muito relevante, notou-se que parte considerável das áreas verdes analisadas não possui acesso adequado para pessoas com deficiência (PCD), sendo que, em apenas uma praça foi encontrado o piso tátil,

instrumento que auxilia os deficientes visuais e, em apenas 45 espaços, foram encontradas rampas de acesso para indivíduos com mobilidade reduzida. Esses são fatores garantidos pela Agência Brasileira de Normas Técnicas, no item Acessibilidade, Edificação, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos – NBR9050/2004 (ABNT, 2004), o qual salienta que todos os locais, edificações, espaços e equipamentos urbanos, devem atender ao discorrido nessa norma, para serem considerados acessíveis e possibilitar seu uso, de maneira autônoma, independente e com segurança, ao maior número de pessoas possível. Entretanto, tal como neste estudo, na visão de outros pesquisadores da temática, nota-se que muitos espaços urbanos não atendem tais normas, como nos estudos de Silva, Silva e Sampaio (2018), Oliveira e Oppliger (2017) e Silva et al. (2017).

Seis áreas verdes não possuem livre acesso aos munícipes, sendo que essas eram praças que foram ocupadas, ou estavam sendo gerenciadas por instituições ou pessoas civis. No caso específico das instituições, podem ser citadas cinco incidências, em que instituições religiosas fecharam praças públicas para maior segurança. Quanto ao caso de uma praça, localizada em um bairro periférico do município, a qual foi invadida e no local, foi construída uma residência, fator que dificulta a utilização e conseqüentemente a apropriação de tal espaço pelos munícipes, indo ao encontro das conclusões de Mendes (2017), o qual traz que, o livre acesso as áreas verdes urbanas, é imprescindível, sendo um dos fatores que mais influenciam a frequência o da utilização dos mesmos.

Também pode ser citado o fato de uma praça com restrições de entrada, a qual, embora tenha uma ótima estrutura, acessibilidade, limpeza e conservação, é destinada a um público específico, o indivíduo idoso, sendo expressamente proibida a utilização por outros segmentos da população. Ainda no aspecto da acessibilidade, quanto ao horário de funcionamento, quatro áreas não apresentaram qualquer indício de avisos contendo

esta informação, dificultando o acesso da população. Uma delas, mesmo sendo uma praça fechada, se encontrava aberta no horário da visita e com certo grau de livre acesso aos munícipes, descrevendo o horário de funcionamento como o mesmo horário da instituição religiosa próxima. Uma placa encontrada na entrada continha a seguinte informação: “Esta praça é aberta ao amanhecer até o fim das celebrações religiosas da noite”, não esclarecendo propriamente o horário e deixando subjetiva sua interpretação. Por fim, apenas uma área, embora não tenha sido considerada fechada por este estudo, deixou claro o horário de funcionamento aos munícipes.

O livre acesso aos espaços públicos urbanos, incluindo os dos contextos do esporte e do lazer, pode ser compreendido como um direito, liberdade de expressão e uma possibilidade de livre escolha política. Os limites impostos a tal acesso, restringem a liberdade e atingem diretamente a noção de cidadania (SILVA; SILVA; SAMPAIO, 2018; MOLENZANI; ROCHA, 2017; OLIVEIRA; OPPLIGER, 2017; PIRES et al., 2016).

Quanto à utilização, no horário em que ocorreu a visita técnica do estudo, em grande parte das áreas se encontrava munícipes presentes, sendo que estes poderiam estar apenas transitando pelo local, ou utilizando o espaço para atividades específicas. O fato de que a faixa etária predominante era de adultos, também foi um dado relevante, tendo em vista o horário em que foram visitadas. Contudo, tal fato pode ser explicado pela presença de comércios e indústrias próximos aos espaços, uma vez que estes trazem uma possibilidade de que estes locais sejam considerados áreas para descanso, nos intervalos do almoço, ou das trocas de turno (SILVA, 2018).

Notou-se que não há grande utilização de equipamentos não específicos, ou seja, aparelhos que não foram projetados e/ou desenvolvidos especificamente para atividades do contexto do lazer. Entre os exemplos desses equipamentos não específicos

encontram-se os comércios instalados nos espaços, os caminhos de passagem em praças e parques, a utilização da rua para atividades diversas, entre outros, embora estes tenham sido encontrados em pouca quantidade, em comparação com o total de espaços. Contudo, quando esses se encontravam presentes, percebeu-se uma incidência de diversos comércios privados, instalados nos locais. É possível que a manutenção desses espaços seja feita por esses comércios, auxiliando na gestão e na manutenção destes espaços. Este fato corrobora o dado da pesquisa de Silva (2018), o qual destacou que a presença de comércios em locais públicos, sejam estes de ambulantes ou definitivos, garantem uma movimentação nos espaços, auxiliando na manutenção e, inclusive, na segurança.

Também é importante citar o fato de que, no parque municipal Lago Azul, mesmo sendo um tipo de área verde que geralmente permite a utilização de diversos equipamentos para a prática de atividades físicas no contexto do lazer, de acordo com o decreto municipal 9931/2013 (RIO CLARO, 2013) é expressamente proibido o trânsito de bicicletas no local. Este fator restringe as possibilidades de prática de algumas atividades físicas no local, desestimulando os ciclistas que residem no entorno.

Devido à expansão urbana, a falta de estrutura e segurança nas cidades, a utilização das bicicletas como meio de transporte, foi perdendo espaço para os automóveis, principalmente, nos grandes centros urbanos (SARTORI; SILVA, 2018; GEHL, 2015). Desta forma, é imprescindível, que os parques, ou praças que comportem tal prática, disponibilizem locais adequados e permitam que os usuários pratiquem tal atividade. A prática do ciclismo no meio urbano, incluindo nos parques e praças, podem trazer benefícios à qualidade de vida da população praticante, ao convívio urbano e também ao meio ambiente (TRONCOSO et al., 2018; SARTORI; SILVA, 2018).

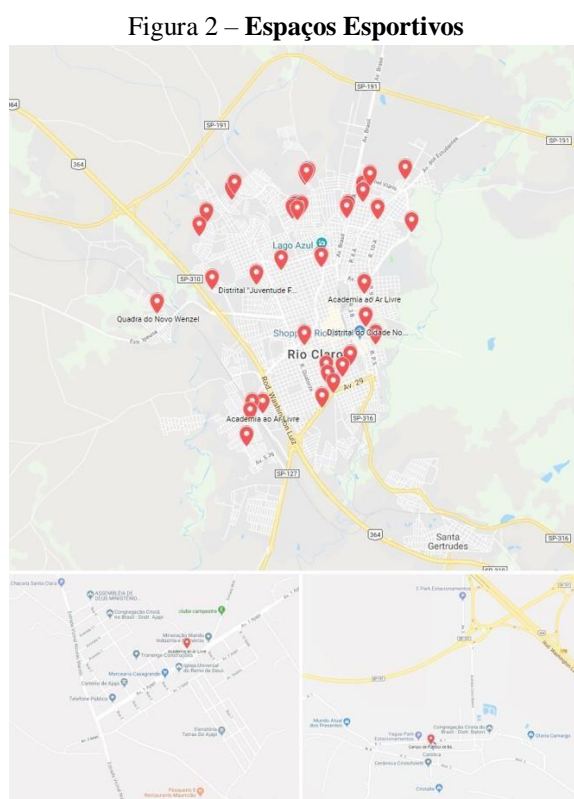
7.3.2 ESPAÇOS ESPORTIVOS

Para este estudo, foi adotada a definição de espaços esportivos no contexto do lazer proposta por Radicchi (2015), o qual entende como espaços esportivos no contexto do lazer as instalações e locais urbanos, destinados à finalidade da prática de atividades físicas e/ou esportivas, competitivas ou do lazer, de natureza espontânea e livre, sendo que os locais devem apresentar uma estrutura esportiva mínima, voltada a possibilitar tais atividades. Porém, deve-se compreender que os espaços no âmbito esportivos mesmo sendo destinados principalmente para a prática de atividades esportivas, não necessitam ficar restritos somente a estas praticadas, desta forma o gestor e os usuários de tais espaços devem ter uma visão multiuso dos mesmos.

No mapeamento dos 41 espaços esportivos, notou-se grande variedade de tipos, os quais serão apresentados a seguir. Foi encontrado uma incidência de 9 academias ao ar livre e dois complexos esportivos. O primeiro deles engloba o Ginásio Municipal de Esportes “Felipe Karam”, o Miniginásio Mané Bortoloti e a Piscina Olímpica Municipal “Herta Clara Koelle” e serve como sede para a Secretaria de Esportes e Turismo (SETUR) do município. O segundo diz respeito ao complexo Lagoa Seca do Cervezão, o qual engloba três quadras poliesportivas, dois palcos multiuso, duas canchas de bocha, um campo de futebol, um parque infantil e um quiosque multiuso. O município também possui 2 estádios de futebol, sendo eles o "Benito Agnelo Castellano", com capacidade para 8.136 pessoas e o "Augusto Schmidt Filho", com capacidade para 6.284 pessoas; como também 11 distritais, os quais, que são campos de futebol amador, distribuídos pelos bairros do município. Notou-se, também, a existência de 2 ginásios poliesportivos, 9 quadras poliesportivas, dois centros de treinamento, 2 campos de futebol, uma ciclovia e uma pista de caminhada e corrida.

Do total de espaços esportivos identificados e mapeados, 2 deles estão

localizados fora da cidade, sendo distribuídos da seguinte forma: 1 no Distrito de Ajapi e 1 no Bairro Afastado de Batovi, conforme ilustra a Figura 2, a seguir:



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

As imagens evidenciam uma distribuição bastante homogênea dos espaços esportivos no perímetro urbano do município. De acordo com Manta (2017) e Cohen et al. (2016), uma distribuição uniforme desses espaços pode favorecer a participação dos mais diversos grupos da população, tanto os mais privilegiados, quanto os mais vulneráveis.

Entretanto, notou-se que, na região central, há menor incidência de espaços esportivos, em detrimento de outras regiões do município, e que a região ao entorno do Complexo Esportivo, o qual abriga a Secretaria de Esportes e Turismo do Município (SETUR) é a que apresenta maior incidência de espaços. Segundo Manta (2017), ter conhecimento sobre a distribuição e localização de tais espaços, pode auxiliar na gestão de políticas públicas, garantindo melhores condições de acesso e uso por parte dos munícipes.

A partir do mapeamento, foi realizada a análise dos 41 espaços esportivos presentes no município, em um de seus distritos e no seu bairro afastado, com base nos mesmos itens anteriormente citados: estrutura, conservação, segurança, acessibilidade e utilização. Os dados estão apresentados na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Espaços Esportivos

Estrutura				
	Possuem	Não Possuem	Não se aplica	
Iluminação	18	23	0	0 - Muito Ruim/3 - Ruim/3 - Médio/4 - Bom/3 - Muito Bom
Cobertura	12	12	17	0 - Muito Ruim/3 - Ruim/3 - Médio/3 - Bom/1 - Muito Bom
Banheiro/Vestiário	21	9	11	1 - Muito Ruim/4 - Ruim/9 - Médio/3 - Bom/2 - Muito Bom
Arquibancada	11	19	11	0 - Muito Ruim/5 - Ruim/0 - Médio/4 - Bom/2 - Muito Bom
Bancos/Mesas	16	14	11	0 - Muito Ruim/3 - Ruim/4 - Médio/3 - Bom/1 - Muito Bom
Outros equipamentos específicos				
Material dos equipamentos				
Conservação				
Manutenção das estruturas	9 - Muito Ruim/7 - Ruim/9 - Médio/9 - Bom/7 - Muito Bom			
Limpeza adequada	10 - Muito Ruim/5 - Ruim/7 - Médio/11 - Bom/8 - Muito Bom			
Segurança				
	Possuem	Não Possuem	Não se aplica	
Sinalização de entrada/saída	6	20	15	0 - Muito Ruim/1 - Ruim/0 - Médio/3 - Bom/2 - Muito Bom
Saídas de emergência	4	13	24	0 - Muito Ruim/0 - Ruim/0 - Médio/3 - Bom/1 - Muito Bom
Piso (Solo/Pavimento)	41	0	0	4 - Muito Ruim/7 - Ruim/12 - Médio/14 - Bom/4 - Muito Bom
Extintores	4	17	20	0 - Muito Ruim/0 - Ruim/0 - Médio/2 - Bom/2 - Muito Bom
Acessibilidade				
	Possuem	Não Possuem	Não se aplica	
Acesso Adequado para PCD	6	34	1 (Ciclória)	1 - Muito Ruim/0 - Ruim/2 - Médio/2 - Bom/1 - Muito Bom
Livre acesso aos munícipes	27	14	0	0 - Muito Ruim/1 - Ruim/1 - Médio/8 - Bom/17 - Muito Bom
Divulgação do horário de funcionamento (no local)	0	27	14	0 - Muito Ruim/0 - Ruim/0 - Médio/0 - Bom/0 - Muito Bom
Sinalização/placas para localização	2	39	0	0 - Muito Ruim/0 - Ruim/1 - Médio/0 - Bom/1 - Muito Bom
Apropriação				
	Há	Não Há	Não se aplica	
Municípios	17	24		
Faixa etária predominante	4 - Crianças 8 - Jovens 5 - Adultos 1 - Idosos			Notas:
Uso de equipamentos não específicos	0	41	0	Quais:
Presença de animais domésticos	0	41	0	Quais:

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Quanto à estrutura, os fatores que mais chamaram a atenção nos espaços esportivos, foram a falta de iluminação e, também, a falta de banheiros e vestiários em uma parte considerável deles. Quanto à falta de iluminação, entre os espaços que não apresentaram este item, estão os distritais em quase sua totalidade, sendo 10 de 11 (exceto o Distrital do Cidade Nova); 4 das 9 Academias ao Ar Livre; 7 das 9 quadras analisadas; o Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento Físico do Jardim Donangela e o Campo de Futebol do Bairro Afastado de Batovi. Tendo em vista que boa parte da população trabalha em horário comercial diurno, grande parte realiza as atividades nos contextos do esporte e do lazer no período noturno. Dessa forma, nestes espaços, principalmente as quadras, campos de futebol e distritais, uma iluminação de má

qualidade interfere diretamente na utilização desses espaços, dificultando que a população realize atividades em tais locais (MARUYAMA; FRANCO, 2017; GOMES; MARTIN, 2017; LIMA; AMORIM, 2006; WINCHIP, 2005).

Quanto à falta de banheiros e vestiários, 9 espaços não apresentaram tal item, sendo eles, 8 das 9 quadras poliesportivas presentes no município e o Campo de Futebol do Conjunto Habitacional Boa Esperança. Porém, boa parte dos espaços que apresentaram tal item, foi classificada, no diário de campo utilizado para essa pesquisa, o qual, foi adaptado do Suplemento de Esporte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), como médio (9), ruim (4) ou muito ruim (1). Contudo, ainda em relação aos itens banheiro e vestiário, 11 espaços foram enquadrados na categoria não se aplica, pois, 9 deles são Academias ao Ar Livre, uma ciclovia e uma pista de caminhada, em que a proposta desses espaços não engloba tal instalação. Notou-se também, em um caso pontual, que o Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento Físico do Jardim Donangela, durante a visita realizada, se encontrava em estado de abandono, inclusive, com sinais de invasão e apropriação de propriedade.

Dessa forma, notou-se claramente um descaso com a estrutura dos espaços e com sua utilização, demonstrando pouco interesse e investimentos por parte do poder público (ALMEIDA; NETO, 2018; CALABRE, 2017) como também, uma falta de interesse por parte da população. É necessário que haja um padrão de construção, visto que no caso das quadras poliesportivas, mesmo estas se encontrando em um número razoável no município, muitas delas não apresentam estrutura suficiente para uma boa utilização, tal como, a visível falta de banheiros e vestiários, diminuindo assim, ainda mais, a condição de utilização desses espaços por parte da população (SILVA, 2018; BUSATO, 2016).

Quanto à conservação, notou-se que a avaliação da manutenção dos espaços esportivos foi bastante homogênea, sendo que, grande parcela foi classificada como muito ruim (9), ruim (7) ou médio (9). Também o item limpeza, foi um aspecto que se mostrou bastante equalizado, porém, que também demonstrou a necessidade de maior atenção, visto que 10 espaços do total foram classificados como muito ruins. Tais pontos demonstram uma falta de gestão e cuidados com esses espaços, aumentando a deterioração, conseqüentemente, os gastos futuros, colocando em risco seus usuários.

Esses dados vão ao encontro dos achados de Ribeiro, Lontra e Golin (2017), os quais analisaram espaços públicos no município de Corumbá/MS, constatando a necessidade de maiores investimentos, sobretudo, na manutenção e na limpeza dos espaços já existentes na cidade. Eles ressaltam que há uma necessidade de novos estudos que investiguem a prática das atividades físicas nestes espaços urbanos, nos contextos do esporte e do lazer, contribuindo assim no planejamento de futuras ações e atitudes por parte dos governantes, atendo as necessidades da população local.

Já quanto à segurança dos espaços, notou-se que muitos deles não possuem sinalização de entrada/saída, saídas de emergência adequada, extintores à vista, demonstrando, assim, uma falha na gestão desses espaços. A falta de atenção com esses detalhes deixa possíveis brechas para acidentes, colocando em risco, além dos usuários, a integridade do próprio espaço público. Estes itens são importantes para utilização dos espaços de esporte e das atividades do contexto do lazer, haja visto que podem incentivar, com maior segurança, a prática regular de atividades físicas (McCORMACK et al., 2010; REIS et al., 2009).

A fim de minimizar tais entraves apresentados, diferentes estudos acadêmicos mostram a tendência de uma gestão participativa dos espaços públicos. Essa estratégia valoriza a gestão conjunta, por meio de conselhos, por parte do poder público e dos

usuários locais (BORBA; LÜCHMANN, 2017; SILVA, 2014; SANDEVILLE JUNIOR, 2006).

Outra tendência notável são os investimentos do setor privado nos espaços públicos urbanos (HAAS; WESTLUND, 2018; IRAZABAL, 2017; NASUTION; ZAHRAH, 2017; TOOLIS, 2017). Uma das formas desta parceria, já em uso na realidade brasileira, é a adoção de um espaço público por uma empresa privada, sendo que a empresa despenderia um valor monetário, periodicamente, pré-acordado com o poder público, destinado ao espaço adotado (ALMEIDA et al., 2017; SILVA, 2014). Segundo os mesmos autores, a empresa que faz a adoção teria, em contrapartida, seu nome diretamente relacionado ao espaço e, muitas vezes, direito de realizar ações pontuais, mediante autorização do poder público, além de incentivos fiscais. Essa parceria pode reduzir os gastos do poder público e aumentar a qualidade dos espaços, devendo ser incentivada.

Quanto à acessibilidade, um aspecto bastante destacado e preocupante é que 34 dos 41 espaços analisados não possuem acesso adequado para PCD, criando uma barreira e privando tal público de utilizar estes espaços, sem auxílio de terceiros. Este aspecto, bastante discutido na literatura vigente, é extremamente relevante, para que haja efetivamente inclusão.

Na realidade brasileira, muitos dos espaços são despreparados, possuindo inadequações e falta de elementos que atendam adequadamente às pessoas com deficiência (SILVA; SILVA; SAMPAIO, 2018; MILANI; STAREPRAVO, 2017, BARROZO et al., 2012). Segundo esses estudos, a acessibilidade vai além de ultrapassar as limitações arquitetônicas, fazendo-se necessário que os demais usuários, como também os gestores e os responsáveis pelos projetos das edificações, preocupem-se com este público em específico.

Notou-se, também, que 27 dos 41 espaços não apresentaram divulgação do horário de funcionamento no local, de forma clara e, muito menos, placas de sinalização para localização. Em relação a este item, apenas 2 dos 41 espaços possuem esta referida sinalização.

Quanto à utilização, no horário em que os espaços foram visitados e observados, 24 dos 41 não apresentavam horários. Porém, cabe destacar que, dos 41 espaços, 13 deles possuem maiores restrições ao seu acesso, sendo, o funcionamento, realizado em horários pré-determinados, mas não claros ao público. Dentre os 41 espaços, 2 deles, sendo uma quadra e um centro de treinamento e aperfeiçoamento físico, por se encontrarem em total estado de abandono, oferecem dificuldades ao acesso, inclusive, prejudicando a análise. Dessa forma, reitera-se a discussão apresentada no eixo estrutura, versada acima, a qual apresenta a hipótese de que espaços que possuem menos investimentos, e apresentam uma gestão ineficiente, não são atrativos à população, prejudicando assim a sua apropriação (ALMEIDA; NETO, 2018; CALABRE, 2017; SILVA, 2018; BUSATO, 2016).

7.3.3 ESPAÇOS CULTURAIS

Quanto aos espaços culturais e multiuso, foi adotada, nesta pesquisa, a perspectiva de Santos e Davel (2018), como sendo locais de criação artística, de encontro entre a oferta cultural e o público, além de serem lugares com potencial para influenciar e incentivar as práticas sociais entre a população. Pode-se citar, segundo esses autores, como exemplos de espaços culturais, os teatros, cinemas, bibliotecas, galerias, centros culturais, salas de concerto, museus, entre outros.

Quanto aos espaços multiuso, citados neste eixo, esses são compreendidos como espaços que permeiam mais de uma prática, podendo, estas, serem relacionadas aos âmbitos social, cultural, das artes, dos esportes, entre outras. Esses diversos âmbitos correspondem aos conteúdos do lazer apresentados por Dumazedier (1979), Camargo (1998) e Schwartz (2003). Alguns desses conteúdos foram, inicialmente, propostos por Dumazedier, ao se referir aos interesses da população da época em que o autor realizou seus estudos, evidenciando a variedade de atividades do contexto do lazer. Esse autor propôs os conteúdos: manual, social, físico-esportivo, intelectual e artístico. Camargo (1998), ao atualizar estes conteúdos, propôs a inserção do conteúdo turístico, por representar o grande avanço nos interesses da sociedade nessas atividades do contexto do lazer, na época de sua reflexão, assim como Schwartz (2003), a qual propôs o conteúdo virtual do lazer, pelo fato deste simbolizar o fascínio atual pelas oportunidades de experiências no campo do lazer, inseridas no ambiente virtual .

No mapeamento dos espaços culturais e multiuso, notou-se uma variedade de espaços, os quais serão abordados especificamente a seguir. Foram encontrados um total de 19 espaços, sendo três Centros Comunitários, os quais surgiram na década de 1970, devido à política de habitação e a criação dos conjuntos habitacionais. Conforme o que ressalta Santos (2009), no governo liderado pelos militares, a população carente era, em

sua maioria, assentada distante dos centros urbanos e tais espaços serviam para garantir o mínimo de infraestrutura, incluindo as atividades nos contextos do esporte e do lazer. Atualmente, esses são espaços que, geralmente, abrigam associações de bairro e continuam com as finalidades iniciais.

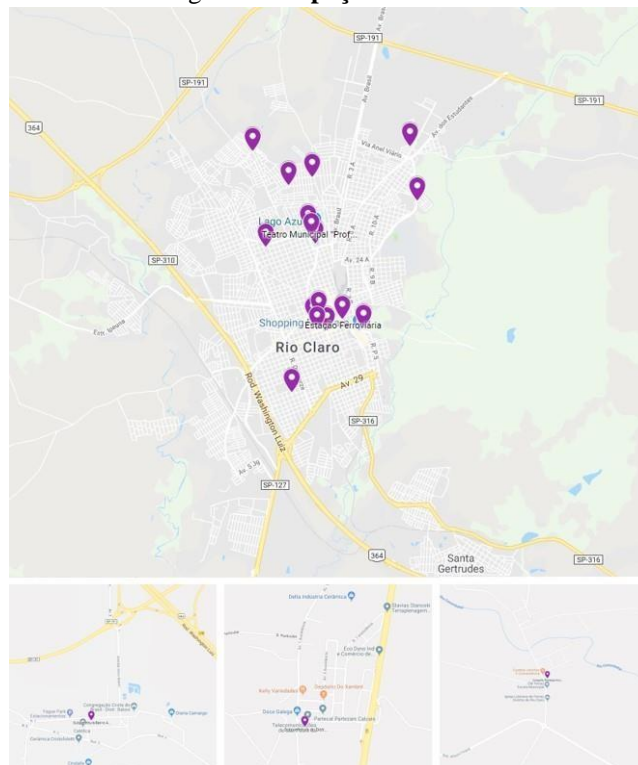
Também foi mapeado um Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU). Nessa classificação estão inseridos os espaços que integram, em um mesmo local, programas e ações de viéses cultural, esportivo e outros do contexto do lazer. Também buscam oferecer formação e qualificação, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e à inclusão digital, promovendo cidadania em locais de vulnerabilidade social das cidades brasileiras (BRASIL, 2010). Outros 3 Centros Sociais Urbanos (CSU) foram encontrados, os quais fazem parte de um programa federal, que funcionou de 1975 a 1984, e que implantou espaços com a finalidade de promoção e integração social, por meio do desenvolvimento de atividades de cunho comunitário, nos campos do esporte, lazer, educação, cultura, saúde, assistência social, entre outros (BRASIL, 1975).

Foram encontrados, inclusive, 4 espaços multiuso, sendo eles: a Sociedade Philharmonica Rioclarense, a antiga Estação Ferroviária e 2 subprefeituras, sendo uma do Distrito de Assistência e outra do Bairro Afastado de Batovi, como também, o Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Veiga; um único Teatro Municipal "Profa Felícia Além Alam" e 3 bibliotecas, sendo elas; a Biblioteca Pública Municipal "Maria Victoria Além Jorge", localizada em anexo ao Centro Cultural "Roberto Palmari"; a Biblioteca Pública Municipal "Lenyra Fracarolli"/Gabinete de Leitura, localizada no Centro da cidade e a Biblioteca Municipal Infante-Juvenil "Zeverina Quillici Tedesco", localizada no Jardim Cervezão.

Também foram mapeados o Centro Cultural "Roberto Palmari"; a Pinacoteca

Municipal/Casarão da Cultura; e o Conjunto Poliesportivo e Cultural do Distrito de Ferraz "Roberto Moretti". Entretanto, um dos espaços mapeados, o Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”, se encontra fechado desde um incêndio ocorrido em 20 de junho de 2010, sendo que, após investigações, constatou-se que, possivelmente, tenha cunho criminoso e, desde então, este espaço passa por obras de restauração, ficando impossibilitada, desta forma, a visita e, conseqüentemente, a análise para este estudo. Tendo em vista tal fato, foram analisados 18 espaços, sendo que, 2 deles estão situados em distritos do município e um encontra-se em bairro afastado, conforme ilustrado na Figura 3, apresentada a seguir:

Figura 3 – Espaços Culturais



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Nota-se, de acordo com as imagens, que, no meio urbano municipal, há uma incidência maior de espaços culturais situados no centro da cidade e também na região do Parque do Lago Azul/Centro Cultural “Roberto Palmari”. Com isso, fica evidente que, na região oeste do município, onde se encontram vários bairros periféricos e com população de menor renda, há uma escassez de espaços no viés cultural e multiuso,

como também, no Distrito de Ajapi, sendo o único distrito que não é contemplado com este tipo de espaço.

Essa carência de espaços culturais dificulta o acesso de uma parcela significativa da população à oferta de atividades culturais, corroborando os achados da pesquisa de Botelho (2001), o qual constatou que a ausência ou a má distribuição dos espaços no viés cultural, seriam os principais fatores que dificultam e impõem barreiras de acesso à cultura. Falar mais

Seldin (2015) reafirmou essa preocupação com a dificuldade que novos grupos sociais, referente às classes sociais que possuem um menor poder econômico, têm para acesso à oferta de cultura, contribuindo, inclusive, para o aumento da segregação social. Fica evidente também, neste estudo, o pequeno número de espaços nos vieses cultural e uso múltiplo, em comparação com outros tipos de espaços analisados, o que pode ser explicado, pela escassez de recursos destinados à área da cultura, problema histórico no Brasil (CALABRE, 2017). A partir do mapeamento, foi realizada, então, a análise dos 18 espaços culturais encontrados, sendo que, dois deles se encontram em distritos e um localiza-se em um bairro afastado, com base nos eixos propostos, sendo eles: estrutura, conservação, segurança, acessibilidade e utilização. Como demonstrado na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 – Espaços Culturais e Multiuso

Estrutura				
	Possuem	Não Possuem	Não se aplica	
Iluminação	18	0	0	0 - Muito Ruim 0 - Ruim 4 - Médio 6 - Bom 8 - Muito Bom
Cobertura	17	0	1	0 - Muito Ruim 1 - Ruim 2 - Médio 10 - Bom 4 - Muito Bom
Banheiro/Vestibário	17	1	0	0 - Muito Ruim 2 - Ruim 3 - Médio 7 - Bom 5 - Muito Bom
Arquitetônica	5	1	12	0 - Muito Ruim 3 - Ruim 1 - Médio 1 - Bom 0 - Muito Bom
Bancos/Mesas	16	2	0	0 - Muito Ruim 1 - Ruim 3 - Médio 7 - Bom 5 - Muito Bom
Outros equipamentos específicos	4 e 6 (Rio Claro), 1 (Ferraz), 1 (Assistência)			
Material dos equipamentos	Todos os espaços são de alvenaria			

Conservação				
	Possuem	Não Possuem	Não se aplica	
Manutenção das estruturas				0 - Muito Ruim 3 - Ruim 6 - Médio 5 - Bom 4 - Muito Bom
Limpeza adequada				0 - Muito Ruim 2 - Ruim 3 - Médio 7 - Bom 6 - Muito Bom

Segurança				
	Possuem	Não Possuem	Não se aplica	
Sinalização de entrada/saída	8	9	1	0 - Muito Ruim 1 - Ruim 1 - Médio 0 - Bom 6 - Muito Bom
Saídas de emergência	7	5	6	0 - Muito Ruim 1 - Ruim 0 - Médio 2 - Bom 4 - Muito Bom
Piso (Solo Pavimento)	18	0	0	0 - Muito Ruim 0 - Ruim 9 - Médio 5 - Bom 4 - Muito Bom
Extintores	9	8	1	0 - Muito Ruim 1 - Ruim 2 - Médio 3 - Bom 3 - Muito Bom

Acessibilidade				
	Possuem	Não Possuem	Não se aplica	
Acesso Adequado para PCD	10	8	0	1 - Muito Ruim 1 - Ruim 4 - Médio 2 - Bom 2 - Muito Bom
Livre acesso aos municípios	15	3	0	0 - Muito Ruim 0 - Ruim 0 - Médio 2 - Bom 13 - Muito Bom
Divulgação do horário de funcionamento (no local)	4	14	0	0 - Muito Ruim 0 - Ruim 0 - Médio 1 - Bom 3 - Muito Bom
Sinalização/placas para localização	6	12	0	0 - Muito Ruim 0 - Ruim 4 - Médio 0 - Bom 2 - Muito Bom

Apropriação				
	Há	Não Há	Não se aplica	
Municípios	12	6		
Faixa etária predominante	1 - Crianças 4 - Jovens 6 - Adultos 2 - Idosos			Notas:
Uso de equipamentos não específicos	0	18	0	Quais:
Presença de animais domésticos	0	18	0	Quais:

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Quanto à estrutura, o fator preponderante nos espaços culturais e multiuso é que estes demonstraram possuir uma ótima estrutura, em comparação com os outros dois eixos, ou tipos de espaços analisados por este estudo. No que se refere à conservação, estes tiveram uma análise muito boa, demonstrando, assim, uma gestão eficiente por parte do poder público municipal. Já quanto à segurança, nota-se que esta pode ser melhorada, tendo em vista a falta de itens pontuais, como, apenas 8 dos 18 espaços possuem sinalização adequada de entrada e saída, apenas 7 de 18 possuem saídas visíveis de emergências e 9 de 18, possuem extintores visíveis. Mesmo que diversos estudos científicos tragam o fato de que há poucos incentivos financeiros e investimentos limitados neste campo (ALMEIDA; NETO, 2018; CALABRE, 2017), nos quesitos estrutura e conservação, os dados do presente estudo não corroboram esta afirmação. Este resultado pode estar pautado no fato de ser um número reduzido de espaços desta natureza, sendo, dessa forma, bastante utilizados pela população,

possuindo, conseqüentemente, bastante visibilidade, entretanto, alguns pontos apresentados no quesito segurança, merecem uma maior atenção dos gestores.

Já no que se refere à acessibilidade, fator muito importante, embora haja uma boa parcela dos espaços com livre acesso, há uma falha no que tange ao acesso adequado a PCD, já que, apenas 10 dos 18 espaços possuem adequação no acesso. Desta forma, a acessibilidade, ainda que esta seja essencial para garantir a participação de todas as esferas da sociedade, entre indivíduos com e sem deficiências, nota-se que pouco mais da metade dos espaços culturais e multiuso do município possuem condições de atender a todos. Também se percebeu que 14 dos 18 espaços analisados não apresentavam divulgação do horário de funcionamento no local. Esse é um fator que também cria dificuldade para a utilização por parte dos munícipes, em suas atividades. Tais constatações vão ao encontro de diversos estudos presentes na literatura, tais como os de Silva, Silva e Sampaio (2018), Molenzani e Rocha (2017) e Oliveira e Oppliger (2017), os quais demonstraram a mesma dificuldade nesse quesito. Tendo em vista que a acessibilidade é um fator essencial, principalmente nos espaços públicos, os quais não devem possuir barreiras para a sua utilização, se faz necessário que os gestores priorizem tal eixo, como também, a população em geral, deve redobrar a atenção e cobrar melhorias neste sentido.

Quanto à utilização de tais espaços, notou-se que se encontrava relativamente boa, principalmente tendo em vista as dificuldades relacionadas a acessibilidade, como também a sinalização e a falta do horário de funcionamento. De forma geral, os espaços culturais e multiuso do município de Rio Claro, assim como encontrado na literatura vigente, demonstraram particularidades no contexto da gestão e administração, nos aspectos econômico, social e político (SANTOS; DAVEL, 2017). As estratégias adotadas, ao direcionar esforços prioritariamente para dois eixos, no caso específico

desta pesquisa, a estrutura e a conservação, perdem o foco em outras dimensões, como segurança e acessibilidade. Isso pode ocasionar perdas de oportunidades e o isolamento de tais espaços, em relação à programação e às atividades desenvolvidas de forma geral no município.

7.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do mapeamento e da análise dos espaços públicos de esporte e do contexto do lazer que fizeram parte deste estudo, nota-se que, no que tange ao município de Rio Claro, há grande disponibilidade de espaços. Entretanto, percebe-se uma prevalência muito grande de áreas verdes, em detrimento de espaços esportivos, culturais e multiuso. Tal fato, possivelmente, seja decorrente de custos reduzidos de construção, ao se implementarem espaços verdes, principalmente como as praças e os jardins públicos.

Nota-se também, uma distribuição não igualitária de espaços públicos, haja vista maior concentração de opções de espaços próximos do centro do município, em detrimento dos bairros mais periféricos, nos quais se concentra a população de menor renda. Esta constatação também está associada à distribuição das áreas verdes.

Muitos dos loteamentos mais novos que compõem tais bairros, não possuem o mínimo exigido no Plano Diretor do Município, segundo a comparação entre os dados dos documentos e aqueles captados na observação, por meio do diário de campo. Isto dificulta que a população residente em tais regiões tenha acesso a atividades nos contextos do esporte e do lazer, com qualidade e gratuitamente.

Esses elementos reiteram a necessidade de maior cuidado na gestão desses espaços, tanto para uma distribuição mais igualitária de oportunidades, quanto no que concerne aos itens referentes à conservação, segurança e acessibilidade. Muitos dos espaços analisados não apresentam as mínimas condições de uso, sobretudo no que tange à estrutura, à iluminação, aos aspectos da conservação.

Outro ponto nevrálgico encontrado foi o referente ao item relacionado à acessibilidade para pessoas com deficiência. Este foi um fator que teve destaque nos resultados, com base na observação. Um país não deve se isentar de oferecer igualdade

de oportunidade a todos os cidadãos, dessa forma, torna-se premente que a legislação vigente sobre acessibilidade seja adequadamente cumprida nos âmbitos municipais, para mitigar a desigualdade de oportunidades de vivências nos contextos do esporte e do lazer.

Nota-se, também, que a população utiliza tais espaços de forma ainda bastante restrita, visto que, com base na observação feita durante a visita técnica, poucos equipamentos não específicos foram utilizados nesses espaços. Exemplo disso, no caso desta pesquisa, podem estar relacionados aos estabelecimentos comerciais instalados nos espaços públicos analisados.

Porém, é importante que também sejam destacados os aspectos positivos de tais espaços, entre eles, pode ser citada a utilização da iluminação em LED, em quatro áreas verdes. Esta tecnologia reduz sensivelmente os custos e aumenta a durabilidade e a eficiência da iluminação.

Nos espaços culturais e multiuso, como também, nos de vocação esportiva propriamente, notou-se que, o fato de a comunidade se apropriar adequadamente de tais espaços, eles se apresentam mais conservados e com uma utilização otimizada em diversos aspectos, como por exemplo, a segurança, e a limpeza.

Para que esses espaços recebam a atenção que merecem, torna-se necessário destacar a importância de utilização de estratégias alternativas de gestão de tais espaços, visto que, atualmente, estão apenas a encargo do poder público, gerando diversas lacunas no campo da gestão de espaços, sobretudo, em função da crise econômica, a qual é capaz de afetar os serviços e produzir desigualdades e ônus de diversas naturezas. As parcerias público-privadas (PPP) podem ser citadas como destaque entre essas estratégias alternativas, haja vista que podem ser utilizadas como um modelo de gestão alternativo, para viabilizar investimentos em obras e serviços de interesse da população.

Entre as vantagens dessa estratégia encontram-se maior eficácia no desenvolvimento de obras de infraestrutura, compartilhamento de riscos e qualidade do serviço (FERNANDEZ et al., 2018; FIRMINO, 2018). Os espaços analisados, certamente possuem grande potencial, porém, muitos deles, requerem atenção para serem utilizados com qualidade.

Outra forma de gestão alternativa seria a administração participativa de espaços públicos. Esse processo envolve tanto iniciativas voluntárias advindas dos próprios cidadãos, como aquelas relativas a interesses na difusão de propagandas comerciais, com exposição de logomarcas (SILVA, 2018; SOARES; AMORIM; UMBELINO, 2018). Esse interesse expressa o desejo, baseado em razões diferentes, envolvendo pessoas da comunidade ou empresas, de se associarem a projetos que comportem melhorias e manutenção de áreas verdes, parques urbanos, ou outros espaços de uso coletivo.

Essas iniciativas podem gerar novas articulações e amadurecimento dos modelos de gestão vigentes, sendo compatíveis com as tendências mundiais (JEWSON; MACGREGOR, 2018; STRYDOM; PUREN; DREWES, 2018). É imprescindível que sejam fomentados os processos de gestão e monitoramento continuado desses espaços públicos, para que eles sejam efetivamente viáveis para assimilar as dinâmicas sociais nas quais estão inseridos.

Como limitações desta pesquisa, pode-se destacar a dificuldade em encontrar um instrumento efetivamente validado cientificamente, para análise dos espaços públicos. Para que fosse possível a realização do presente estudo, foi utilizado como base o instrumento de informações básicas municipais do IBGE (2016), o qual contemplou, ao menos em partes, os objetivos deste estudo. Entretanto, para que este fosse adequado à coleta de dados, foram realizadas adequações, no sentido de atender às especificidades e

particularidades do estudo, sem, no entanto, a preocupação com a proposta de validação efetiva de um novo instrumento, a qual, poderá ocorrer em outra oportunidade.

Outra limitação diz respeito à dificuldade em acessar documentos públicos, os quais, em tese, seriam de livre acesso a qualquer interessado. A escolha de uma única cidade de médio porte também consta como uma limitação, haja vista que as formas de gestão de espaços públicos em outros municípios podem levar a outros dados diferindo destes coletados neste estudo. Por fim, outro fator limitante poderia ser a realização das análises apenas pautadas em documentos e na observação, o que poderiam ser enriquecidas por meio de entrevistas feitas com os atores envolvidos, relativos aos gestores e aos cidadãos usuários desses espaços. Todas essas limitações podem ser exploradas em futuros estudos.

Para finalizar, evidencia-se a necessidade de novos estudos, especialmente no tange à criação e validação de um instrumento que contemple a avaliação adequada de espaços públicos de esporte e de lazer. Também se faz evidente a importância de estudos que possam oferecer dados provenientes da comparação de diferentes modos de gestão de espaços públicos, buscando compreender aquelas que possam ser mais exitosas neste âmbito.

Esses novos olhares podem auxiliar no aprofundamento e promover novas reflexões nas investigações sobre a temática. Estudos que sejam direcionados a analisar espaços nos contextos do esporte e do lazer podem originar novos caminhos acadêmicos e científicos, suscitando novas bases para a criação e implementação de formas de gestão e políticas públicas, capazes de aprimorar os níveis de engajamento e de responsabilidades no aprimoramento da qualidade de vida.

7.5 REFERÊNCIAS DO ARTIGO 2

ALMEIDA, A.; NETO, C. B. P. Fomento à cultura no Brasil-desafios e oportunidades. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 35-58, 2018.

ALMEIDA, J. L. S.; SANTOS, F. L.; ASSIS, L. F.; RAMOS, M. D. S. F. Políticas Públicas Ambientais: Estudo de Caso no Município de Sousa/PB. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Palhoça, v. 6, n. 2, p. 240-256, 2017.

ALVES, J. E. D. Envelhecimento populacional e desenvolvimento humano nos municípios brasileiros. **Revista Portal de Divulgação**, São Paulo, v. 1, n.58, p. 9-12, 2018.

ANDRADE, L. G; BRAGA, D. C.; TOMAZZONI, E. L. Os Espaços Democráticos de lazer e a Gestão dos Clubes da Comunidade (CDCS) da Cidade de São Paulo - SP. **PODIUM - Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 28-38, 2016.

BARROZO, A. F.; HARA, A. C. P.; VIANNA, D. C.; OLIVEIRA, J.; KHOURY, L. P.; SILVA, P. L.; SAETA, B. R. P.; MAZZOTTA, M. J. S. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 16 – 28, 2012.

BENINI, S. M.; ROSIN, J. A. R. G.; MARTIN, E. S. A importância das áreas verdes de uso público na cidade contemporânea. In: BENINI, S. M.; ROSIN, J. A. R. G. (Orgs.). **Estudos Urbanos: uma abordagem interdisciplinar da cidade contemporânea**. 3 ed. Tupã: ANAP, 2016, p. 227-292.

BORBA, J.; LÜCHMANN, L. H. H. A representação política nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 229-246, 2017.

BORBA, S. V. A produção de equipamentos urbanos como alternativa de política social - O Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 403-421, 1991.

BORTOLO, C. A. O espaço público do parque do povo – Presidente Prudente - SP: reflexões geográficas. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v.1, n. 13, p. 50-65, 2013.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.

BRASIL. Decreto nº 75.922, de 1º de Julho de 1975. **Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos - CSU**. Diário Oficial, Brasília, DF, 1 de jun. de 1975. Seção 1, p. 1.

BUSATO, L. **Distribuição e qualidade das áreas verdes de lazer no espaço urbano: o caso de Passo Fundo – RS**. 127p. 2016. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional.) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CALABRE, L. Políticas culturais e os desafios setoriais: a área dos equipamentos culturais. **Calle 14 – Revista de Investigación en el Campo del Arte**, Bogotá, v. 12, n.

22, p. 188-199, 2017.

CAMARGO, L. O. L. *Educação Para o Lazer*. São Paulo SP, Moderna 1998. 160 p.

COHEN, D. A.; HAN, B.; DEROSE, K. P.; WILLIAMSON, S.; MARSH, T.; RAAEN, L.; MCKENZIE, T. L. The paradox of parks in low-income areas: park use and perceived threats. **Environment and Behavior**, Connecticut, v.48, n.1, p. 230-245, 2016.

DIAS, M. S.; FERREIRA, B. R. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 118-???, 2015.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979. 250 p.

EIROZ, E. A.; CARDOSO, J. C.; GALLO, D. Avaliação da percepção dos espaços públicos pelos moradores de Registro/SP. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, Tupã, v. 5, n. 33, p. 92-110, 2017.

FAN, P.; XU, L.; YUE, W.; CHEN, J. Accessibility of public urban green space in an urban periphery: The case of Shanghai. **Landscape and Urban Planning**, Cambridge, v. 165, p. 177-192, 2017.

FERNANDEZ, R. N.; CORDEIRO, L.; GARCIA, F.; DUARTE, J. M. D. P.; CARRARO, A. Determinantes das Parcerias Público-Privadas na América Latina e no Caribe. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 86-99, 2018.

FIRMINO, S. I. Critical success factors of Public-Private Partnerships: political and institutional Aspects. Case study of highways in Portugal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 6, p. 1270-1281, 2018.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. 261 p.

GLOVER, T. Leisure, Social Space, and Belonging. In: SPRACKLEN, K.; LASHUA, B.; SHARPE, E.; SWAIN, S. (Orgs.). **The Palgrave handbook of leisure theory**. 1 ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017, p. 873 - 890.

GOMES, M. R.; MARTIN, E. S. Degradação de Áreas Verdes Urbanas Públicas e os Fatores de Riscos para a População: Exemplos para a Cidade de Natal/RN. **GEOgraphia – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF**, Niterói, v. 19, n. 40, p. 107-122, 2017.

GOULART, J. O.; TERCI, E. T.; OTERO, E. V. Segregação Socioespacial e Política Urbana em Cidades Médias no Brasil Contemporâneo (2001-2011). **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 78, p. 553-570, 2017.

GREGOLETTO, D.; BOCHI, T. C.; SILVA, F. C. D.; REIS, A. T. D. L. Existência e inexistência de cercamento, segurança e acessibilidade de parques urbanos. **Arquisur Revista**, Buenos Aires, v. 3, n. 3, p. 125-137, 2013.

HAAS, T.; WESTLUND, H. (Ed.). **In the Post-urban World: Emergent**

Transformation of Cities and Regions in the Innovative Global Economy. 1 ed. Routledge: Londres, 2018.

HINDLEY, D. More Than Just a Run in the Park: An Exploration of Parkrun as a Shared Leisure Space. **Leisure Sciences**, Oxford, v. 0, n. 0, p. 1-21, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatística por Cidade e Estado**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/rio-claro/panorama>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros: Esporte 2016**. 1 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 75 p.

IRAZÁBAL, C. **Urban Latin America: Inequalities and Neoliberal Reforms**. 1 ed. Rowman & Littlefield: Londres, 2017. 214 p.

JEWSON, N.; MACGREGOR, S. **Transforming cities: contested governance and new spatial divisions**. Abingdon: Routledge, 2018. 258 p.

JONES, K. R. 'The Lungs of the City': Green Space, Public Health and Bodily Metaphor in the Landscape of Urban Park History. **Environment and History**, Cambridge, v. 24, n. 1, p. 39-58, 2018.

LEE, A. C. K.; MAHESWARAN, R. The health benefits of urban green spaces: a review of the evidence. **Journal of Public Health**, Oxford, v. 33, n. 2, p. 212-222, 2011.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. C. T. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. **Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 13, 2006.

MAIA, A. C. N. **Uma leitura da periferização do comércio em cidades médias: o caso de Rio Claro**. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2017.

MANTA, S. W. **Espaços públicos e estruturas para atividade física no lazer em Florianópolis: distribuição, qualidade e associação com a renda socioeconômica dos setores censitários**. 134p. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desportos, Florianópolis, 2017.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H.; SILVA, A.; FERNANDES, E. A. O. **Espaços e Equipamentos de Lazer em Região Metropolitana: O Caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas**. 1 ed. Curitiba: OPUS, 2007. 120 p.

MARUYAMA, C. M.; FRANCO, M. A. R. Caminhar na Trilha Norte-Sul: infraestrutura verde entre o Parque da Água Branca e o Horto Florestal em São Paulo [SP]. **Labor e Engenho**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 355-373, 2017.

MCCORMACK, G. R.; ROCK, M.; TOOHEY A. M.; HIGNELL, D. Characteristics of urban parks associated with park use and physical activity: a review of qualitative

research. **Health & Place**, Oxford, v.16, n. 4, p. 712-26, 2010.

MENDES, A. F. L. **Avaliação da disponibilidade e acessibilidade a espaços verdes em quatro áreas urbanas: Lisboa, Porto, Braga e Coimbra**. 80p. 2017. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2017.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, 2007.

MILANI, F. G.; STAREPRAVO, F. A. Um olhar multidisciplinar sobre a inclusão social: resenha do livro políticas públicas de esporte/lazer e in (ex)clusão de pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 191, 2017.

MORAIS, M. A. A participação na construção de espaços políticos pelos umbandistas no município do Rio de Janeiro: visibilidade, reconhecimento e representatividade política. **GEOGRAFARES - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES**, Vitória, v. 1, n. 26, p. 106-125, 2018.

MOURA, I. R. **Arborização urbana: Estudo das praças do bairro centro de Teresina**. 2010. 127 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

NASUTION, A. D.; ZAHRAH, W. Public Open Space's Contribution to Quality of Life: Does privatisation matters?. **Asian Journal of Environment-Behaviour Studies**, Shah Alam, v. 2, n. 5, p. 71-83, 2017.

NOVAES, R. C.; TELLES, S. C. C. Sports Culture in Latin American History. **The International Journal of the History of Sport**, Oxford, v. 34, n. 16, p. 1775-1776, 2018.

OLIVEIRA, L. C. P.; OPPLIGER, E. A. Turismo de inclusão social: as condições de acessibilidade no Parque das Nações Indígenas, Campo Grande–MS (Brasil). **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 1-22, 2018.

ORTIGOZA, S. A. G. Comércio e Indústria em Rio Claro: Formação Histórica, Características, Atores e Potencialidades - Passado, Presente e Futuro. In: CAMPO, M. T. A. (Org.). **ACIRC, 90 anos de história: Associação Comercial e Industrial de Rio Claro: 1922-2012**. 1 ed. Rio Claro: Divisa Editora & Artes Gráficas, 2012, p. 75-124.

PIRES, A. L. C. S.; MAGALHAES FILHO, P. A.; MACHADO, S. A. D. M.; TORRES, F. C. **Capoeira em múltiplos olhares: estudos e pesquisa em jogo**. 1 ed. Belo Horizonte: EDUFRB, 2016. 549p.

POCHMANN, M. **Reconquistar a cidade: o conhecimento como estratégia das mudanças**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. 184 p.

RADICCHI, M.; SANTOS, J.; CARNEIRO, D.; JÚNIOR, M. R.; ANSELMO, J. Descrição dos espaços esportivos de lazer e educação na cidade de Parintins, Amazonas. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Florianópolis, v. 20, n. 6, p. 626-626,

2015.

REIS R. S.; HINO, A. A.; FLORINDO, A. A.; AÑEZ, C. R.; DOMINGUES, M. R. Association between physical activity in parks and perceived environment: a study with adolescents. **Journal of Physical Activity & Health**, Champaign, v.6, n. 4, p. 503-9., 2009.

RIBEIRO, E. A. G.; LONTRA, M. S. M.; GOLIN, C. H. Espaços Públicos de Lazer em Corumbá/MS: Uma Análise sobre as Infraestruturas para a Prática de Atividades Físicas. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 12, n. 1, p. 39-54, 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 424 p.

RIO CLARO. Lei Complementar n. 0128, de 07 de dez. de 2017. **Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Rio Claro**, Rio Claro, SP, 2017.

RODRIGUES, P. T. **Relação entre as áreas verdes públicas urbanas e a iluminação**. 2018. 148 p. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Infraestrutura Urbana) – Centro de Ciências Exatas, Ambientais e Tecnológicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.

ROMERA, L. A.; MARTINS, R. A.; FREITAS, H. H.; TINOCO, D. S.; RONDINA, R. C. Tempo Livre e Uso de Álcool e outras Drogas: Estudo Comparativo entre Estudantes Universitários do Brasil e Portugal. **Movimento - Revista de Educação Física da UFRGS**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 765-776, 2018.

SANDEVILLE JUNIOR, E. Por uma gestão dos espaços públicos de uso coletivo: desenho e apropriação. **Pós - Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo Da FAUUSP**, São Paulo, v. 1, n. 19, p. 60-73, 2006.

SANTOS, E. Avaliação de espaços destinados ao lazer esportivo: notas sobre uma proposta metodológica. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 135-152, 2009.

SANTOS, E. S. Perfil dos usuários do Parque Esportivo Eduardo Gomes/ Canoas/RS. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 70-86, 2007.

SANTOS, F. P.; DAVEL, E. P. B. Gestão de Equipamentos Culturais com Base na Identidade Territorial. **Revista Gestão & Conexões**, Vitória, v. 7, n. 2, p. 7-42, 2018.

SARTORI, Ludmila Miranda; DA SILVA, Luciano Pereira. Apropriação de Equipamentos Públicos de Lazer por Usuários de Bicicleta: Um Olhar sobre o Parque Ecológico da Pampulha. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 157-192, 2018.

SCHWARTZ, G. M. O conteúdo Virtual do lazer-contemporizando Dumazedier. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 23-31, 2003.

SELDIN, C. Práticas culturais como insurgências urbanas: o caso do Squat Kunsthaus Tacheles em Berlim. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo,

v. 17, n. 3, p. 68, 2015.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 205 p.

SILVA, D. F.; RODRIGUES, M. D. S.; TORRES, C. E.; MARTINS, V. L. M.; CONTE, F. D. L. Acessibilidade em parques urbanos: uma análise no parque Marinha do Brasil, Porto Alegre-RS. **ScientiaTec**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 90-102, 2017.

SILVA, D. S.; SANTOS, M. I. AVILA, M. A. Intersetorialidade nas Políticas Públicas de esporte e lazer no município de Ilhéus-BA. **Conexões**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 13-35, p. 13-35, 2013.

SILVA, E. A. P. C.; OLIVEIRA, L. S.; SILVA, P. P. C.; ARAUJO, B. M. R.; CAMINHA, I. O.; FREITAS, C. M. S. M. Sociedade, cultura e saúde: motivação na utilização de espaço público de lazer. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 171-188, 2012.

SILVA, F. C. Participação dos usuários nos processos de adoção de espaços públicos de lazer e turismo urbanos. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, v. 3, n. 21/22, p. 219-227, 2014.

SILVA, F. C. Participação dos usuários nos processos de adoção de espaços públicos de lazer e turismo urbanos. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, v. 3, n. 21/22, p. 219-227, 2018.

SILVA, J. A. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 8 ed. São Paulo: Malheiros. 2018. 476 p.

SILVA, J. V. P.; SILVA, D. S.; SAMPAIO, T. M. V. Parques Esportivos como Espaço ou Lugar de Inclusão ou Exclusão de Pessoas com Deficiência Física e Visual.

LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 108-134, 2018.

SILVA, L. C. **O mapeamento das áreas verdes urbanas de Uberlândia (MG): análise da concentração de investimentos públicos**. 2018. 124 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018.

SOARES, C.; AMORIM, E.; UMBELINO, J. A gestão participativa na questão da revitalização do turismo na ilha: O caso de Vera Cruz, Bahia. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, v. 2, n. 17/18, p. 1051-1061, 2018.

STRYDOM, W.; PUREN, K.; DREWES, E. Exploring theoretical trends in placemaking: towards new perspectives in spatial planning. **Journal of Place Management and Development**, Bingley, v. 11, n. 2, p. 165-180, 2018.

TERCI, E. T.; GOULART, J. O.; OTERO, E. V. Dinâmica econômica e empresariamento urbano em cidades médias sob o impacto da reestruturação produtiva. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, 2017.

TOMANIK, E. A. O afeto que se encerra: urbanização, movimentos, encontros e conflitos afetivos. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v.16, n.184, p. 11-23, 2016.

TOOLIS, E. E. Theorizing critical placemaking as a tool for reclaiming public space. **American Journal of Community Psychology**, Hoboken, v. 59, n. 1-2, p. 184-199, 2017.

TRONCOSO, L. D. M.; PUTTINI, R. F.; GONÇALVES JUNIOR, L.; TORO-ARÉVALO, S. A. Ciclismo urbano como direito humano à mobilidade ativa na cidade de São Paulo. **Movimento - Revista de Educação Física da UFRGS**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 1015-1028, 2018.

WEISS, C. C.; PURCIEL, M.; BADER, M.; QUINN, J. W.; LOVASI, G.; NECKERMAN, K. M.; RUNDLE, A. G. Reconsidering access: park facilities and neighborhood disamenities in New York city. **Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine**, New York, v. 88, n. 2, p. 297-310, 2011.

WHYTE, C.; FORTUNE, D. Natural leisure spaces in long-term care homes: challenging assumptions about successful aging through meaningful living. **Annals of Leisure Research**, Oxford, v. 20, n. 1, p. 7-22, 2017.

WINCHIP, S. M. **Designing a quality lighting environment**. 3 ed. New York: Fairchild Publications, 2005.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação foi construída por meio de pesquisas sistemática, documental, mapeamento dos espaços públicos e, por fim, observação desses espaços e preenchimento de diário de campo pré-estabelecido, possibilitando, assim, analisá-los minuciosamente. Dentre as inquietações que instigaram a realização deste estudo, pode-se destacar a falta da sistematização da informação acerca dos espaços públicos no Brasil, inclusive no município de Rio Claro, estado de São Paulo e a necessidade de uma gestão mais eficiente, com condições de atender diretamente a demanda da população.

Foi possível notar, de acordo os resultados expressos, tanto no Artigo 1, referente à pesquisa sistemática, como no Artigo 2, referente à pesquisa documental, em conjunto com o mapeamento e a observação dos espaços públicos, que muitas das considerações levantadas pelo Artigo 1, com base na literatura específica, foram reiteradas no Artigo 2, quando foi feita a pesquisa documental, tais como, a falta de gestão adequada dos espaços públicos, a má estrutura, a falta de conservação e de manutenção dos espaços, as diversas inadequações referentes à segurança e acessibilidade, causando, assim, impactos diretos na usabilidade dos mesmos.

O diálogo entre a literatura consultada na revisão sistemática e os elementos componentes das etapas relativas à análise documental e a observação indica as relações vigentes e as que ainda estão passíveis de melhorias na gestão pública dos espaços. Essas evidências podem suscitar novas sugestões, tanto para a gestão pública, como para outras entidades interessadas.

Dentre os espaços encontrados nos documentos analisados e mapeados por este estudo, notou-se a existência de três categorias, classificadas para fins de comparação

neste estudo, sendo elas as áreas verdes, os espaços esportivos e os espaços culturais. Uma grande parcela dos espaços analisados, apresenta diversos entraves e lacunas, reiterando novamente os achados do Artigo 1, referente à revisão sistemática dos estudos já existentes e, conseqüentemente, dificultando a utilização e a apropriação. O poder público municipal poderia otimizar a utilização dos espaços para atividades públicas gratuitas, oferecendo-as aos cidadãos, entretanto, isto parece não ocorrer, pela análise e pela observação feitas. Os próprios munícipes são prejudicados pela falta de gestão participativa.

Notou-se, também, que, dos 243 espaços analisados por este estudo, todos estão sob o encargo exclusivamente do poder público municipal, fator que demanda uma carga muitas vezes excessiva de gastos com o espaço físico e com o pessoal necessário para geri-los. Esse fator poderia ser minimizado, por meio de estímulos a parcerias público-privadas (PPP), diminuindo, assim, os encargos direcionados apenas ao poder público municipal.

Outro fator percebido foi que nenhum dos espaços, independente da categoria, atendeu satisfatoriamente a todos os aspectos elencados para análise, ao se preencher o diário de campo utilizado ao longo da observação. Porém, fica evidente que os espaços com melhor qualidade e possibilidade de utilização são os espaços culturais, seguidos dos espaços esportivos e, por fim, as áreas verdes. Não se pode deixar de evidenciar que os espaços culturais se apresentam em menor número, seguidos pelos esportivos e pelas áreas verdes. Este fator corrobora a lógica anteriormente citada, já que, pelo fato de existir um número menor de espaços culturais, estes são conseqüentemente mais bem gerenciados. Esta não deve ser a única razão para esta diferenciação de gestão entre os espaços, uma vez que a apropriação dos mesmos também pode diferir. Porém, talvez esta diferença esteja centrada no fato de que as três categorias de espaços analisados são

gerenciadas por três Secretarias Municipais distintas, o que pode interferir nas decisões gerenciais.

De acordo com a intenção desta dissertação, relativa à identificação e mapeamento dos espaços públicos de esporte e de lazer pertencentes à Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP, bem como, baseado na realização da análise da estrutura, conservação, segurança, acessibilidade e utilização dos mesmos, pode-se afirmar que os objetivos traçados foram satisfatoriamente alcançados. Também deve ser reiterado que os dados constantes nos estudos que fizeram parte do Artigo 1 foram, de certa forma, quase inteiramente ratificados no Artigo 2, demonstrando, assim, um nível de concordância e conseqüentemente confiabilidade da literatura utilizada no Artigo 1.

Os resultados do Artigo 1 demonstram que os aspectos diretamente ligados ao espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, tais como, infraestrutura, acessibilidade, segurança, utilização, entre outros, são abordados na literatura analisada pela revisão, de forma secundária, sendo que o principal foco foi referente às políticas públicas direcionadas à gestão em geral de tais espaços, ou seja, às ações práticas que ocorrem nos mesmos. Também é importante ser mencionado o fato de que, na revisão sistemática realizada no Artigo 1, percebeu-se que não há um método ou instrumento sistematizado e validado para realizar análises de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer.

Já os resultados do Artigo 2 demonstraram que o município de Rio Claro, onde foi realizada a pesquisa, disponibiliza a grande quantidade de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, prevalecendo as áreas verdes. Entretanto, deve ser mencionado que foi notada uma distribuição não igualitária de espaços, tanto em âmbito geográfico, quanto no que se refere ao tipo de espaços (áreas verdes, espaços esportivos e espaços culturais), e que os tipos de espaços com menor quantidade, são geridos com

mais eficiência do que os tipos de espaços que apresentam maior quantidade, conforme anteriormente apontado. Outro fator de extrema importância citado no Artigo 2, se refere à questão da acessibilidade de tais espaços, a qual é claramente deficiente e merece maior atenção do poder público da cidade.

Os resultados do estudo, conquanto a pesquisa tenha focalizado apenas um município, contribuem para minimizar a lacuna ainda existente, no que tange à análise sistematizada de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, pois, tal como foi notado e citado no Artigo 1, esse viés ainda é pouco explorado, sobretudo, em âmbito nacional. Para que o poder público possa implantar políticas públicas eficientes, assim como, para que a comunidade possa usufruir adequadamente dos espaços, torna-se necessário um empenho conjunto entre a oferta e o modo de utilização desses espaços.

Os estudos acerca da análise e gestão de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, principalmente no Brasil, ainda estão em crescimento e notam-se, claramente, diversas lacunas pouco exploradas sobre a temática, tais como, as diversas possibilidades de formas de gestão, as comparações entre estas, como também, análise das políticas públicas vigentes em tais espaços, a fim de que sejam possíveis ajustes na estrutura física e no funcionamento desses espaços, contemplando melhor as necessidades da comunidade usuária. Sendo assim, é evidente a necessidade de novas pesquisas, no sentido de aprimorar novas ações e proporcionar novos debates nesta área.

8.1. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Entre as limitações do presente estudo podem ser destacadas: a dificuldade de obtenção de dados públicos acerca dos espaços públicos nos contextos de esporte e lazer que fizeram parte desta pesquisa, como, também, a falta da sistematização e padronização. Outra limitação se refere à dificuldade de se encontrar, na literatura vigente, um instrumento de avaliação baseado em questionário ou diário de campo devidamente sistematizado e validado cientificamente, para análise de espaços, públicos ou privados.

Ainda que o presente estudo tenha apresentado tais limitações e o fato de focalizar apenas um município no Brasil, procurou trazer contribuições para a área, almejando, também, que tais resultados possam ampliar o referencial teórico vigente, impactando no número de publicações científicas futuras relacionadas com a temática. Esses dados poderão, inclusive, ao ampliar o número de publicações científicas relacionadas com esta temática, incentivar os gestores e outros profissionais interessados, a desenvolverem novas formas de análise e gestão de espaços públicos.

8.2. SUGESTÕES PARA NOVOS ESTUDOS

Sugere-se, para novos estudos, o desenvolvimento de pesquisas comparativas entre os diversos tipos de modelos de gestão de espaços, tanto público, quanto privado, inclusive, comparando as peculiaridades de ambos os tipos, para que se promovam ações mais exitosas. Também é premente que sejam elaboradas novas sugestões para a validação de um instrumento ou um diário de campo sistematizado, a fim de se proceder à análise de espaços de forma mais eficiente.

9 REFERÊNCIAS DA DISSERTAÇÃO

- ANGELONI, M. T. **Gestão do Conhecimento no Brasil: Casos, experiências e práticas de empresas privadas.** 1 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009. 216 p.
- ANGELONI, M. T. **Gestão do conhecimento no Brasil: casos, experiências e práticas de empresas públicas.** 1 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008. 240 p.
- AZEVÊDO, P. H. O Esporte como Negócio: uma visão sobre a gestão do esporte nos dias atuais. **Estudos**, Goiânia, v. 36, n. 5, p. 929 - 939, 2009.
- AZEVÊDO, P. H.; BRAMANTE, A. C. (Org.) **Gestão Estratégica das Experiências de Lazer.** 1 ed. Curitiba: Appris, 2017. 337 p.
- BACHELADENSKI, M. S.; MARTIELLO JÚNIOR, E. Contribuição do campo crítico do lazer para a promoção da saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2569-2579, 2010.
- BARBANTI, V. J. **Dicionário de Educação Física e do Esporte.** São Paulo: Editora Manole, 2011. 480 p.
- BARROS, R.; CARVALHO, M. **Desafios para a política social brasileira.** Rio de Janeiro: Ipea, 2003. 23 p.
- BEINS, B. C. **Research method: A tool for life.** 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. 456 p.
- BERELSON, B. **Content analysis in communication research.** 1 ed. Glencoe: The Free Press, 1954. 220 p.
- BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: Qualitative and quantitative approaches.** 6 ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2017. 680 p.
- BONALUME, C. R. O paradigma da intersetorialidade nas Políticas Públicas de esporte e lazer. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 1-26, 2011.
- BORTOLO, C. A. O espaço público do parque do povo – Presidente Prudente - SP: reflexões geográficas. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n. 13, v.1, p. 50-65, 2013.
- BRAMANTE, A. C. Políticas de Lazer. In: GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer.** 1 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004, p. 185-196.
- BRAMHAM, P.; HENRY, I.; MOMMAAS, H.; VAN DER POEL, H. **Leisure and urban processes: critical studies of leisure policy in Western European cities.** 5 ed. London: Routledge, 2017. 326 p.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**, de 05 de Outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 291 p., 1988.

BRASIL. **Ministério do Esporte. Brasília:** Acesso a Informação, 2018. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/acesso-a-informacao>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer.** 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 100 p.

CASSOTTA, M. L. J.; LUCAS, A.; BLATTMANN, U.; VIERA, A. F. G. Recursos do conhecimento: colaboração, participação e compartilhamento de informação científica e acadêmica. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 17-34, 2017.

CASTELLANI FILHO, L. **Gestão Pública e Política de Lazer: A Formação de Agentes Sociais.** 1 ed. Campinas: Autores Associados, 2007. 150 p.

CASTELNOU, A. M. N. Parques urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 53-73, 2009.

CAUDWELL, J.; MCGEE, D. From promotion to protection: human rights and events, leisure and sport, **Leisure Studies**, Oxford, v. 37, n. 1, p. 1-10, 2018.

CHELLADURAI, P. Sport management: Defining the field. **European Journal for Sport Management**, Abingdon, v. 1, n. 1, p. 7-21, 1994.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais.** 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. 320 p.

COSTA, J. L. R. **Em busca da (c) idade perdida: o município e as políticas públicas voltadas à população idosa.** Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

COSTA, M. P.; LEITE, F. C. L. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica.** 1 ed. Brasília: IBICT, 2017. 178 p.

CRESWELL, J. W. **Projeto De Pesquisa: Método Qualitativo, Quantitativo e Misto.** 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

DALKIR, K. **Knowledge management in theory and practice.** 3 ed. Cambridge: MIT Press, 2017. 533 p.

DIECKERT, J. **Esporte de lazer: tarefa e chance para todos.** 1 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984. 184 p.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular.** 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. 336 p.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer: planejamento de lazer no Brasil.** 1 ed. São Paulo. SESC, 1980. 176 p.

DUNN, W. N. **Public policy analysis.** 5 ed. London: Routledge, 2016. 459 p.

FARAH, M. F. S. Análise de Políticas Públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do " campo de públicas". **Revista de Administração Pública**, Rio

de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016.

FISCHER, F. **Reframing public policy: Discursive politics and deliberative practices**. 1 ed. Nova York: Oxford University Press, 2003. 265 p.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2008. 408 p.

GAELZER, L. **Lazer: benção ou maldição?**. 1 ed. Porto Alegre: Sulina, 1979. 191 p.

GARCIA, M. O.; RODRIGUES, P. E. L.; EMMENDOERFER, M. L.; GAVA, R.; SILVEIRA, S. D. F. R. Usos da Pesquisa Documental em Estudos sobre Administração Pública no Brasil. **TPA-Teoria e Prática em Administração**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 41-68, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GLOVER, T. Leisure, Social Space, and Belonging. In: SPRACKLEN, K.; LASHUA, B.; SHARPE, E.; SWAIN, S. (Org.). **The Palgrave handbook of leisure theory**. 1 ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017, p. 873 - 890.

GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 240 p.

GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. **O Direito Social ao Lazer no Brasil**. 1 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. 240 p.

GOMES, L. L. Reflexões sobre os significados de recreação e de lazer no Brasil e emergência de estudos sobre o assunto (1926-1964). **Conexões**, Campinas v. 1, n. 2, p. 131-144, 2003.

GRASSO, R. M. F. P.; ISAYAMA, H. F. As Compressões de Lazer na Política Pública do Município de Santarém (2005 – 2012): A Visão de Gestores. In: AZEVÊDO, P. H.; BRAMANTE, A. C. (Org.) **Gestão Estratégica das Experiências de Lazer**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 93-107.

HINDLEY, D. More Than Just a Run in the Park: An Exploration of Parkrun as a Shared Leisure Space. **Leisure Sciences**, Oxford, v. 0, n. 0, p. 1-21, 2018.

HISLOP, D. **Knowledge management in organizations: A critical introduction**. 3 ed. Oxford: Oxford University Press, 2013. 304 p.

HOEKMAN, R.; BREEDVELD, K.; KRAAYKAMP, G. Providing for the rich? The effect of public investments in sport on sport (club) participation of vulnerable youth and adults. **European Journal for Sport and Society**, Oxford, v. 14, n. 4, p. 327-347, 2017.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

HOWLETT, M.; MCCONNELL, A.; PERL, A. Moving policy theory forward: connecting multiple stream and advocacy coalition frameworks to policy cycle models of analysis. **Australian Journal of Public Administration**, Sydney, v. 76, n. 1, p. 65-

79, 2017.

HUGOS, M. H. **Essentials of supply chain management**. 4 ed. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2018. 355 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros: Esporte 2016**. 1 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 75 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais, perfil dos municípios brasileiros**: Suplemento de Esporte de 2003, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/esporte2003/default.shtm>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

ISAYAMA, H. F.; SILVA, A. G.; LACERDA, L. L. L.. Por onde caminham as pesquisas sobre formação e atuação profissional em lazer no Brasil? In: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. (org.). **Estudos do lazer: um panorama**. Rio de Janeiro: APICURI, 2011, p. 165-178.

ISO-AHOLA, S. Basic Dimensions of Definitions of leisure. **Journal of Leisure Research**, Urbana, v. 11, n. 1, p. 28–39, 1979.

ISO-AHOLA, S. **The social-psychology of leisure and recreation**. Dubuque: William C. Brown Pub, 1980. 448 p.

KOCIAN, R. C.; SILVA, C. L. Políticas públicas e os equipamentos esportivos de lazer: produção acadêmica de 2008 a 2014. **Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 185-206, 2016.

LASSWELL, H. D.; LEITES, N. C. 1 ed. **Language of Politics: Studies in Quantitative Semantics**. Cambridge: M.I.T Press, 1965. 338 p.

LEITE, F. C. L.; COSTA, S. M. S. Gestão do conhecimento científico: proposta de um modelo conceitual com base em processos de comunicação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 92-107, 2007.

LIMA, M. A. G.; IRVING, M. A.; ABREU, M. M. Políticas Públicas de Cultura e Turismo: Uma Relação Mal Resolvida?. **CULTUR - Revista de Cultura e Turismo**, Ilhéus, v. 11, n. 1, p. 174-201, 2017.

LINHALES, M. A. Jogos da Política, Jogos do Esporte. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e esporte: Políticas Públicas**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p. 31-56.

LINHALES, M. A. Lazer, cidadania e qualidade de vida: reflexões acerca da possibilidade da liberdade e da ação política. **Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 2, n.1, p. 19-30, 1999.

LINHALES, M. A. São as Políticas Públicas para a educação física/esportes e lazer,

efetivamente políticas sociais?. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 1, n. 11, p. 71-81, 1998.

LONG, J.; FLETCHER, T.; WATSON, B. (Org.). **Sport, Leisure and Social Justice**. 1 ed. Nova York: Rotledge, 2017. 227 p.

MALTA, D. C.; SILVA, M. M. A. D.; ALBUQUERQUE, G. M.; LIMA, C. M. D.; CAVALCANTE, T.; JAIME, P. C.; SILVA JÚNIOR, J. B. A implementação das prioridades da Política Nacional de Promoção da Saúde, um balanço, de 2006 a 2014. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4301-4311, 2014.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 12 ed. Campinas: Papirus, 2007. 172 p.

MARCELLINO, N. C. O lazer e os espaços na cidade. In: YSAYAMA H. F.; LINHALES, M. A. (Org.). **Sobre Lazer e Política: Maneira de Ver, Maneiras de fazer**. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2006, v. 1, p. 65-92.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H.. Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano—relações e possibilidades. Belo Horizonte, **Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 10, n. 3, p. 1-23, 2007.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H.; SILVA, A.; FERNANDES, E. A. O. **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas**. 1 ed. Curitiba: Opus, 2007. 120 p.

MARCELLINO, N.C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

MARCHI JUNIOR, V. Desporto. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. (Org.) **Dicionário Crítico de Educação Física**. 3 ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2014, p. 193-195.

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática de liberdade**. 2 ed. Goiânia: Editora da UFG, 2004. 106 p.

MAZZEI, L. C.; ROCCO JÚNIOR, A. J. Um ensaio sobre a Gestão do Esporte: Um momento para a sua afirmação no Brasil. **Revista de Gestão e Negócios do Esporte**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 96-109, 2017.

MCCORMACK, G. R.; ROCK, M.; TOOHEY, A. M.; HIGNELL, D. Characteristics of urban parks associated with park use and physical activity: A review of qualitative research. **Health & Place**, Oxford, v. 16, n. 4, p. 712-726, 2010.

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Org.) **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 136-164.

MILANI, M. L.; CARDOSO, C. B. Políticas Públicas de cultura, esporte e lazer e a visão da juventude de São Mateus do Sul-Paraná. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 23, n. 36/37, p. 29-40, 2014.

MULLER, P.; JOLLY, J. F.; VARGAS, C. S. *Las Políticas Públicas*. 3 ed. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2010. 200 p.

NOLASCO, V. P.; BITENCOURT, V.; PAOLI, P. B.; GOMES, E.; CASTRO, M. Administração/gestão esportiva. In: DaCosta, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006, p. 760-761.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em Políticas Públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 273-288, 2006.

ONU. **Declaração universal dos direitos humanos**. Genebra, 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. Acesso em: 3 out. 2016.

OTTONICAR, S. L. C.; SANTOS, Be. R. P.; MORAES, I. S. Aplicabilidade da Competência em Informação e da Organização do Conhecimento no processo de Gestão da Informação. **RDBCI - Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 629-646, 2017.

PACHECO, R. T. B.; RAIMUNDO, S.. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 43-66, 2015.

PEDERSEN, P.; THIBAUT, L. **Contemporary Sport Management**. 5 ed. Champaign: Human Kinetics Publishers, 2014. 560 p.

PINTOS, A. E.; PEREIRA, C. C.; SALVADOR, E. S.; ATHAYDE, P. A. O direito ao esporte e ao lazer no contexto da política nacional do esporte. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 38-52, 2017.

POCHMANN, M. **Reconquistar a cidade: o conhecimento como estratégia das mudanças**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. 184 p.

RECHIA, S.; BELTRÁN, J. O. Parques urbanos de Barcelona: relação entre usos principais e combinados, a diversidade nas formas de apropriação e a segurança. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 3, n. 16, p. 181-202, 2010.

REIS, J. A.; STAREPRAVO, L. J. Políticas Públicas para o lazer: pontos de vista de alguns teóricos do lazer no Brasil. **Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 1-20, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 424 p.

ROCHA, C. M.; CUNHA BASTOS, F. Gestão do esporte: definindo a área. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 91-103, 2011.

RODRIGUES, E. H. C. BRAMANTE, A. C. O espaço na construção de uma política de lazer – estudando Sorocaba/SP. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 23-37, 2003.

RUFINO, L. G. B. **Entre o modelo tradicional e o escandinavo de produção de tese**.

2015. Posgraduando.com. Disponível em: < <http://posgraduando.com/entre-omodelo-tradicional-e-o-escandinavo-de-producao-de-tese/>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

SANTOS, E. S. Perfil dos usuários do Parque Esportivo Eduardo Gomes/ Canoas/RS. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 70-86, 2007.

SANTOS, E. S. Reflexões sobre a Utilização de Espaços Públicos para o Lazer Esportivo. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 1, n. 12, p. 25-33, 2006.

SANTOS, M. A. G. N.; FREIRE, E. S.; MIRANDA, M. L. J. A gestão do esporte como tema de pesquisa: análise da publicação científica. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 50, p. 183-201, 2017.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008. 288 p.

SCHÜTZ, G. R., SANT'ANA, A. S. S., SANTOS, S. G. Política de periódicos nacionais em Educação Física para estudos de revisão sistemática. **Revista Brasileira de Cineantropometria do Desempenho Humano**, Florianópolis, v. 13, n. 4, p. 313-319, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcdh/v13n4/11.pdf>>. Acesso em: 20 Jan. 2017.

SCHWARTZ, G. M.; TAVARES, G. H.; RIBEIRO, I. C.; RODRIGUES, C. S.; PROVENZANO, T. D.; CHAO, C. H. N. Políticas Públicas de esporte e lazer e gestão da informação: incidência da Rede CEDES como foco em pesquisas acadêmicas. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 86-97, 2014.

SCHWARTZ, G. M.; TEODORO, A. P. E. G.; PACHECO, J. P. S. Gestão do Lazer: Entraves e Perspectivas Relativos à Produção Acadêmica. In: AZEVÊDO, P. H.; BRAMANTE, A. C. (Org.) **Gestão Estratégica das Experiências de Lazer**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 45 - 55.

SCHWARTZ, G. M.; TEODORO, A. P. E. G.; RODRIGUES, N. H.; DIAS, V. K. **Educando para o lazer**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2016. 116 p.

SCHWARTZ, G. M. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. **Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte. v. 6, n. 2, p. 23-31, 2003.

SCHWARTZ, G. M.; SANTIAGO, D. R. P.; KAWAGUTI, C. N.; TAVARES, G. H.; FIGUEIREDO, J. P.; NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede CEDES**. 1 ed. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 205 p.

SILVA, D. S.; SANTOS, M. I. AVILA, M. A. Intersetorialidade nas Políticas Públicas de esporte e lazer no município de Ilhéus-BA. **Conexões**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 13-35, p. 13-35, 2013.

SILVA, E. A. P. C.; OLIVEIRA, L. S.; SILVA, P. P. C.; ARAUJO, B. M. R.;

CAMINHA, I. O.; FREITAS, C. M. S. M. Sociedade, cultura e saúde: motivação na utilização de espaço público de lazer. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 171- 188, 2012.

SILVA, E. A. P. C.; SILVA, P. P. C.; SANTOS, A. R. M.; CARTAXO, H. G. O.; RECHIA, S.; FREITAS, C. M. S. M. Espaços públicos de lazer na promoção da qualidade de vida: uma revisão integrativa. **Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, 2013.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 40 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2017. 936 p.

SOUSA, N. M.; COSTA, C. J.; APARICIO, M. Ba: um fator determinante no uso de sistemas de gestão do conhecimento. **RISTI - Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, Porto, n. 22, p. 1-19, 2017.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. Tese (Doutorado em Educação Física), Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

STAREPRAVO, F. A.; MARCHI JÚNIOR, W. (Re) pensando as Políticas Públicas de esporte e lazer: a sociogênese do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 42-49, 2016.

STEBBINS, R. A. **Serious Leisure: a perspective for our time**. 1 ed. New Jersey: Transaction, 2008. 176 p.

TABARES, J. F. O esporte e a recreação como dispositivos para a atenção da população em situação de vulnerabilidade social. In: MELLO, V. A.; TAVARES, C. **O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer, e inclusão social**. 1 ed. Rio de Janeiro: Shape, 2006, p. 212-224.

TAVARES, S. Avaliação de projetos sócio-esportivos. In: MELLO, V. A.; TAVARES, C. **O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer, e inclusão social**. Rio de Janeiro: Shape, 1 ed., 2006, p. 200-211.

THIBAUT, A. Elaboração de Políticas do Sistema de Lazer Público e Cívico em Quebec: Um processo caótico e de parceria. In: ISAYAMA, H. F., PINTO, L. M. S. M., UVINHA, R. R., STOPPA, E. A. **Gestão de políticas de esporte e lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 67-86.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; MAGILL, R. A. A Case for an Alternative Format for the Thesis/Dissertation. **Quest**, Londres, v. 38, n. 2, p. 116-124, 1986.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 396 p.

- TOMANIK, E. A. O afeto que se encerra: urbanização, movimentos, encontros e conflitos afetivos. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v.16, n.184, p. 11-23, 2016.
- TOWER, J. R.; ZIMMERMANN, J. A. M. Setting the scene for the World Leisure Journal special edition on leisure management. **World Leisure Journal**, Abingdon, v. 58, n. 1, p. 3-11, 2016.
- TROTTMANN, P.; CORRÊA, V.; SOUZA COELHO, F.; SARTI, F. M. A produção científica em Políticas Públicas no Brasil Descrição e análise de alguns resultados de uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000. **Agenda Política**, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 223-253, 2017.
- TUBINO, M. **O que é esporte**. 4 ed. Brasiliense: São Paulo, 2017. 56 p.
- VALENTINE, G. **Public space and the culture of childhood**. 1 ed. Londres: Routledge, 2016. 144 p.
- VEAL, A. J. **Research methods for Leisure and Tourism**. Harlow: 5 ed. Pearson, 2018. 592 p.
- VOSS, J. The definition of leisure. *Journal of Economic Issues*, v. 1, n. 1-2, p. 91-106, 1967.
- WEIMER, D. L.; VINING, A. R. **Policy analysis: Concepts and practice**. 6 ed. Nova York: Routledge, 2017. 479 p.
- WEISS, C. C.; PURCIEL, M.; BADER, M.; QUINN, J. W.; LOVASI, G.; NECKERMAN, K. M.; RUNDLE, A. G. Reconsidering access: park facilities and neighborhood disamenities in New York city. **Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine**, New York, v. 88, n. 2, p. 297-310, 2011.
- WHYTE, C.; FORTUNE, D. Natural leisure spaces in long-term care homes: challenging assumptions about successful aging through meaningful living. **Annals of Leisure Research**, Oxford, v. 20, n. 1, p. 7-22, 2017.
- YUEN, F.; JOHNSON, A. J. Leisure spaces, community, and third places. **Leisure Sciences**, Oxford, v. 39, n. 3, p. 295-303, 2017.

APÊNDICE A – DIÁRIO DE CAMPO

Local: _____				
Localização/Logradouro: _____				Horário: h/ min
				Data: / /
(1) ESTRUTURA				
	Possuem	Não Possuem	Não se aplica	
Iluminação	()	()	()	()Muito Ruim ()Ruim ()Médio ()Bom ()Muito Bom
Cobertura	()	()	()	()Muito Ruim ()Ruim ()Médio ()Bom ()Muito Bom
Banheiro/Vestiário	()	()	()	()Muito Ruim ()Ruim ()Médio ()Bom ()Muito Bom
Arquibancada	()	()	()	()Muito Ruim ()Ruim ()Médio ()Bom ()Muito Bom
Bancos/Mesas	()	()	()	()Muito Ruim ()Ruim ()Médio ()Bom ()Muito Bom
Outros equipamentos específicos				
Material dos equipamentos				
Outros:				
Observações:				
(2) CONSERVAÇÃO				
Manutenção das estruturas	()Muito Ruim ()Ruim ()Médio ()Bom ()Muito Bom			
Limpeza adequada	()Muito Ruim ()Ruim ()Médio ()Bom ()Muito Bom			
Outros:				
Observações:				
(3) SEGURANÇA				
	Possuem	Não Possuem	Não se aplica	
Sinalização de entrada/saída	()	()	()	()Muito Ruim ()Ruim ()Médio ()Bom ()Muito Bom
Saídas de emergência	()	()	()	()Muito Ruim ()Ruim ()Médio ()Bom ()Muito Bom
Piso (Solo/Pavimento) adequado	()	()	()	()Muito Ruim ()Ruim ()Médio ()Bom ()Muito Bom
Extintores	()	()	()	()Muito Ruim ()Ruim ()Médio ()Bom ()Muito Bom
Outros:				
Observações:				
(4) ACESSIBILIDADE				
	Possuem	Não Possuem	Não se aplica	
Acesso adequado para PcD	()	()	()	()Muito Ruim ()Ruim ()Médio ()Bom ()Muito Bom
Livre acesso aos munícipes	()	()	()	()Muito Ruim ()Ruim ()Médio ()Bom ()Muito Bom
Divulgação do horário de funcionamento (no local)	()	()	()	()Muito Ruim ()Ruim ()Médio ()Bom ()Muito Bom
Sinalização/placas para localização	()	()	()	()Muito Ruim ()Ruim ()Médio ()Bom ()Muito Bom

Outros:

Observações:

(5) UTILIZAÇÃO

	Há ()	Não Há ()	Não se aplica ()	
Municípios	()	()	()	
Faixa etária predominante	() Crianças	() Jovens	() Adultos	() Idosos
Uso de equipamentos não específicos	()	()	()	Notas:
Presença de animais domésticos	()	()	()	Quais:

Outros:

Observações:

APÊNDICE B – REGISTRO FOTOGRÁFICO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Áreas Verdes

Bairros

Conjunto Habitacional Arco-Íris

1. Praça – Rua 15/Rua 13



2. Praça "Centro Comercial Arco-Íris" – Rua 7/Rua 3



3. Praça – Rua 9/Rua 21



Conjunto Habitacional Vila Verde

4. Praça – Av. 78A/Rua 16JV



5. Praça – Av. 2RV/Rua 2



6. Praça "Cabo PM Luciano Calligaris" – Rua 1/Av. 80A



Jardim Parque Residencial

7. Praça – Av. 82A/Rua 5JPR



8. Praça "José Maria Palota" – Av. Brasil/Av. 86A



Distrito Industrial

9. Praça – Av. Brasil/Rua Schobel



10. Praça "Carlos Alberto Hansen" – Av. Brasil/Av. 1IM



Jardim Floridiana

11. Praça – Av. Brasil/Canteiro Central



12. Praça – Av. M23/Av. 2JF



13. Praça "Fernando Sartori" – Av. 1JF/Av. 2JF



Jardim Hipódromo

14. Praça – Av. M17/Rua M4



Parque das Industrias

15. Praça "Pedro Lauria" – Rua Padre Paulo Festana Smith/Av. M23



16. Praça – Av. M27/Rua M8



Jardim Cervezão

17. Praça – Av. M15/Rua M22



18. Praça – Av. M27/Rua M20



Jardim Ipanema

19. Praça - Av. M35/Rua M22



Parque São Jorge

20. Praça – Av. M41/Rua 8



21. Praça – Av. 41/Rua 6



Jardim Azul

22. Praça "Francisco Zuleide Nascimento" – Av. Paulista 2/Rua 5JZ



Jardim Olinda

23. Praça – Av. 64/Av.66



24. Praça – Av. 62/Rua 11



25. Praça – Av. 66/Rua 14



26. Praça "João Batista Pimentel" – Av. 50/Rua 14



Jardim Cidade Azul

27. Praça- Rua 12/Av. 68JCA



28. Praça – Rua 12 (Rotatória)



29. Praça – Rua 13



30. Praça – Rua 15/Av. 64



31. Praça – Rua 16/Av. 66 JCA



32. Praça – Av. 60/Rua 15



Jardim Panorama

33. Praça – Rua 23/Rua 23 PA



Vila Santa Cruz

34. Praça – Rua Jacutinga/Av. 46



Vila Elizabeth BNH

35. Praça "Vila Elizabeth" – Rua 13BNH/Av. BNH



36. Praça – Rua 13/Av. BNH



37. Praça – Rua 12/Av. BNH



Jardim Portugal

38. Praça – Rua Dr. Eloy Chaves (Rua 6)/Av. Paulista



39. Praça – Rua 4/Av. 52



40. Praça – Rua 2A/Av. 50



Vila Saibreiro

41. Praça – Rua Saibreiro 2/Rua Saibreiro 3



42. Praça - Rua Saibreiro 2/Rua Saibreiro 3



43. Praça – Rua 2A/Rua 1A



44. Praça – Rua Saibreiro 2/Rua 2A



Vila Operária

45. Parque Municipal Lago Azul – Rua 2/Av. 32



46. Praça "Seicho-no-ie" – Rua 2/Av. 40



47. Praça "Paróquia São Judas Tadeu" – Rua 5/Av. 36



48. Praça "Paróquia São Judas Tadeu" – Rua 5/Av. 38



Bairro Santana

49. Praça – Rua 7/Av. 34



50. Praça – Rua 9/Av. 30



51. Praça – Rua 10/Av. 30



52. Praça – Rua 10/Av. 30



Vila Santa Terezinha

53. Praça – Rua 14/Rua Jacutinga



54. Praça – Rua 14/Rua Aldo Calligaris



Jardim Bela Vista

55. Praça – Rua 14/Rua Jacutinga



56. Praça "Otávio Impossetto" – Rua Jacutinga/Av. 34



Bairro Santa Cruz

57. Praça "Paróquia Santa Cruz" – Rua 8/Av. 10



58. Praça – Rua 7/Av. 6



Jardim São Paulo

59. Praça "Tenente Jorge Hebling" – Rua Samambaia/Av. 28



60. Praça "Vereador Irineu de Oliveira Prado" – Rua 14/Rua 1AJSP



61. Praça – Rua 16/Rua 18



62. Praça – Rua 17/Av. 18



63. Praça – Rua 14/Av. 14 (Rotatória)



64. Praça "Vereador Silvio Cassavia Filho" – Rua 14/Av. 12



65. Praça – Rua 14 / Av. Cidade Claret



66. Praça "Domenico Cuccaro" – Av. Castelo Branco/Rua 27



67. Praça – Av. Castelo Branco/Rua 30



Cidade Claret

68. Praça "Estrela Dalva de Oliveira" – Av. 1/Rua 15



69. Praça – Av. Claret/Rua 16



Cidade Claret II

70. Terminal Rodoviário - Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves



71. Praça – Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves



72. Praça – Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves



73. Praça – Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves



Jardim Mirassol

74. Praça – Rua 22/Av. 4



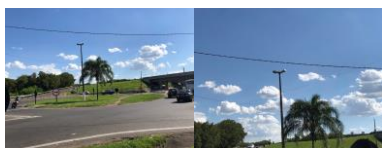
75. Praça – Rua 22JPS/Av. 4



76. Praça – Rua 27/Av. 8



77. Praça – Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves



Jardim Centenário

78. Praça – Rua 2JC/Av. 12JC



Conjunto Habitacional Residencial dos Bosques

79. Praça – Rua 3VLA/Av. 7VLA



80. Praça "Dona Jovem" – Rua 4VLA/Estrada Municipal Rio Claro – Ipeuna



81. Praça- Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves



Jardim Residencial San Marino

82. Praça – Av. dos Costas/Av. 15M



Jardim Paulista

83. Praça – Av. Marginal Jardim Paulista/Rua 32



84. Praça – Av. Marginal Jardim Paulista/Rua 31



Jardim Residencial Palmeiras

85. Praça – Rua 9JP/Av. 3JP



86. Praça – Av. dos Costas/Rua 2JP



Chácara Luza

87. Praça – Av. 25/Rua 23BE



Jardim Inocop

88. Praça – Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves/Rua 1 JI



89. Praça "Aderval Gonçalves" – Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves/Rua 4JI



90. Praça – Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves/Rua 5JI



91. Praça – Av. dos Costas/Av. 7JP



92. Praça – Av. dos Costas/Av. 7JP



Jardim Esmeralda

93. Praça – Av. dos Costas/Rua 9JP



Jardim Guanabara I

94. Praça – Av. 10JG/Av. 12JG



Jardim Guanabara II

95. Praça – Av. Marginal JG/Av. 9 JG



Jardim Itapuã

96. Praça "Jesus Zanelato" – Rua 20/Av. 55



Bairro Olímpico

97. Praça – Av. Marginal Presidente John Kennedy/Rua 14BE



Bairro do Estádio

98. Praça "Shekinah" - Av. Marginal Presidente John Kennedy/Av. Marginal Anhanguera



99. Praça - Av. Marginal Presidente John Kennedy/Av. 23



100. Praça – Rua 9 (Estádio Augusto Schmidt Filho)



101. Praça do Balonismo - Av. Marginal Presidente John Kennedy/Rua 9



Chácara Luza

102. Praça – Av. 27 Particular/Rua 21BE



103. Praça – Rua 22BE Particular/Av. 31



Anexo Cidade Jardim

104. Praça – Rua 4CJ/Av. 39



Cidade Jardim

105. Praça "Dr. Godofredo R. Valdomiro Pignatare" – Rua 5CJ/Av. 33



106. Praça do Lazer- Rua 6CJ/Av. 33



Vila Paulista

107. Praça – Av. 29/Rua P4



108. Praça – Av. P23/Rua P4



109. Praça "Darcy Meyer" – Av. P15/Av. Conde Francisco Matarazzo Junior



110. Praça dos Artesãos – Av. 7/Av. Conde Francisco Matarazzo Junior



111. Praça – Av. 13/Av. Conde Francisco Matarazzo Junior



Jardim Donangela

112. Praça – Av. 19/Rua 4



São Benedito

113. Praça – Av. 13/Rua 9



Bairro Boa Morte

114. Praça "Sete de Setembro" – Av. 7/Rua 9



Bairro Consolação

115. Praça – Rua 9 (Ginásio de Esportes Felipe Karam)



116. Praça "Humberto Cartolano" – Rua 11/Av. 19



117. Praça – Rua 11/Av. 21



118. Praça – Rua 15/Av. 19



119. Praça – Rua 15/Via da Saudade



120. Praça "Major José David Teixeira" – Via da Saudade/Rua 16



121. Praça – Via da Saudade/Rua 15



122. Via da Saudade



Jardim Rio Claro

123. Praça "Plínio Salgado" – Rua 21BE/Av. 21



Jardim Claret

124. Praça dos 21 Irmãos – Amigos “Dito Zaine” – Rua 19/Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves



125. Praça – Rua 22/Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves



Vila do Rádio

126. Praça Lions Rio Claro Indaiá– Rua 14/Av. Visconde do Rio Claro



Jardim Vila Bela

127. Praça "Prof. Fernando Altefelder" – Rua 12B/Av. 5A



Jardim Nossa Senhora da Saúde

128. Bosque do Paiquerê – Av. Nossa Senhora da Saúde



Vila Bela Vista

129. Praça – Av. 24A/Rua 17^a



130. Praça – Av. 24A/Rua 15^a



131. Praça – Av. 4A/Rua 15B



Vila Indaiá

132. Praça – Av. 24A/Rua 11^a



133. Praça – Av. 24A/Av. Ulysses Guimarães



134. Praça – Av. 24A/Rua 10A



135. Praça – Av. 22A/Rua 10A



136. Praça – Av. 16A/Rua 8B



137. Praça – Av. 16A/Rua 6B



138. Praça "Antoine Frédéric Ozanam" – Av. 8A/Av. Ulysses Guimarães



139. Praça - Av. 8/Rua 8B



140. Praça – Av. 14A/Rua 8B



Cidade Nova

141. Praça – Av. 8A/Rua 5B



142. Praça – Av. 4A/Rua 3B



Vila do Horto

143. Praça "Edmundo Navarro de Andrade" – Av. 7/Av. Dr. Edmundo Navarro de Andrade



Zona Central

144. Praça "Othoniel Marcos Teixeira" – Rua 3/Av. 2



145. Praça da Matriz "São João Batista" –Rua 6/Av. 3



146. Praça da Liberdade – Rua 7/Av. 3



147. Praça – Av. Visconde do Rio Claro/Rua 6



148. Praça – Av. Visconde do Rio Claro/Rua 9



149. Praça "Allan Kardec" – Av. Visconde do Rio Claro/Av. 2



150. Praça – Rua 7/Av. 8



151. Espaço Livre – Av. Visconde do Rio Claro/Av. 2



152. Praça "José Traina" – Rua 6/Av. 12



153. Praça "Theodor Koelle" – Rua 6/Av. 14



154. Praça "Fausto Santomauro" – Av. Visconde do Rio Claro/Av. 28



155. Praça "Erasmus Braga" – Av. Visconde do Rio Claro/Av. 30



156. Praça do Ferroviários – Rua 1/Av. 7



Vila Aparecida

157. Praça Paróquia "Nossa Senhora Aparecida" – Rua 2A/Av. 28



158. Praça – Rua 3A/Av. 32



159. Praça – Rua 3A/Av. 26A



160. Praça – Rua 3A/Av. 24A



Vila Alemã

161. Praça – Rua 3A/Av. 32



162. Praça "Dr. Jaime Cintra" – Av. 32A/Av. Brasil



Jardim Ipê

163. Praça "Profa. Sheron Regina Barbi Machado" – Rua 4A/Av. 42A



164. Praça "Vitório Bonini Francelin" – Rua 3A/Av. 44A



165. Praça – Rua 5A/Av. 44A



166. Praça – Rua 6A/Av. 50A



167. Praça do Idoso – Rua 3A/Av. 44ª



Jardim Bandeirantes

168. Praça – Rua 9A/Av. 1JB



169. Praça – Rua 1JB/Rua 3JB



170. Praça – Rua 1JB/Rua 4JB



171. Praça - Rua 9A/Rua 3JB



172. Praça - Rua 9A/Rua 9JB



Jardim São Miguel

173. Praça "Janis Fritzkopf" – Av. 74A/Rua 8A



Jardim América

174. Praça – Rua 6JA/Av. 54A



175. Praça – Rua 4JA/Av. 54A



176. Praça – Rua 8JA/Av. 64A



177. Praça – Rua 10JA/Av. 64A



178. Praça – Rua 10JA/Av. 62A



Áreas Verdes – Distrito de Ferraz

179. Praça "João Jacob Lautenshlager"



Áreas Verdes - Distrito de Assistência

180. Praça "João dos Santos Filho"



Áreas Verdes - Distrito de Ajapi

181. Praça "Fortunato Lorenzon"



182. Praça



183. Praça



Espaços Esportivos

1. Academia ao Ar Livre (parceria com o Rotary Club) - Av. 50A/Av. Brasil



2. Academia ao Ar Livre (parceria com o Rotary Club) - Av. Presidente Kennedy/Rua 14



3. Academia ao Ar Livre - Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves/Rua 5JI e Rua 6JI



4. Academia ao Ar Livre - Av. M21



5. Academia ao Ar Livre - Rua 6RV/Rua 19RV



6. Academia ao Ar Livre - Av. Ulisses Guimarães/Av. 16A



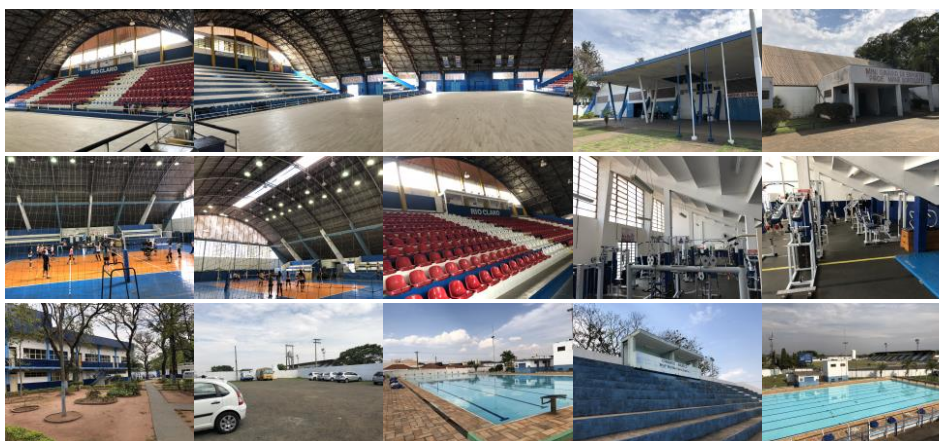
7. Academia ao Ar Livre - Av. 32/Rua 2



8. Academia ao Ar Livre Adaptada - Av. 32/Rua 2



9. Complexo Esportivo (Ginásio Municipal de Esportes “Felipe Karam”,
Miniginásio “Mané Bortoloti” e Piscina Olímpica Municipal “Herta Clara
Koelle”) - Rua 9 – Bairro do Estádio



10. Complexo Esportivo Lagoa Seca do Cervezão - Av. M21 – Cervezão



11. Estádio "Benito Agnelo Castellano" - Rua 3 e 2/Av. 19 e 23 – Bairro da Saúde



12. Estádio "Augusto Schmidt Filho" - Rua 9 e 11/Av. 23 e 29 – Bairro do Estádio



13. Distrital "Alfredo Luiz Beltrame" - Rua 7A e 8A/Av. 58A e Av. Joaquim
Ribeiro – Vila Cristina



14. Distrital "Pedronillo de Almeida" - Av. 62A – Conjunto Habitacional de
Interação Social Oreste Armando Giovani



15. Distrital "IX de Julho"- Rua 5JA e 6JA/Av. 62A e 66A – Jardim América



16. Distrital "Juventude Futebol Clube" - Rua 17/Av. 30 – Jardim Bela Vista



17. Distrital "Juventus Futebol Clube" - Av. 7JP/Rua 1JP – Jardim Inocoop



18. Distrital do Santana – Rua 10 e 11/Av. 36 – Vila Santa Terezinha



19. Distrital da Lagoa Seca do Cervezão - Rua M13/Av. M21 e M19 - Jardim Cervezão



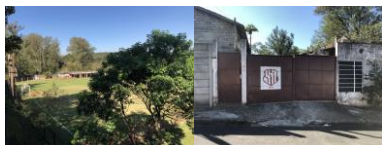
20. Distrital do Santa Maria - Rua 15 e 16/Av. 76 e 82BV – Santa Maria



21. Distrital do Cidade Nova - Rua 5B/Av. 3A – Cidade Nova



22. Distrital "Paulistão" – Rua P6/Av. P13 – Vila Paulista



23. Distrital do Panorama - Av. 64PA/Rua 27 – Jardim Panorama



24. Ginásio do Panorama - Av. 64PA/Av. 62 – Jardim Panorama



25. Ginásio "Nival Nilson Massini" - Rua M13/Av. M21 e M19 - Jardim Cervezão



26. Quadra do Arco-Íris - Rua 3 e 4C/Rua 6JA – Conjunto Habitacional Arco-Íris



27. Quadra do Santa Maria - Rua 14 e 15/Av. 80 e 82BV – Santa Maria



28. Quadra do Novo Wenzel - Rua 6JW/Av. 9JW – Novo Wenzel



29. Quadra do Jardim Brasília I - Av. 30BR/Estrada dos Costas – Jardim Brasília I



30. Quadra do Jardim Guanabara I – Av. 12JG e 10JG/Estrada dos Costas – Jardim Guanabara I



31. Quadra do Jardim América - Rua 5JA e 6JA/Av. 62A – Jardim América



32. Quadra de Basquete do Conjunto Habitacional Boa Esperança - Rua M8/Av. M 37 e M39



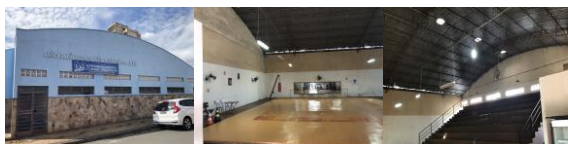
33. Quadra de Vôlei do Conjunto Habitacional Boa Esperança - Rua M9/Av. M37 e M39



34. Quadra do Santa Eliza - Rua 30/Av. Saburô Akamine



35. Centro de Treinamento "Uadi Mubarak" - Av. 3/ Rua 12 – Zona Central



36. Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento Físico - Rua 5 e 6/Av. 23 e 25 – Jardim Donangela



37. Campo de Futebol do Conjunto Habitacional Boa Esperança - Av. M37 e M39/Rua M8 e M9 – Conjunto Habitacional Boa Esperança



38. Ciclovía da Avenida Brasil (Início) - 6,4km - Av. Brasil



39. Pista de Corrida/Caminhada (Início) - 4 km – Av. Marginal Presidente John Kennedy



Espaços Esportivos - Bairro Afastado de Batovi

40. Campo de Futebol de Batovi – Rua 1 Batovi



Espaços Esportivos - Distrito de Ajapi

41. Academia ao Ar Livre - Av. 1 Ajapi/Rua 8



Espaços Culturais

1. Centro Comunitário Integrado Beija-Flor - Rua M4A e M 7/Av. M 23 – Parque das Industrias



2. Centro Comunitário Jardim Progresso - Av. M37A – Jardim Progresso I



3. Centro Comunitário "Oreste Armando Giovani" - Av. 62A – Conjunto Habitacional de Interação Social Oreste Armando Giovani



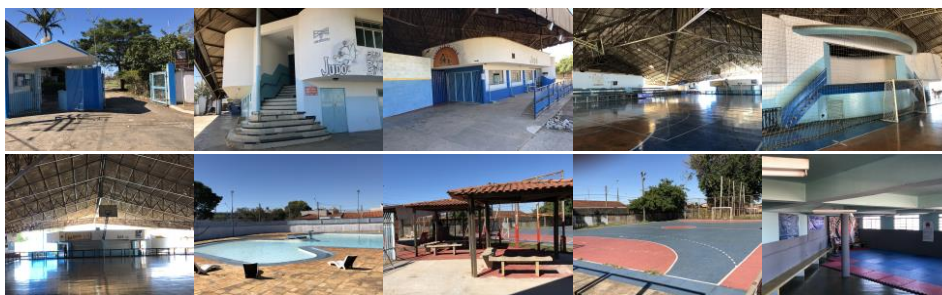
4. CEU - Centro de Artes e Esportes Unificados do Mãe Preta - Rua 4RVe 6 RV/Av. 1MP



5. CSU - Centro Social Urbano "Mitiko Nevoeiro" - Av. 23 e 25/Rua 16BE e 17 BE – Bairro do Estádio



6. CSU - Centro Social Urbano "João Rheder Neto" - Rua Aldo Calligares/Rua 10 e 11 – Vila Santa Terezinha



7. CSU - Centro Social Urbano "Niazi Hussni" - Rua 4B/Av. Navarro de Andrade
– Vila Horto Florestal



8. Sociedade Philarmônica Rioclarense - Rua 5/Av. 5 – Centro



9. Estação Ferroviária - Rua 1 – Centro



10. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga" - Av. 2/Rua 7 –
Centro



11. Teatro Municipal "Profa Felícia Além Alam" - Rua 2 – Vila Operaria



12. Biblioteca Pública Municipal "Maria Victoria Além Jorge" - Rua 2 – Vila Operaria



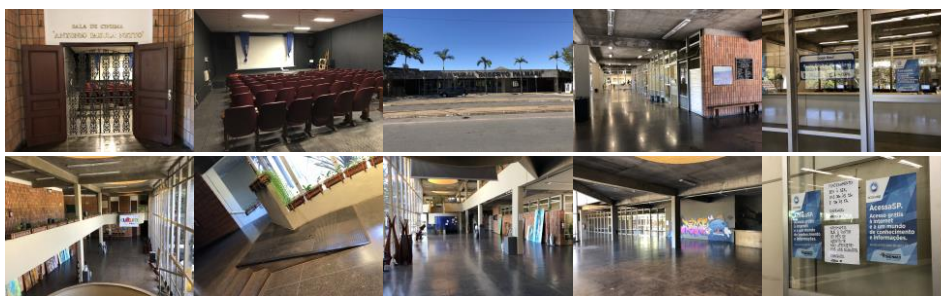
13. Biblioteca Pública Municipal "Lenyra Fracarolli"/Gabinete de Leitura - Av. 4/Rua 5 e 6



14. Biblioteca Municipal Infanto-Juvenil "Zeverina Quillici Tedesco" - Rua M15 – Jardim Cervezão



15. Centro Cultural "Roberto Palmari" - Rua 2 – Vila Operaria



16. Pinacoteca Municipal/Casarão da Cultura - Av. 3/Rua 7 – Centro



Espaços Culturais - Distrito de Assistência

17. Subprefeitura do Distrito de Assistência – Rua 1



Espaços Culturais - Bairro Afastado de Batovi

18. Subprefeitura Bairro Afastado de Batovi – Rua 1 Batovi



Espaços Culturais – Distrito de Ferraz

19. Conjunto Poliesportivo do Distrito de Ferraz "Roberto Moretti" – Av. 4 Ferraz



APÊNDICE C – MAPEAMENTO COMPLETO DOS ESPAÇOS ANALISADOS

- Áreas Verdes
- Espaços Esportivos
- Espaços Culturais

